

Defesa Nacional



Diretores responsáveis:

Gen. Heitor Borges

Maj. Djalma Dias Ribeiro

Maj. Batista Gonçalves

A DEFESA NACIONAL

Ano XXVII

Brasil - Rio de Janeiro, Dezembro de 1940

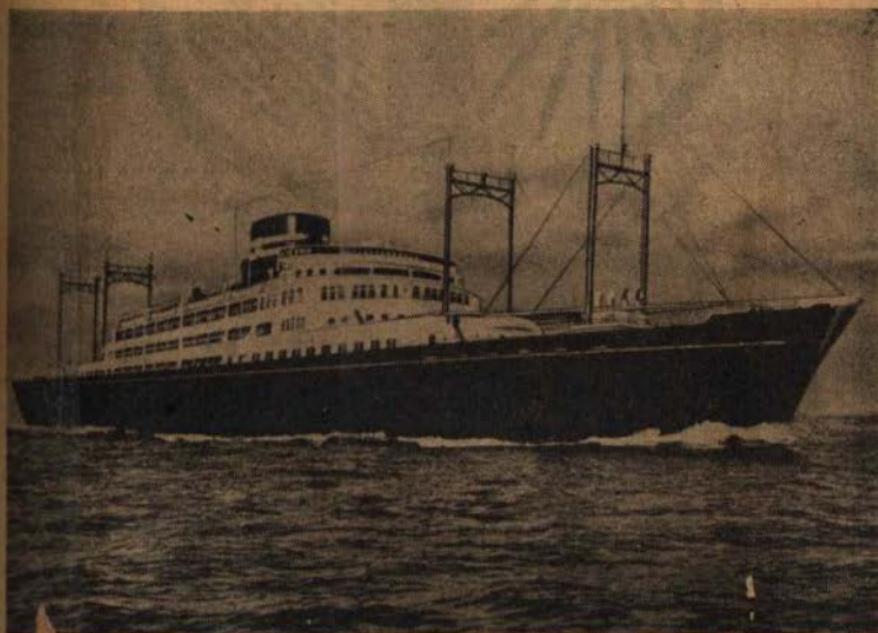
Ed. 31

S U M Á R I O

Editorial	8
O Natal e a Defesa Nacional — Gen. Taborda	8
A Manobra do Vale do Paraíba	8
O Grupo nos tiros preparados — Caps. Breno Borges Fortes e Jorge Cezar Teixeira	8
Voltará o escudo ? — Cap. Mario Imbiriba	8
InSTRUÇÃO de tiro — Major Costa e Silva	8
Defesa contra engenhos blindados — 1.º Ten. Moacyr Potiguar	8
Organização da instrução na Cavalaria — Notas de aula — Cap. José Horacio Garcia	8
InSTRUÇÃO na Cavalaria — Cap. Enio da Cunha Garcia	8
Organização da InSTRUÇÃO nos Corpos de Infantaria — Pelo Ten.-Cel. T. A. Araripe	9
Os órgãos de comando no quadro da Cia. de Fuzileiros — Pelo Cap. Paulo Vieira da Rosa	9
Gestos de comando peculiares às unidades motori- zadas e mecanizadas — Pelo 1.º Ten. Aarão Benchimol	9
A aviação moderna e a defesa nacional — Pelo Ten.- Cel. Henri Marcial Valin	9
Curso de Preparação para admissão à Escola de Es- tado Maior — Cap. José P. de Ulhôa Cintra	9
A' bandeira — Pelo Gen. Brasílio Taborda	9
A influência dos meios de transporte, principalmen- te os ferroviários, no decorrer da batalha do Marne — Pelo Dr. Djalma Maia	9
Acesso de uma mesma turma de aspirantes — Pelo Gen. Miguel de Castro Ayres	9
Conselho aos aspirantes a oficial — Pelo Cap. Geraldo de Almeida	9
De Relance . . . — Cap. Salm de Miranda	9
Formação do Rio Grande — Pelo 2.º Ten. Adão Pres- tes do Monte	9
Realidade e Espírito do Brasil Republicano — Pelo Dr. Ribeiro Couto	9
Livros do Exército — Pelo 1.º Ten. Umberto Peregrino Noticiário e Legislação	10

Viagens á volta do mundo

pelos navios ŌSAKA SYŌSEN KAIRSYA



N/M HōKOKU MARU

o primeiro dos 3 novos navios do nosso serviço Africano.
A Companhia mantém serviços entre o Brasil e o Japão,
via Panamá e Los Angeles, e via África do Sul e Proxi-
mo Oriente, e também entre o Brasil e o Rio da Prata,
com navios rápidos e modernos, dotados de todo conforto
para passageiros de primeira classe.

PARA PARTIDAS, PREÇO DE PASSAGENS, ETC.,
CONSULTEM

SOC. DE NAVEGAÇÃO OSAKA DO BRASIL LTDA.

SANTOS: Rua Cidade de Toledo, 31 — Tel.: 3178.

SÃO PAULO: Rua da Quitanda, 82 - 4.º andar — Tel.: 2-4485

RIO DE JANEIRO: Agentes Wilson Sons & Co. Ltd.

Av. Rio Branco, 37 — Tels.: 23-5988 e 43-3569



INDANTHEN

Tem-se applicado para tingir o BRIM VERDE OLIVA, a tricoline cinzenta, a MESCLA e as LO-NAS, para o uso do EXERCITO E MARINHA
Os corantes

INDANTHEN

— As cores dos tecidos tintos com —

INDANTHEN

Satisfazem plenamente as condições de solidez e
resistencia exigidas pelos Ministerios da Guerra e

Marinha

CASA BROMBERG

Aços - "WIDIA" KRUPP

Estacas de aço KRUPP

Estructuras metallicas

K R U P P

para hangars e pontes



Machinas em geral

Projectos e Installações

completas para Fabricas



Bromberg & Cia.

SÃO PAULO

AVENIDA TIRADENTES, 32

RIO DE JANEIRO

RUA GENERAL CAMARA, 64

Machinas Piratininga Ltda.

Engenheiros Mechanicos Fabricantes Especialistas de:

MACHINAS EM GERAL

Instalações completas para Mandioca,
Algodão, Oleos, Industrias Chimicas.

Estructuras e Construções Metalicas.

Ventiladores, aspiradores, conductos, valvulas
apparelhos para condicionamento de ar.

Secadores, moinhos, peneiras, elevadores, trans-
portadores pneumáticos ou mechanicos, arrasta-
deiras, empilhadeiras, guindastes, apparelhos
para carga e descarga em geral.

Prensas para todos os fins, bombas hidráulicas,
tanques, depósitos, autoclaves.

Tornos, machinas, operatrizes, transmissões polias, eixos, mancaes.

ESCRITORIOS E FABRICA COM FUNDIÇÃO:

RUAS EDUARDO GONÇALVES, 38 e BORGES DE FIGUEIREDO, 973

Telephones: 2-5857 e 2-5858 — Caixa Postal 4060 — Telegrammas "ZAPIR"

SÃO PAULO

MATTE LEÃO

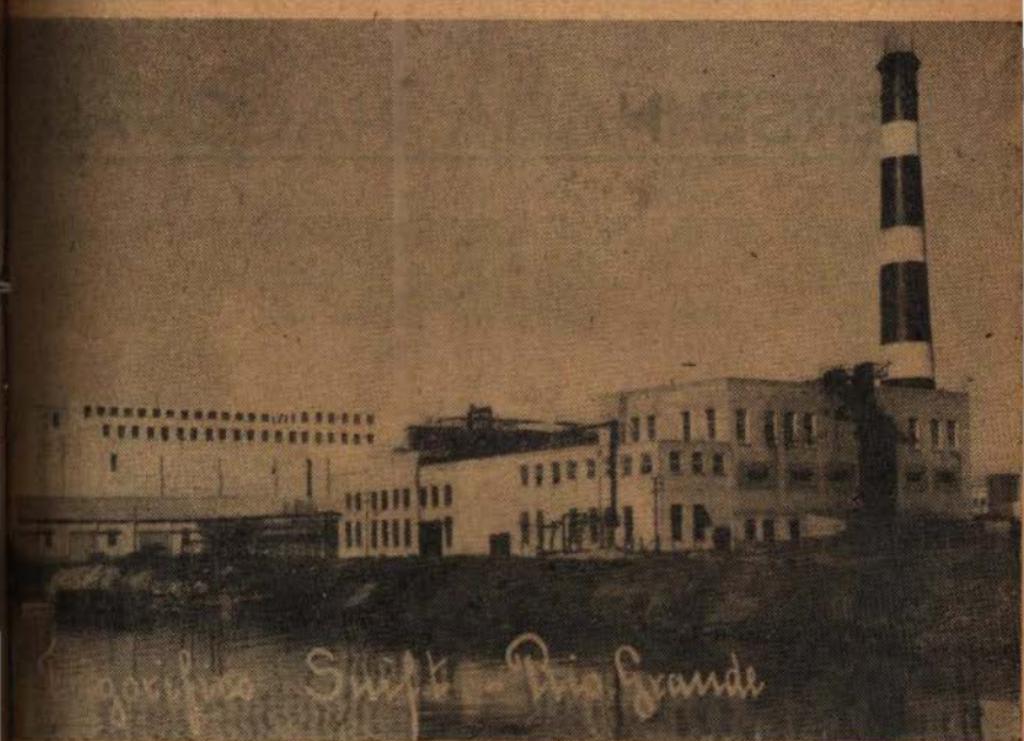


USE E ABUSE
Já vem queimado

Cuidado com as imitações

SWIFT

DISTRIBUIDORES
MUNDIAIS DE
RODUTOS BRASILEIROS



ARNE RESFRIADA
REFRIGORIFICADAS
CONSERVAS
ARQUE

BANHA
GRAXAS
E TODOS DEMAIS
SUB-PRODUTOS ANIMAIS

CAPACIDADE DE MATANÇA DIARIA:

RIO GRANDE
ROSARIO

3.000 Cabeças
1.000 Cabeças

COMPANHIA SWIFT DO BRASIL S/A.

Rio Grande

Rosario

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

AS GRANDES REALISAÇÕES

— DA —

ENGENHARIA NACIONAL



TUNEL 10 DA LINHA MAYRINK A SANTOS
(Estrada de Ferro Sorocabana)
CONSTRUÍDO POR
NESTOR DE GÓES & CIA.

Colin & Cia. Ltda.

FABRICA DE

CORREIAS PARA EQUIPAMENTOS
MILITARES

Cadarços : Presilhas : Enfeites : Galões :

Endereço Telegrafico "COLIN"

Caixa Postal, 45

JOINVILLE

SANTA CATARINA

MUELLER IRMÃOS LIMITADA

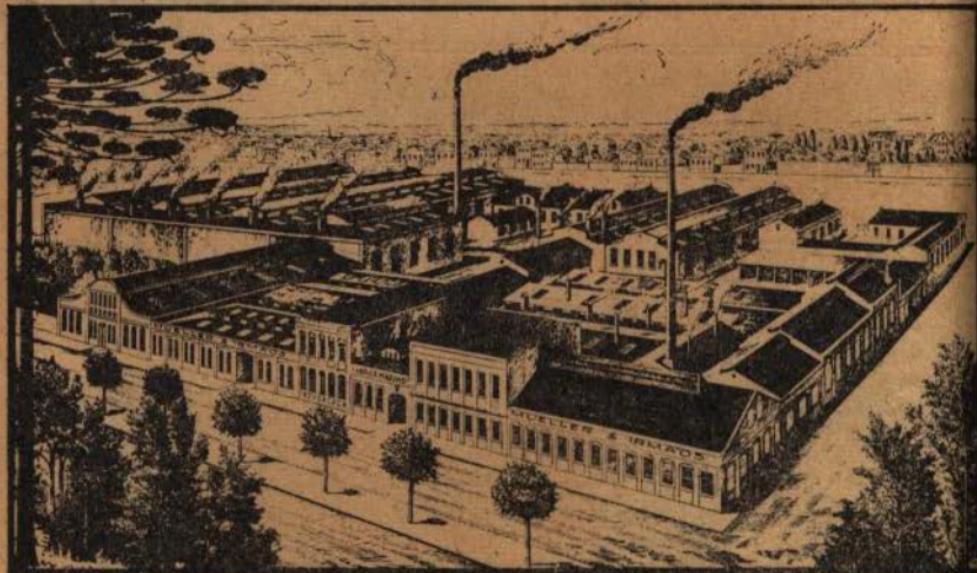
COMPANHIA INDUSTRIAL "MARUMBY"

Av. Dr. Candido de Abreu, 57-127

Caixa Postal "F"

Telegrams "INDUSTRIAL"

CURITIBA — ESTADO DO PARANA'



FUNDIÇÃO de

Ferro, aço e metais

Sinos de bronze especial

FÁBRICA de

Máquinas em geral para indústria e lavoura

Caldeiras á vapor

Viaturas para o Exército

Fogões economicos

Ferragens para fogões de moradias, quartéis e hoteis

Bombas e torneiras para agua

Material para construções e instalações sanitarias

Pregos — "Pontas Paris"

Ferros de engomar e outros artigos para uso doméstico

Editorial

ASSIM como as soluções, também os problemas evolvem.

Quando nos primórdios do ressurgimento que empolga Exército, nessa onda de reformas e de renovação, o problema reservas teve o merecido lugar. O alto escalão a quem e a tarefa de levar a bom termo tão complexo problema, de o compreendeu, e com larga e nítida visão —, que se o exér- de cobertura carecia urgentemente de peças novas, de órgãos os, de sangue vigoroso e de cérebro leve, também tinha ne- sidade vital de uma massa nacional de reservas, em que êle pudesse diluir sem perder a sua eficiência para a guerra.

Este, mais ainda do que o indispensável aparelhamento do exército ativo, era problema nacional e da mais alta relevância.

Felizmente a nação estava predisposta. De longa data ha se debatendo o problema do serviço militar e a idéia se amadurecendo e recebendo a desejada aceitação; o primeiro se fôra feito ainda no Império.

A idéia da nação armada, embora país pacifista por ex- ência, se fôra impregnado nas massas brasileiras, através imprensa, da escola e do lar; e o quartel, desde Bilac, “é tam- bém uma escola”, escola de civismo, escola de brasileirismo e retudo uma escola de trabalho objetivo para o Brasil.

Com muita ufania todos viam e sentiamos o brasileiro das nossas populações através das gerações moças que iam povoar anualmente o quartel. A nação fizera ouvidos mercador à falaciosa pregação demagógica que combatera primeiros albores da idéia de uma lei de serviço militar no Brasil, com o prestígio de uma dialética privilegiada, matizada de rebuscada eloquência egocentrista da política partidária. ação nem ouvira aquela voz que difamava o quartel, gritando tra o que chamava “os hábitos estéreis e corruptores da vida militar” e afirmando que “as proles das nossas almas, onde timos semeado os germens de tanta felicidade doméstica e de

tanta prosperidade nacional, embebidos na vida absorvente de quartéis perderam-se para a família, para a pátria, para a civilização”.

A nação nem o escutara. Escutara sim, com piedosa atenção, a Bilac, voz cantante de vate ao serviço da nacionalidade, pregando a fé no quartel pela grandeza do Brasil, no seu apostolado patriótico pelos rincões da terra; e guardara nos ovidos a música dos seus versos e a pureza sem jaça das suas idéias.

E a lei do serviço militar foi aceita no Brasil inteiro de boa vontade, sem reações, como em princípio o são tôdas as leis que atendem a necessidades sentidas pela coletividade brasileira. Foi, de logo, lei vitoriosa e vem produzindo os frutos que deixa a nação esperava, depois de uma identificação perfeita do quartel, — na sua mística e na sua realidade —, com tôdas as camadas culturais da população.

Foi, assim, atingido sem tropêço, e excedendo as mais otimistas previsões, um primeiro e grande objetivo.

Bem. Mas dizíamos de início que assim como as soluções, os próprios problemas evolvem. No caso presente evoluiu o problema e evolreu a solução.

No primeiro lance, em que foi coroado importante objetivo, tratava-se, como primeira cogitação, de crear reservas, de primeira reservas, reservas por ora só quantitativas. Pelo que, nesse lance, a lei do serviço militar teve uma primeira feição educativa, tolerante, cheia de válvulas de escapamento que deixava facilidades e que permitiam vontades aos recalcitrantes que indistinham razões para desbordar o dever rudimentar de preparar-se para a defesa da pátria. A lei tinha certa elasticidade que permitia ao cidadão o egoísmo de sobrepor suas circunstâncias pessoais às necessidades nacionais, antecipando-se à sua classe a quitação com o serviço militar e orientando-se para certificados de 2.ª categoria, obtidos com maiores facilidades, embora o fizessem um soldado deficiente.

Assim, antes de atingir a idade em que deveria ser convocada, a classe se empobrecia quiçá dos seus elementos mais selecionáveis, através dos Tiros de Guerra, sem que o Exército

Já não falando na guerra presente, sobre a qual quasi nada divulgado que mereça citação, basta que lembremos a mobilização italiana para a guerra da Abissínia, que em teatro hostil distante, foi finalmente uma guerra vitoriosa. Poderemos ver que a convocação foi quasi exclusivamente de reservas de especialistas; porque certamente a distância do teatro, importando em grandes dificuldades de reaprovisionamento, impunha o emprêgo de pequenos efeitos capazes do máximo rendimento pelo emprêgo eficiente do material.

E' aspecto que urge considerar aqui. A lei deve ser adaptada às exigências presentes. Em primeiro as necessidades nacionais, a preparação da nossa defesa pelo preparo para a realidade da guerra, que a nação confia desde a paz ao seu Exército depois, em plano secundário, a ser considerado eventualmente, interesse privado do indivíduo; não é mais o tempo em que se desatendia à necessidade da coletividade para atender ao capricho individual e egoista, muito em particular no que alude à defesa nacional.

A lei de serviço militar em vigor é, no seu espírito e na sua feição, bem mais moderna que a anterior. Há certas partes mesmo em que ela pode ser considerada muito avançada para o caso sul americano. Contem inovações bem interessantes que merecem estudo à parte. E' clara, define com precisão o dever do cidadão em relação à segurança nacional, tem finalmente a virtude da lei concebida e redigida para um fim preciso.

Contudo inda há nela as válvulas... E é aí que pensamos dever ser atualizada.

E' preciso que à classe a incorporar passe por um crivo antes da sua convocação, que seja triada e classificada em grupos homogêneos, atendendo ao gráu de instrução, à profissão, à regiões, etc. etc., de modo a permitir o aproveitamento máximo de todas as possibilidades individuais na futura especialização como homens de tropa.

Isto é necessidade imperiosa, vizando a formação das reservas que hoje já não são mais, como outrora, puramente quantitativas; devem ser qualitativamente boas, a fim de que seu aproveitamento possa ser feito no mínimo prazo após a mobilização.

idesse intervir no sentido do melhor aproveitamento de tais elementos, para a formação de tropas eficientes, porque a própria i concedia esta fuga espontânea à reserva de primeira categoria.

Ora, hoje o quadro se nos apresenta com aspecto todo outro; as necessidades são cada dia mais exigentes e impõem urgente adaptação na constituição das reservas. Quer olhemos penas o quadro no âmbito nacional, quer olhemos o quadro geral, onde o Exército brasileiro surge em contraste com os demais:

— naquele, vemos o cidadão vir solícito e consciente ao quartel para cumprir o dever cívico que o habilita aos direitos da cidadania; e temos este cidadão já amparado por leis complementares, que lhe asseguram o regresso à sua situação anterior, em que o ano de serviço militar lhe causasse danos ao curso da vida civil;

— neste, isto é, no quadro em que olhamos o nível do nosso Exército comparativamente ao dos exércitos estrangeiros, sentimos que, se vamos subindo na coluna de efetivos, em contraste os mantemos estacionários no que se refere a eficiência, por falta de uma judiciosa seleção e do aproveitamento do escalão intelectual, das qualidades técnicas e profissionais das classes corporadas.

E' necessário observar como, com a variedade e a complexidade crescentes dos materiais, a instrução se ramifica e se desobra, exigindo o aproveitamento integral das aptidões e das habilidades que o recruta traz ao chegar ao quartel; isto em princípio acarreta o aumento de horas de trabalho de instrução, de leção crescente nos quadros instrutores e de uma série de outras dificuldades. Mas se uma seleção prévia for feita, que permita aproveitamento das tendências ou iniciações, das habilidades profissionais ou naturais e uma adaptação desses conhecimentos práticas ao emprêgo dos materiais e às diversas atividades das unidades em campanha, é claro que se obtêm resultados mais rápidos e melhores do que os que se iriam obter iniciando, com a instrução do quartel, os homens no emprêgo e nas atividades que os eram de todo desconhecidos, para só mais tarde encaminhá-los para os numerosos ramos de especialização.

Assim, o indivíduo não se encaminha, nem se antecipa por portas fáceis à sua classe. Entra com ela, é submetido, com o seu conjunto, à conveniente seleção; é convocado ou não, para ser reservista de 1.^a ou de 3.^a categoria, independentemente de sua vontade e atendendo às suas possibilidades.

E para terminar estas breves considerações, uma inovação interessante, que esta triagem poderia ainda facilitar, atendendo a um dos mais graves problemas nacionais, — o ser introduzida na lei a isenção definitiva dos casados...

Com esta seleção prévia se terá sempre um exército ativo constituído de uma matéria humana mais plástica, capaz de realizar de fato uma das suas grandes finalidades que é o fornecimento imediato dos pequenos quadros para o enquadramento nas unidades elementares e nas turmas, no caso de mobilização.

* * *

Este é um dos mais sérios problemas com que modernamente se defrontam as nações, maximé as novas, dêste continente novo, que ainda estão plasmando sua mentalidade político-militar, âmbito ainda impreciso do ambiente continental sulamericano.

E é problema que se não resolve de um jato; sua solução é da elaboração progressiva, acompanha passo a passo as oscilações sociais e políticas dos povos, sem pretender jamais atingir a solução definitiva. A Alemanha, que em 1870 já tinha a sua lei de serviço militar, teve que modificá-la onze vespas entre 1870 e 1914; a França, que só em 1872 tem a sua lei de serviço militar, a famosa Lei Thiers, modifica esta lei oito vespas no mesmo período! Ambas, nessas modificações sucessivas, conservam o espírito da sua lei, adaptando-a, e aprimorando-a para as respectivas necessidades nacionais, atendendo à época e às tendências de índole e de educação.

P R E Ç O S

Oficiais e sub-tenentes: ano 30\$000; semestre 15\$000. Sargentos: ano 25\$000; semestre 14\$000.

Os assinantes avulsos caso desejem que a revista siga registrada devem pagar mais 2\$400 por semestre.

Os Oficiais que desejarem ser socios de "A Defesa Nacional", deverão pagar uma joia de 50\$000 de uma só vez ou em diferentes prestações durante um ano comercial.

nente, a população seria uma horda errante e incapaz de evoluir, e sem a população estabilizada a terra não seria um país, mas apenas uma expressão geográfica. O país é o corpo de que a nação é o espírito, e esse corpo é indispensável à evolução nacional. Para mantê-lo é imprescindível preparar-lhe a defesa, porque infelizmente neste planeta a vida está sempre ameaçada. Deus o fez assim. A lei da evolução é a da guerra: vence sempre o mais forte. Não vale a pena indagar se devia ou não ser assim, porque tôdas as religiões ensinam que Deus é infinitamente bom e que só age para o bem, enquanto a história corrobora essa versão mostrando que a humanidade foi sempre beneficiada na razão direta do peso de desgraças que sobre ela têm caído. Daí a conclusão tirada por alguém de que Deus emprega o mal como matéria prima na construção do bem. Mas para aproveitar esse bem é preciso viver; para viver é mistério vencer e para vencer é necessário ser forte. Para que uma nação seja forte e se defenda vitoriosamente da inevitável agressão prevista pela lei evolutiva do planeta, o seu organismo deve ser robusto; e só pode ser robusto se as células componentes também o forem. Chegamos assim a localizar na família a origem de ascenção da seiva vital, ou a fonte de onde emergem as energias de uma nação. A defesa nacional depende dessas energias. Será forte e eficiente se elas também o forem. E nós como povo cristão, que o somos na grande maioria, só poderemos ir buscar essas energias na genuina organização cristã da família, com o complemento de união indissolúvel, pelo amor, com a terra em que nascemos. Se a terra é fecunda, a família também deve ser fecunda para merecer-la, aumentando o poder defensivo da nação à medida que aumenta a riqueza produzida, porque esta atrai cobiça e assalto na razão direta do seu valor e na inversa da capacidade de defesa.

Tôdas as atividades da nação vão aurir nas células do seu organismo a força propulsora; a de defesa não faz exceção. Cada vez mais avulta a importância do papel da família como determinante da força de defesa coletiva, por-

O Natal e a Defesa Nacional

Gen. TABORDA

A festa com que a cristandade comemora o nascimento de Jesus, com uma alegria cheia de ternura e misticismo, parece à primeira vista assunto muito distanciado do objetivo que é a razão de existência desta Revista — a defesa nacional. Entretanto o espírito que preside à festa é o mesmo que crêa e estimula o instinto de defesa coletiva. As duas coisas têm um ponto de contáto íntimo na santa organização da família.

Quando uma família se reúne em torno de um presépio para ensinar às crianças a história do nascimento do menino Jesus, com auxílio da materialização através de objetos, figuras e paisagens, ela está, às vezes sem o sentir, praticando um ritual de auto-consagração. As emoções produzidas no cérebro infantil pela humildade do berço divino, pela singular ansiedade com que na terra animais cantando, balindo e mugindo anunciaavam a chegada do Deus menino e, no céu, uma estrela rebrilhando de alegria conduzia os Reis Magos ao encontro, para proteção e adoração do pequenino enviado celeste, determinam a formação mental e as vibrações afetivas com que essas crianças irão mais tarde transmitir os mesmos ensinamentos aos seus filhos. A instituição do casamento e essa cadeia mental assim formada, que facilita a transmissão de pais para filhos do amor ao divino Mestre e da obediência aos seus conselhos, constituem a força de coesão que dá solidez e resistência à estrutura da família cristã. E essa família é uma célula do organismo nacional. O conjunto de famílias que além dessa ligação espiritual estão vinculadas pelos mesmos interesses, direitos e deveres de ordem temporal forma uma nação, isto é, a comunhão de um povo organizado com uma terra que o abriga e nutre. Sem essa terra, ou país, em propriedade perma-

A DEFESA NACIONAL PUBLICARÁ:

- A Instrução da Seção de Morteiros — 1.º Ten. Hugo de Andrade Abreu.
- Motorização do Serviço de Intendência — Cel Anapio Gomes.
- A decadência do fusil de guerra no combate moderno — Cel. Dilermando de Assim.
- Retirada da Laguna — 2.º Ten. José Carlos Moreira.
- A surpresa em uma guerra moderna — Cap. José Horacio Garcia.
- Reconhecimento e ocupação de posição de Bateria — Caps. Breno e Amyr Borges Fortes.
- Estudo das regiões naturais do Brasil — Pelo 1.º Ten. Luiz Javerno de Souza Filho.
- Nosce te ipsum — Cap. Alfredo Fauroux Mercier.
- Vigilância do ar.

- a) o Partido B tem o grosso de uma D. I. na região **Taubaté** e mantém o contato com a 2.^a D. I. (ação de cobertura) entre **Pinda** e **Guará**; dispõe uma outra D. I., ainda escalonada entre **Mogi das Cruzes** e **S. José dos Campos** e mais outra articulada em **S. Paulo**, **Campinas** e **S. Roque**, contando que uma outra D. I. seria desembarcada em **Santos** dentro de mais alguns dias;
- b) o Partido A, terminada a sua concentração (dos estacionamentos à altura da transversal **Loreto-Piquete** — 1.^a D. I. ao Sul do rio Paraíba, 4.^a D. I. ao Norte, elementos de Corpo e em reforço na transversal **Embaú-Cachoeira-Jataí**) está em condições de operar ofensivamente, contra os invasores.

Como se vê, o 1.^º C. Ex. deveria agir, quanto possível rapidamente, para tirar partido das circunstâncias que permitiam uma operação conjunta de suas fôrças contra o inimigo, ainda em curso de reunião de suas G. U.:

DECISÕES DO CMDO. DO 1.^º C. Ex.

Essas circunstâncias favoráveis foram plenamente vistos pelo cmdo. do 1.^º C. Ex. — conforme ressalta a crítica da Manobra — pois, executando duas etapas noturnas, alternadas com reconhecimentos nos dias de permeio, pôde ficar dentro de 48 horas com o grosso de seus meios em condições de ultrapassar as linhas da 2.^a D. I. (cobertura) à procura contorno real das fôrças inimigas, para atacá-las:

Essa justa noção da situação se encontra nítida a missão atribuída ao 1.^º R. C. C. Ex. na jornada entre as duas etapas noturnas precursoras, o qual deveria, aproveitando as condições de terreno do Sul do Paraíba, entre **Guará** e **Pinda**, romper o contorno aparente, representado pelo contato do inimigo com a posição de cobertura. (2.^a D. I.).

Apesar de falhada essa operação, por decisão arbitrária, resta o seu valor do ponto de vista da atividade do Cmdo. do 1.^º C. Ex., no quadro da situação dos partidos A e B.

Pelo que se pôde depreender do Plano de Manobra e da I.P.S. do cmt. do 1. C. Ex., as decisões tomadas foram simples como a própria concepção da Manobra, do que resultaria, como resultou, o mais pleno êxito dos exercícios.

Duas ordens gerais de operações — uma regulando os movimentos noturnos, outra a operação de ultrapassar a posição de cobertura — foram suficientes para assegurar o desenvolvimento da Manobra, em boas condições.

AS OPERAÇÕES NO AMBITO DAS D. I.

A 2.^a D.I., durante a Manobra, deveria viver uma situação defensiva em larga frente (cerca de vinte quilômetros) seu setor defensivo partido em dois, longitudinalmente, pelo **Paraíba**.

Seu dispositivo respondia a duas idéias impostas pelas condições de terreno:

- a) ao Sul do rio, deveria assegurar o desembocar, pelo grosso do 1.^º C. Ex., do desfiladeiro de **Aparecida**;
- b) ao Norte do rio, deveria barrar ao inimigo o seu desembocar no terreno livre ao Norte de **Guará**,

dualidade de que resultou certa deficiência de reservas.

Desde que ultrapassada, a 2.^a D.I. reagrupou-se ao Sul do **Paraíba**, para aí ser empregada na zona de esforço principal do 1.^º C. Ex. (2.^º escalão).

Para a 2.^a D.I. foram particularmente interessantes os incidentes de contato (patrs., golpes de mão, etc.).

A 1.^a D.I. e a 4.^a D.I. — após duas etapas noturnas e os reconhecimentos necessários à operação ulterior — ultrapassaram as linhas da 2.^a D.I., respectivamente ao Sul e ao Norte do **Paraíba**:

- a) a 1.^a D.I. viu bem as dificuldades de sua zona de ação, pois, desde logo, tratou de assegurar com o emprêgo do seu R. C. D., o próprio desembocar no

desfiladeiro de **Aparecida**; seu dispositivo no fim da segunda etapa noturna, encontrava-se já em terreno livre.

A evolução de seu dispositivo pode parecer à primeira vista desproporcionado à situação, visto como não seria admssível que o inimigo podesse tornar à ofensiva. Mas, se bem consideradas as coisas, a 1.^a D.I. estaria em condições de, eventualmente, reforçar a ação da cobertura se o inimigo tentasse recalcar os elementos desta sobre a própria boca do desfiladeiro de **Aparecida**, hipótese possível e que, se realizada, reduziria desastradamente o espaço necessário do desembocar daquela G.U.

- b)** a 4.^a D.I., desde o fim de sua primeira etapa noturna, já havia realizado o dispositivo com que ultimamente deveria ultrapassar os elementos da 2.^a D.I. ao Norte do **Paraíba**, embora ao preço de fadigas de certo modo pesadas para o agrupamento de fôrças mais ao Norte (natureza do itinerário).

Quando a 1.^a e a 4.^a D.I. tiveram de ultrapassar as linhas da 2.^a D.I., o inimigo reagiu de modo diverso, ao Sul e ao Norte do **Paraíba**, provocando, em consequência, atitudes diferentes para cada uma dessas G.U.:

- a)** diante da 1.^a D.I., o inimigo rompeu o contáto, na primeira parte da noite, o que levou êste G.U. lançar seu R.C.D., ao qual logo se agrupou o 1.^º R.C.C.Ex., à procura de novo contáto, seguida a Cav. por duas Vg. (Inf., Art.);
- b)** diante a 4.^a D.I., o inimigo valendo-se do terreno (dois massiços separados por longo arrozal) mostra uma ação retardadora, desde logo desarticulada pela manobra executada pela 4.^a D.I. Este G.U. transpôs as linhas da 2.^a D.I. com dois agrupamentos de fôrças, correspondendo respectivamente a cada um daqueles massiços e segundo um



Oficiais do Quartel General da 1.ª D.I. e Comandantes da I.D.1 e A.D.1

NO P. C. DA ROSEIRA VELHA



Os Exmos. Snr. Presidente da Republica, e Generais Ministro da Guerra e Diretor da Manobra do Vale do Paraíba, são cumprimentados pelo Exmo. Snr. General Comandante da 1.^a D. I.

EM GUARATINGUETA'



O Exmo. Snr. Comandante da 1.^a D. I. recebe os cumprimentos de um oficial da arbitagem.

mecanismo que ameaçava as comunicações dos elementos inimigos (prioridade da direita sobre a esquerda do dispositivo).

Assim chegavam as 1.^a e 4.^a D.I. ao contâto com o sistema de P.A. da posição de **Taubaté**, mantida pelo grosso das forças inimigas, o que não se verificou, em consequência dos exercícios, devido ao mau tempo, terem sido suspensos por ordem superior. De resto, a Manobra terminava com a montagem do engajamento, por isso que a situação sanitária de **Tremembé**, impediria o prosseguimento das operações.

EXECUÇÃO DAS OPERAÇÕES NAS D.I.

Na execução das operações nas D.I., algumas observações interessantes foram colhidas.

Em primeiro lugar a questão do disfarce dos estacionamentos. Esse problema foi relativamente fácil nas zonas de estacionamento de concentração, devido à existência de numerosas cobertas. Nos estacionamentos seguintes (e na realização de dispositivos previstos) o mesmo não aconteceu, porque, então, rareavam de muito as cobertas. Núm caso como outro ficou muito comprometido o recurso do disfarce, quasi sempre inútil em face dos reconhecimentos fotoáreos. Há fotos que revelam a presença da tropa mesmo utilizando cobertas de certa importância. Contra os perigos do ar o melhor ainda são as defesas ativas.

Os incidentes de formação das colunas à noite e de execução das marchas noturnas forneceram também, aos estados-maiores e aos executantes ensinamentos preciosos, alguns dos quais decorrentes da excessiva disseminação exigida pelo disfarce dos estacionamentos e preparação insuficiente do movimento de parte dos comandos subordinados.

A utilização do tempo disponível para os reconhecimentos forneceu outra fonte preciosa de ensinamentos. Nunca se dispõe, por vários motivos, do tempo necessário a

execução dos reconhecimentos e sim do tempo mínimo indispensável à sua execução. Daí a necessidade de uma preparação minuciosa de roteiros para os reconhecimentos, tendo em vista principalmente a economia de tempo — Organização dos séquitos, escolha de itinerários e observatórios, mecanismo de atuação simultânea dos diversos escalões interessados, etc., etc.. A preparação deficiente dos reconhecimentos causou, por vezes, sérios prejuizos à sequência das operações.

Finalmente, o acionamento dos executantes que nem sempre foi conseguido com a desejada oportunidade, devido ao emprêgo exclusivo de ordens escritas completas. Sempre que estas ordens chegavam aos executantes em confirmação e completando ordens verbais, entendimentos pessoais, ordens particulares ou preparatórias, tudo correu bem.

ELEMENTOS DE C. EX., EM REFÓRÇO E À DISPOSIÇÃO

O 1.º C. Ex. foi relativamente rico, não só quanto aos elementos de Corpo como quanto aos elementos de reforço e à disposição, embora alguns desses elementos fossem representados. Ainda assim, sobre o terreno eram vultosos aqueles elementos.

Como elementos de Corpo, o 1.º Corpo de Ex. possuia:

- a) o 1.º R.C.C.Ex., com uma ala a cavalo e outra moto-mecânica (R.A.N. e meios do Centro de Motorização e mecanização reforçados por auto-transportes);
- b) o 1.º R.A. 105 L/Q.T. (figurado) e o 1.º R.A. Au.T. (representado pelo 1.º G.A.Au.).

Em reforço, o 1.º C.Ex. contava:

- a) com o 1.º Btl. de Carros Leves (representado pelas sec. de Carros Renaut);
- b) com o 10.º G.A. Cav. (G.E.) o 1.º G.O. Au., o 1.º Btl. Ptos. (2 carros e 1 equipagem);



Estacionadores em marcha.

Infantaria em um alto.

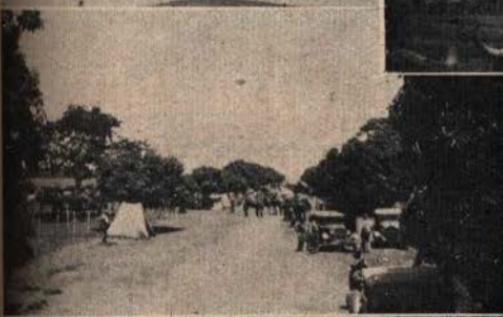


Artilharia na estrada

Viaturas no estacionamento

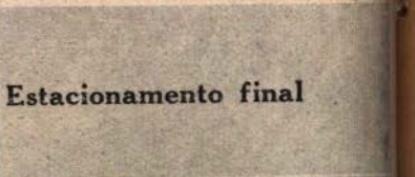
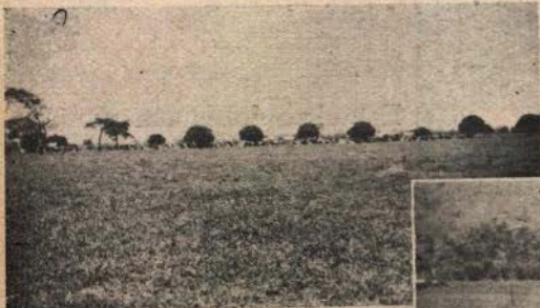


No estacionamento final

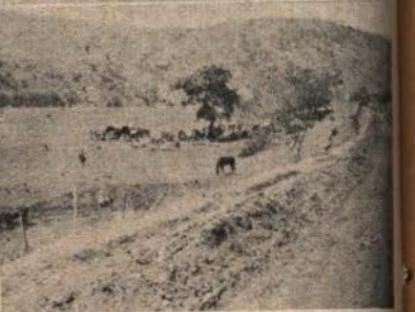
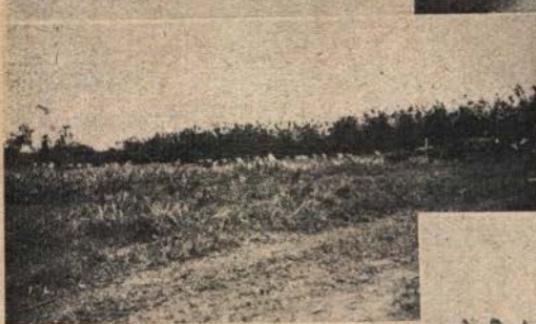


1.º R. A. M., oficiais





Estacionamento no Rib. do
Veloso



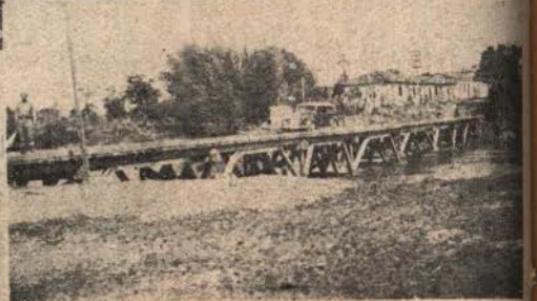
Estacionamento de
"Curuputuba"

Estacionamento de Roseira
Velha



Terreno da manobra

Ponte do Putim



- c) com a 1.^a Cia. Independente de Trns.;
- d) um Cmdo. de Aeronáutica e D.C.A.

À disposição, o 1.^º C.Ex. tinha:

- Aeronáutica** (unidades fortemente representadas):
- 1.^º Gr. **Observação** — Campo base — **Afonso**; campo de trabalho — **Lorena**.
 - 1.^º Agr. de **Caça** — Cmdo. e I Gr. — **Rezende**; II Gr. — **Vieira Cortez**;
 - 1.^º Gr. de **Bombardeio** — **Afonso**.
 - **D.C.A.** — 1.^º R.A.A.Ae., cobrindo estacionamentos das 1.^a e 4.^a D.I. e elementos de Corpo, repartido entre as transversais **Lorena** — **Piquete** e **Choeira** — **Embaú** e nas próprias zonas de estacionamento das D.I.

O emprêgo dêsses elementos foi julgado de modo geral satisfatório:

- a) o 1.^º R.C.C. Ex. como já foi referido;
- b) o 1.^º R.A.Au.T. em refôrço da A.D. (cobertura);
- c) o 1.^º Btl. Ptns., lançava a ponte de equipagem dobrando a ponte de circunstâncias construída para facilitar o reagrupamento da 2.^a D.I.;
- d) o restante da Art. (1.^º R.A. 105 L/Q.T. e 10.^º Gr. A. Cav.) pronto a atuar na zona de esfôrço principal;
- e) a Cia. Trns. fez as ligações no interior do 1.^º C.Ex.
- f) o 1.^º Btl. Carros Leves foi avançado para um ponto de 1.^º destino (sobre rodas) tendo em vista seu emprêgo ulterior;
- g) a aeronáutica foi acionada em bôas condições; apenas por vezes, sua atividade não se enquadrava rigorosamente nas **jornadas de manobra** (tempos de efetivo trabalho para a tropa); merece especial destaque, segundo as informações colhidas a execução das missões de caça e bombardeio.

ORGANIZAÇÃO MATERIAL DA MANOBRA

O equipamento do Teatro da Manobra representa esforço notável, não só pelo vulto dos trabalhos como pela rapidez de sua execução.

Em cerca de 15 dias, nada menos de 200 klms. de estradas foram construídos, melhorados ou alargados (dupla corrente) e cerca de 100 pontilhões reparados ou construídos. Além disso foram construídas duas pontes de circunstância sobre o Paraíba — uma de 80 e outra de 60 metros e mais três outras sobre rios de menor importância.

O problema da circulação ocupou também lugar especial na preparação da manobra, não só para assegurar a circulação no interior da zona de ação do 1.º C. Ex., como para prejudicar o menos possível o tráfego civil, em particular da rodovia Rio-São Paulo. Para atender às necessidades foi empregado um Pelotão de Circulação para a instalação de Postos. Instruções especiais foram baixadas, e rigorosamente cumpridas, regulando todas as questões relativas aos deslocamentos rodoviários.

A circulação através o campo foi também regulada por instruções especiais quanto à maneira pela qual deveriam ser transpostos terrenos cultivados e varadas cercas de arame à organização de turmas por unidades para a recomposição dos aramados e à designação de agentes destinados à constatação de danos eventuais.

Deve-se ainda incluir na organização material da Manobra o exame da água dos ribeirões em toda a zona dos exercícios, serviço que durou cerca de um mês e exigiu a montagem de um laboratório de campanha para as pesquisas. Desses trabalhos resultaram medidas sanitárias para o tratamento da água, consubstanciadas em instruções distribuídas a todos os escalões de comando. Essas medidas contribuiram de seguro, para o excelente estado sanitário da tropa, cujas baixas (inclusive estropiadas e acidentadas) orçaram pela metade dos índices teóricos admissíveis para o período de estacionamento e de marchas vivido pelas tropas.

SERVIÇOS

A situação em que foi empregado o 1.º C.Ex. permitiu a simplificação do difícil problema da organização e funcionamento dos Serviços, em particular dos Serviços Provedores.

Sómente a partir do desencadeamento das ações ofensivas, em particular quando se tratasse da exploração dos seus resultados, é que, lógicamente, se faria necessário o funcionamento dos Serviços Divisionários. Dêsse modo foi adotada a solução do equipamento da zona de ação do 1.º C.Ex. tendo em vista os reabastecimentos, verificando-se então, o contáto direto dos órgãos regimentais com as Estações de Reaprovisionamentos (Armazens).

No que respeita aos Serviços Provedores, há a assinalar-se o reabastecimento de água e de lenha, que foi encarado, ao mesmo título que o de víveres e forragem, em consequência da longa estiagem haver reduzido de muito o regime dos cursos d'água e de não haver vegetação arborecente densa na zona dos exercícios. Sem dúvida, foi muito proveitosa essa experiência, de vez que o problema se apresenta em alguns dos nossos teatros eventuais de guerra.

Outro aspecto interessante, quanto a reaprovisionamentos, foi o do carburante e óleo, em face do número de unidades motorizadas e elementos mecânicos que tomavam parte na Manobra, sem contar-se com o reabastecimento especial das Unidades Aéreas (cerca de 80 aviões).

Em resumo — o vulto do Serviço de Intendência exigiu no escalão C.Ex.: 4 gestões de subsistência; 3 gestões de inflamáveis; 1 Tropa de Gado de Corte e 1 dest. Au. Transporte.

O Serviço de Saúde foi equipado do seguinte modo: no 1.º C.Ex., 1 Gr. Sanitário de C.Ex. e 1 dest. Au. Transporte; nas D.I., 1 amb. Mx. podendo hospitalizar 40 homens e 1 G.P.D. (reduzido). Para a organização do Serviço Mixto contribuiram as Formações Sanitárias da 1.ª e 2.ª D.I., e o excelente material sanitário de que já dispõe a Diretoria de Saúde.

O Serviço de Veterinária ficou reduzido a 1 Sec. Móvel de Tratamento Veterinário no C.Ex..

O Serviço de Engenharia só dispôz de órgãos de direção; a execução dos trabalhos ficou ao cargo de elementos civis, da Cia. Escola de Eng. (sap. min.) e dos sapadores dos Corpos de Tropa (especialistas).

O Serviço de Material Bélico não foi organizado.

O Serviço de Transporte Rodoviário além de um órgão de direção, constou dos seguintes meios de execução (D.M.):

- 1 Gr. Au. Transporte (1 pel. extra, 2 pel. Transporte, 1 pel. de circulação, 1 dest. do S.I., 1 dest. do S.S. e 1 dest. de Q.G.);
- 1 dest. da D.M. (com oficina);
- 1 dest. da D.A.

No 1.º C.Ex. a direção foi atribuída ao Cmt. do 4.º Esq. de trem, dispondo oportunamente do Gr. Au. Transporte. O Serviço de Transporte Rodoviário não atingiu o escalão D. I.

NOTAS DIVERSAS

1) O problema dos efetivos foi satisfatoriamente resolvido com a convocação de reservistas, o que permitiu às unidades de Infantaria se apresentarem com efetivos aproximados dos de guerra.

2) Os transportes de concentração (ferroviário) atingiram um rendimento 100 % o que é um resultado animador se contarmos com as operações de tráfego mútuo, mudanças de bitola e até certo ponto a dispersão dos elementos a transportar (exemplo o 6.º B.C.) e os efetivos transportados (cêrca de 30.000 homens). Esses transportes apenas contaram a seu favor com os prazos, que para não prejudicar, como não prejudicaram, o tráfego comercial das cinco estradas de ferro utilizadas, foram um pouco elásticos.



O General Cmt. da 1.^a D. I., no Observatorio de Rosseira

O Cel. Cmt. da AD/1, no seu observatório



Q. G. da 1.^a D. I., em Aparedida

O Chefe do E M da 1.^a D.I. e árbitros no P. C. da 1.^a D. I. em Horto Florestal



O Cmt. da AD/1 junto ao P. C. de S. Bento

Telemetristas em ação





Oficiais da M. M. F. no P.C.
da A.D./1

Oficiais Paraguaios, servindo no E. M. da 1.^a D.I., em visita ao S. T. M. V.



Oficiais da 3.^a Seção do
E. M. da D. M.



Uma ligação de Comando:
— Cmt. e oficiais da
AD/1 em visita ao P. C.
da AD/4



Arbitros no P. C. da A.D./1



A infantaria regressa...



3) As transmissões atingiram vulto excepcional pois obrigaram a um desenvolvimento de cerca de 300 kms. de fio, afóra o controle de circuitos civis e da E.C.C.B. Particularmente as transmissões radio-elétricas merecem menção especial (telefonia).

4) A Manobra foi precedida de trabalhos na carta e reconhecimentos no terreno, em todos os escalões, aqueles por conta da Direção da Manobra, estes por conta dos Cmts. das G.U.. A D.M. também executou duas séries de reconhecimentos intervalados de três semanas.

5) A Direção da Manobra absorveu cerca de 40 oficiais (E.M. e Serviços) e a Direção de Arbitragem cerca de 70 oficiais. A organização e funcionamento da D.A. representaram papel decisivo no êxito da Manobra, conforme foi assinalado na crítica, que também consignou a conduta da representação do inimigo (Batalhão Escola e 1 esq. da Fôrça Policial de S. Paulo) como excelente.

6) A participação das Fôrças Policiais do Distrito Federal, de Minas e S. Paulo, completando estas com unidades constituidas, as I.D., deixou a melhor das impressões pela disciplina e capacidade profissional que revelaram e, sobretudo, pela sua perfeita identificação com os elementos do Exército.

7) A capacidade de ação dos Corpos de tropa e formações dos serviços já é um fato apreciável, posto em relêvo em operações de movimento que se processaram numa profundidade de cerca de 60 kms.. Muitas unidades fizeram deslocamentos superiores a 100 kms.

8) Não deve passar sem reparo a ordem e disciplina que presidiram a vida em campanha do 1.º C. Ex., cujas unidades atravessaram cidades, estacionaram na proximidade de localidades, em Fazendas e sítios, atravessaram inúmeras propriedades particulares sem nenhum incidente digno de registro. Em consequência da ordem e disciplina reinantes os acidentes se reduziram ao mínimo de meia duzia de acidentados e o estado da cavalhada foi sempre de primeira ordem.

OBSERVAÇÃO FINAL

A Manobra do Vale do Paraíba, além dos ensinamentos de ordem técnico-profissional que forneceu, constituiu excelente oportunidade para a consolidação da confiança do povo na eficiência do Exército.

O interesse despertado pela presença de tropa; o respeito recíproco entre soldados e civis; o acatamento dispensado aos chefes militares, em todos os escalões; a curiosidade diante o material em serviço; os comentários patrióticos ouvidos em tôdas as camadas sociais; o espírito de cooperação, sem reservas, das autoridades civis e dos particulares — tôdas essas manifestações servem de índice para medir-se o gráu de compreensão do problema militar brasileiro.

Apesar do custo elevado de Manobras como a do Vale do Paraíba, todos os sacrifícios devem ser feitos para que elas se repitam, anualmente, com a condição de variar a Zona de Manobra. Além do progressivo aperfeiçoamento do equipamento das unidades de tropa e formações dos serviços, do treinamento do Cmdo. e dos Estados-Maiores no manejo de efetivos importantes e na variedade de circunstâncias de emprêgo daquelas fôrças (terreno, clima, recursos locais, etc.), há ainda o aumento das energias morais resultantes da comunhão de esforços entre militares e civis, entre o Exército e o Povo, que melhor se conhecendo mais forte tornarão a Nação.

Já se foram os tempos em que os desfiles bastavam para estabelecer a confiança da opinião pública nas fôrças militares. Atualmente é preciso e é possível fazer-se mais que isso — **prossigamos**.

O GRUPO NOS TIROS PREPARADOS

CASO CONCRETO

Pelos Cap. Breno Borges Fortes
e Cap. Jorge Cesar Teixeira

(Carta V. M. 1:20.000)

SITUAÇÃO

1) — a) O II/3.^º R. A. M. tem suas posições em:

Bias.	P1	P2	P3	P4	Observações
Bia.	x 97.720	97.718	97.693	97.697	PEÇA DE AMARRAÇÃO: x = 97.560
	y 101.060	101.022	100.958	100.918	
	z 50	52	51	53	
Bia.	x 97.495	97.515	97.488	97.523	PEÇA GUIA (FICTIONÍCIA) x = 97.510
	y 100.790	100.744	100.706	100.676	
	z 55	53	56	54	
Bia.	x 97.084	97.100	97.062	97.069	
	y 100.208	100.172	100.137	100.072	
	z 55	56	54	53	

b) Limites da zona de ação:

Direito — Pontos trigonométricos de M.^º DENDÊ e Col. MACEGAL.

Esquerdo — Ponto cotado 123 de M.^º do JAQUES e TORRE da Col. da TORRE.

Curto — Meridiano 95.

c) Direção de vigilância n.^º 1 = 50.000"

2 — a) O Grupo só dispõe de granadas de aço.

b) Há os seguintes d₁V₀:

1.^a Bia. — (— 6) (— 7) (— 7) (— 8)

2.^a Bia. — (— 4) (— 5) (— 5) (— 6)

3.^a Bia. — (— 2) (— 3) (— 3) (— 4)

Peça de amarração e peça guia: (— 1).

- c) Não se conhece o d_p e o d_2V_0
 d) O último boletim de sondagem recebido foi:

092.203
 008.772
 003.852
 024.053
 054.355
 104.558

- c) Supõe-se a temperatura da pólvora igual à do ambiente.

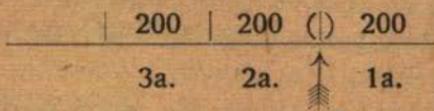
3 — **Convenções** — O Cmt. do Gr. estabeleceu as seguintes:

a) **Concentrações:**

- A 1.^a Bia. começará pelas alças médias, a 2.^a pelas curtas e a 3.^a pelas longas.
 — Tôdas as Bias. baterão a totalidade da frente do objetivo, se < 300 m.
 — O desencadeamento será feito pelo Cmt. do Gr.
 — A duração será de 10 min., sendo 3 min. da 1.^a fase e 7 da 2.^a.

b) **Tiros de deter:**

A 1.^a Bia. baterá 240 m, tendo a sua direita a 200 m. à direita do ponto dado; a 2.^a 240 para a esquerda d'este ponto, e a 3.^a baterá 240 m, tendo a sua direita 200 m. à esquerda do ponto designado.



Ponto designado pela C. T.

- A duração será de 3 min.
 — O desencadeamento será feito pelo Cmt. Gr.
- 4) — **Preparação experimental:**

— Foi feita pela peça de amarração, com 2 A.A. e obtidas as seguintes correções:

$$\begin{array}{l} \text{A A}_1 \left\{ \begin{array}{l} + 3'' \\ (5.000 \text{ m.}) \end{array} \right. \\ \left. + 180 \text{ m.} \right\} \end{array}$$

$$\begin{array}{l} \text{A A}_2 \left\{ \begin{array}{l} + 3'' \\ (3.200 \text{ m.}) \end{array} \right. \\ \left. + 80 \text{ m.} \right\} \end{array}$$

OBJETIVOS

1) — Foram designados ao Cmt. do Gr. os seguintes objetivos:

a) Concentração n.º 1 — em $\left\{ \begin{array}{l} 93.335 \\ 102.350 \\ 27 \end{array} \right.$
com 125×150 m.

Desencadeamento às 10 (dez) horas e 20 (vinte) minutos. Duração 10 minutos.

b) Tiros de deter n.º 2 — em $\left\{ \begin{array}{l} 93.000 \\ 101.100 \\ 28 \end{array} \right.$

c) Concentração n.º 3 — no cruzamento de estradas em... (designado à vista no observatório) com 200×150 m. Duração 3 min.

Em consequência:

ORDENS DO CMT. DO GRUPO

- Locado o objetivo 1 num plano de conjunto, o cmt. do Gr. decidiu o processo de ajustagem para êsse objetivo. O obj. 2 não comporta majorações.
- Quanto ao objetivo n.º 3, êste determinou à peça de amarração que colhesse elementos para o referido cruzamento. O cmt. da peça de amarração forneceu os seguintes elementos (para o centro).

V n.º 1 + 55

Âng. $13^{\circ} 10'$

- O Cmt. do Gr. dá então as seguintes ordens à Central de Tiro:

a) Concentração n.º 1 — em $\left\{ \begin{array}{l} 93.335 \\ 102.350 \\ 27 \end{array} \right.$

125 × 150 m.

Preparação experimental.

Desencadeamento às 10 (dez) horas e 20 (vinte) minutos.

b) **Tiro de deter n.º 2 — em** $\left\{ \begin{array}{l} 93.000 \\ 101.100 \\ 28 \end{array} \right.$

c) **Concentração n.º 3 — em:** Vig. n.º 1 + 55
Âng. 13º 10'

200 × 150 m.

Duração 3 min.

(Solução no número de Janeiro)

VOLTARA' O ESCUDO?

Cap. MARIO IMBIRIBA

A arte da guerra passa por transformações periódicas e na expressão de Napoleão é necessário mudar a tática cada dez anos se se quer conservar alguma superioridade. A surpresa que causam, constitue já uma acentuada vantagem. Impõem ao inimigo readaptação que requer tempo para estudos, provimentos, instrução e que nem sempre existe.

Distinguem-se dentro dessas mutações duas grandes categorias: a primeira, mais numerosa, reune aquelas que são devidas ao progresso do armamento, das descobertas científicas, acompanhadas quasi sempre de transformações nos processos de combate; a segunda, as que dizem respeito às novas formações ou modo de combater com as mesmas armas.

Processam-se mais a miúdo do que percebemos, muitas, entretanto, ficam anónimas nos regulamentos, nas instruções, esquecidas pelas subsequentes, sem que o grande ruido da vitória as consagre.

Da primeira categoria citaremos, ao acaso, as que se tornaram mais notórias pelos efeitos: a sarissa de Felipe da Macedônia; o tiro em conjunto da infantaria e os canhões de batalhão, de Gustavo Adolfo; a aprouada, na batalha de Riachuelo, por Barroso; o foguete como meio de transmissão e o balão como observatório, por Caxias, em Humaitá; maior articulação da infantaria, em grupos de combate, pelo aparecimento de uma arma de tiro mais rápido e o cuidadoso disfarce das posições de bateria, pelos nipônicos, na guerra russo-japonesa; os gases, tanques e aviação na guerra européia de 1914-1918 e ultimamente o emprego do avião em mergulho conjugado com a ação dos carros blindados e que deu nascimento à já notória "blitzkrieg".

São exemplos clássicos da segunda categoria a ordem oblíqua de Epaminondas, na batalha de Leutra, estilizada por Frederico II; a formação do quadrado, do condestado Nunalvares Pe-

reira, na batalha de Atoleiros, contra as cargas de cavalaria, que Napoleão adaptou às circunstâncias, às armas da época, na campanha do Egito e que havia de ter aplicação corrente entre nós na memorável retirada da Laguna.

Releva salientar que as inovações eficientes não surgem a sabor das capacidades inventivas apenas, mas como consequência de profunda elaboração do espírito ofensivo e da vontade de vencer. Só assim podem dar resultados. A máquina é um instrumento, precisa ser movimentada por uma vontade determinada, consciente.

Toda inovação propriamente tática e que na guerra assume aspecto de temeridade, precisa basear-se nas inclinações do combatente e no espírito de que está animado. Deve aproveitar ao máximo essas qualidades.

E' o segredo dos grandes prodígios.

* * *

O alcance, a precisão, a rapidez de tiro, o calibre variado das armas de fogo, próprios cada qual a produzir determinados efeitos e que se completam, justapondo ou superpondo-se, qualidades que a técnica armamentista desenvolve progressivamente, tornou a ação do fogo preponderante no combate moderno. Tais são os efeitos morais e de destruição, que hoje é considerado impossível uma progressão contra fogos bem ajustados.

Ora, tendo em vista que só a ofensiva dá resultados positivos e que a vontade de vencer se manifesta pelo avanço para o inimigo, de maneira a exterminá-lo pelo fogo que progride ou principalmente, pelo ato culminante do combate que é o ataque à arma branca, o nosso espírito se atém em considerações como proteger o infante que precisa caminhar contra êsses fogos.

A blindagem dos carros, das partes vitais do avião, a "camouflage" e espaldões são expedientes que asseguram proteção mais ou menos eficaz ao combatente. Todavia, ao infante que avança abrigado por um simples capacete, resta apenas a bravura e a cortina alucinante da barragem que a artilharia amiga lhe oferece na frente.

Não creio tardar pela técnica armamentista a solução de um escudo portátil e resistente para o infante que o resguarde dos tiros de infantaria e dos estilhaços de granada que venham da frente.

O capacete de aço já é o início da solução. Quando o escudo não o proteja completamente pelo menos criará uma atitude mental.

A idéia não é nova se considerarmos que o escudo sempre existiu nas guerras de outrora. A condição é adaptá-lo às características das armas de arremesso de hoje; anular pela judiciosa disposição de superfícies reversas, amortecedores, metais leves resistentes a descomunal força viva do projétil moderno. Certamente nem todos os combatentes levarão escudo, a distribuição numa ou noutra proporção de volteadores, serventes das armas automáticas é detalhe que faz parte da organização.

Se sua influência é lógica no combate ofensivo não menos é na defensiva.

Um dispositivo deve permitir armá-lo como cobertura sobre trincheira. E se levarmos em conta que os tiros da infantaria são numa grande proporção feitos para o alto, porque o atirador instintivamente procura ocultar-se atrás da crista de fogo da trincheira, a infantaria terá com a adoção do escudo uma percentagem centuplicada de tiros eficazes, porque o atirador protegido por cima pelo escudo fará uma pontaria mais segura.

No assalto a sua utilidade é curial.

* * *

Os antecedentes históricos provam ter o soldado brasileiro qualidades excepcionais. De sua paciência, coragem, firmeza e inexpugnabilidade na defesa das posições falam eloquentemente o reduto do Rio Formoso, Dourados, Canudos, Contestado. O mesmo se pode afirmar do ímpeto no assalto à arma branca, cujos feitos seria inútil enumerar, porque sempre que sou o clarim "calar baionetas" conseguimos à vitória, que não se tinha esboçado ao inimigo.

Por que não seremos os primeiros a adotar o escudo ?

Aos Nossos Leitores

A partir do mês de Janeiro próximo, a distribuição desta Revista será feita no dia 10 de cada mês, seja pela remessa direta aos assinantes, seja por intermédio dos nossos representantes.

INSTRUÇÃO DE TIRO

Plano para execução nas sub-unidades
do Btl., durante o ano de instrução de 1940

Pelo Major COSTA E SILVA

INTRODUÇÃO

Para que o consumo de munição de guerra nos exercícios de tiro dêste Btl., se ajuste à dotação de munição prevista para o corrente ano pelo Boletim Reservado n.º 3, de 25 de Março de 1940, deverão as sub-unidades observar, na execução dos tiros de instrução e de combate das diversas armas, as seguintes prescrições:

FUZIL MAUSER

(Nas Cias. de Fuzileiros e de Mtrs.)

A) — TIROS DE INSTRUÇÃO.

I) — Os sargentos, cabos e soldados engajados reiniciarão a instrução pelo tiro n.º 9 do quadro II do R. T. A. P. 1.ª Parte, de acordo com o n.º 41 do anexo VIII do R. T. A. P., 1.ª Parte e terminarão no tiro 11, de acordo com o Reservado da D. M. B..

II) — Os recrutas executarão a série de tiros dos quadros I e II do R. T. A. P., 1.ª Parte, menos os de números 2 e 6 do quadro I e 12 do quadro II.

III) — Objetivos a atingir:

1) — No fim do 3.º mês:

a) — Os sargentos, cabos e soldados engajados deverão ter executado o tiro n.º 9;

b) — Todos os recrutas deverão ter executado os tiros números 1, 3, 4 e 5 do quadro I, e 7 do quadro II do R.T.A.P., 1.ª Parte.

2) — No fim do 4.º mês:

a) — Os sargentos, cabos e soldados engajados deverão ter executado o tiro n.º 10 do quadro 2 do R. T. A. P., 1.ª Parte;

b) — Os recrutas: 50 %, o tiro n.º 9; 30 %, o tiro n.º 10; 20 %, o tiro n.º 11.

3) — No fim do 5.º mês:

Todos os homens das sub-unidades deverão ter executado o tiro n.º 11 do quadro II do R.T.A.P., 1.ª Parte.

B) — TIROS INDIVIDUAIS DE COMBATE

(P. E., C. M. B. e Cias. de Fuzileiros)

I) — Os sargentos, cabos e soldados normalmente armados de fuzil (2.os municiadores, remuniciadores, armeiros, condutores, etc.) que não pertencem às esquadras de volteadores, executarão três tiros de combate, cujas condições se aproximem dos tiros ns. 1, 5 e 9 do quadro III do R. T. A. P., 1.ª Parte (de acordo com o n.º 11, título III do R. T. A. P., 1.ª Parte e letra a do n.º 437 do Reg. n.º 10).

II) — Os volteadores (45 por Cia. de Fuzileiros) executarão os tiros individuais de combate constantes do quadro III do R. T. A. P., 1.ª Parte, menos os de ns. 6 e 8 (n.º 77, título III do R.T.A.P., 1.ª Parte, e reservado do D. M. B.).

C) — TIROS COLETIVOS DE COMBATE.

(Nas Cias. de Fuzileiros)

Tiro n.º 1 — Executado pelos volteadores, 2.os municiadores e remuniciadores do 3.º G. C. de cada Cia.

Munição — 5 cartuchos por homem.

Distância — Entre 200 e 300 metros.

Tiro n.º 2 — Executado pelos 6 G. C. restantes de cada Cia., nas condições previstas nos ns. 74, 75 e 76, capítulo II, título II do R. T. A. P., 1.ª Parte, figurando-se o caso de falta de arma automática e obedecendo a uma situação tática simples, creada no decorrer de um exercício de combate.

Munição — 10 cartuchos por volteador, 2.º municiador e remuniciador.

Distância — Entre 400 e 800 metros.

Tiro n.º 3 — Executados pelos volteadores e remuniciadores dos 9 G. C. de cada Cia. (8 homens por G. C.) em cooperação com a arma automática no fogo de "surpresa" (n.º 74, capítulo II do R. T. A. P., 1.ª Parte).

Munição — 5 cartuchos por volteador e remuniciador.

Distância — Entre 300 e 400 metros.

As condições de execução do tiro coletivo de combate serão estabelecidas, oportunamente pelos Cmts. de Cias. e submetidas à consideração do Cmt. do Btl.

OBJETIVO A ATINGIR NOS TIROS DE COMBATE

1.º) — No fim do 4.º mês:

- a) — Os volteadores deverão ter executado os tiros ns. 1 e 2 do quadro III do R. T. A. P., 1.ª Parte;
- b) — Os sargentos, cabos e soldados armados de fuzil deverão ter executado o tiro n.º 1 do mesmo quadro.

2.º) — No fim do 5.º mês:

- a) — Os volteadores deverão ter executado os tiros ns. 3, 4 e 5 do quadro III do R. T. A. P.;

Tiros individuais:

- b) — Os Sargentos, cabos e soldados armados de fuzil deverão ter executado o tiro n.º 5 do mesmo quadro.

3.º) — No fim do 1.º mês do 2.º período de instrução:

- a) — Os volteadores deverão ter executado os tiros ns. 7, 9 e 10 do quadro III do R. T. A. P.

Tiros individuais:

- b) — Os sargentos, cabos e soldados armados de fuzil deverão ter executado o tiro n.º 9 do mesmo quadro.

Tiros coletivos... Deverá estar executado o tiro n.º 1 previsto na folha anterior.

4.º) — No fim do 2.º período:

Tiros coletivos... Os tiros ns. 2 e 3, mencionados na folha anterior, deverão estar executados.

D) — ATIRADORES DE ESCÓL:

Será ministrada no decorrer do 2.º período de instrução, em condições fixadas pelos Cmts. de sub-unidades, caso haja saldo da munição e obedecendo às prescrições do R. T. A. P. e Reg. n.º 10 (n.º 77 e nota do n.º 437, respectivamente) — aos atiradores especiais, classificados segundo o que estatue o R. T. A. P., anexo IX, no n.º 43.

NOTA — Tiros de instrução no P. E.

Todos os homens reiniciarão a instrução pelo tiro n.º 7 e terminarão no tiro 11, do quadro II do R. T. A. P., 1.ª Parte (de acordo com o n.º 41 do Anexo VIII do R. T. A. P., 1.ª Parte e reservado do D. M. B., respectivamente).

FUZIL METRALHADOR

(Nas Cias. de Fuzileiros)

A instrução do tiro de F. M. terá por objetivo principal:

— Nos tiros de instrução:

- a) — A formação de 27 atiradores (atirador, 1.º muniçador e 2.º muniçador por G. C.) que executarão os tiros

ns. 1, 3, 4, 5, 7, 9, e 10 dos quadros I e II do R. T. A. P., 2.^a Parte.

b) A formação de 18 municiadores e remuniciadores dos G. C. em condições de suprirem, eventualmente a falta dos atiradores, os quais executarão os tiros ns. 1, 2 e 7, sujeitos a condições de passagem.

c) A execução pelos demais recrutas de cada Cia., de Fuzileiros, apenas dos tiros ns. 1, 2 e 7 dos quadros I e II do R. T. A. P. 2.^a Parte.

II — Nos tiros de combate:

a) A exécção pelos grupos de tiro dos G. C. (1 por G. C.) de 4 tiros individuais de combate, os de ns. 1, 3, 4 e 5 do quadro III do R. T. A. P., 2.^a Parte.

b) A execução de 1 tiro coletivo no âmbito do G. C. — fogo de “surpresa” (n.^o 74 — Capítulo II — Título II do R. T. A. P., 1.^a Parte) — tiro n.^o 3, previsto para o fuzil Mauser.

Munição — um carregador (15 cartuchos por G. C.).

OBJETIVOS A ATINGIR NOS TIROS DE F. M.

1.^º) — No fim do 3.^º mês:

a) Todos os recrutas deverão ter executado o tiro n.^o 1 do quadro I do R. T. A. P., 1.^a Parte;

b) 45 recrutas, selecionados entre os melhores executantes do tiro n.^o 1, deverão ter executado o tiro n.^o 2;

c) 27 dos melhores executantes do tiro n.^o 2 (atiradores) deverão ter executado o tiro n.^o 3.

2.^º) — No fim do 4.^º mês:

a) 27 atiradores e 18 municiadores e remuniciadores deverão ter executado o tiro n.^o 7 do quadro II do R. T. A. P., 2.^a Parte.

3.^º) — No fim do 2.^º período de instrução:

a) Os 27 atiradores deverão ter executado o tiro n.^o 10 do quadro II do R. T. A. P., 2.^a Parte.

b) Os melhores 27 atiradores dos grupos de tiro dos G. C. deverão ter executado os tiros individuais de combate ns. 1, 3, 4 e 5 do quadro III do R. T. A. P., 2.^a Parte.

METRALHADORA PESADA

(Nas Companhias de Mtrs.)

A instrução de tiro de Metralhadoras terá por objetivo principal:

I) — Nos tiros de instrução:

- a) A formação de 24 atiradores (n.º 417 do Reg. n.º 10) executando a série de tiros dos quadros ns. 1 e 2 do Reg. n.º 10, com exclusão de tiro n.º 6;
- b) Treinamento de muniçadores e remuniçadores, para eventual substituição dos atiradores (n.º 417 do Reg. n.º 10), executando os tiros ns. 1, 2 e 5;
- c) A execução pelos condutores, armeiros e telemetristas (32 dos tiros ns. 1 e 5).

II) — Nos tiros de combate.

- a) A execução pelos 24 atiradores dos tiros ns. 1, 3 e 4 do quadro n.º 3 do Reg. n.º 10.

III) — Na instrução dos metralhadores de Escól:

A execução pelos 8 melhores atiradores de tiros suplementares à escolha dos Cmt. das C. M. P., de acordo com o n.º 419 do Reg. n.º 10.

Munição — 60 cartuchos por atirador.

OBJETIVOS A ATINGIR NOS TIROS DE METRALHADORA

1.º) No fim do 3.º mês:

- a) Todos os recrutas das C. M. B. deverão ter executado os tiros ns. 1 e 2 do Reg. n.º 10;
- b) Os sargentos, os chefes de peça e os soldados engajados, deverão ter executado os tiros ns. 1 e 2.

2.º) No fim do 4.º mês:

- a) Os 24 atiradores deverão ter executado os tiros ns. 3, 4 e 5;
- b) os 16 muniçadores e remuniçadores e condutores, armeiros e telemetristas, deverão ter executado o tiro n.º 5;
- c) os Sargentos, os chefes de peça e os soldados engajados, deverão ter executado o tiro n.º 5.

3.º) No fim do 5.º mês:

- a) Os atiradores deverão ter executado os tiros ns. 7 e 8.

4.º) No fim do 1.º mês do 2.º período:

- a) Os 24 atiradores deverão ter executado o tiro 9 do quadro II e o tiro de combate n.º 1 do quadro III do Reg. n.º 10:

, 5.º) No fim do 2.º período:

a) Os 24 atiradores deverão ter executado os tiros de combate ns. 3 e 4 do quadro III do Reg. n.º 10;

b) os 8 melhores atiradores deverão ter executado 2 tiros suplementares da instrução de metralhador de Escól.

GRANADAS DE MÃO

(Nas Cias. de Fuzileiros e C. M. B.)

Não havendo dotação de granadas carregadas ou com espoletas carregadas, previsto no Boletim Reservado n.º 3, de 25 de Março do corrente ano, para atender o que prescreve o anexo IV do R. T. A. P., 1.ª Parte;

não existindo no R. T. A. P., quaisquer disposições relativas à execução dos tiros de granadas;

não estabelecendo o R. T. A. P., quadros tipos ou disposições especiais para a execução dos tiros de granadas;

não fixando o R. T. A. P. ou qualquer outro dos nossos regulamentos as bases para a classificação dos granadeiros em **bons**, de 1.ª classe ou classe especial (classificação a que alude o anexo 10, no n.º 56);

referindo-se o R. T. A. P. a “exigências médias” a satisfazer pelos granadeiros e a “resultados obtidos” nos tiros executados com as granadas de mão e de fuzil (anexo IX, ao n.º 42, letra b) e quadro IV (tiro de granada) modelos do R. T. A. P.;

não havendo disposições especiais para a apreciação dos aludidos “resultados obtidos nos tiros de granadas” em alcance, velocidade e precisão, a que se refere a citada folha IV dos modelos;

e tendo em vista a importância da instrução de tiros de granadas, para a formação de granadeiros, o que é possível, com a execução, apenas, com o tiro de granadas inertes, a exemplo do que se faz no Exército Francês, em que o uso de granadas carregadas ou com a espoleta carregada, é excepcional, sendo mesmo, “interdito no tempo de paz, salvo para os corpos que são autorizados a utilizá-las” (Instruction sur la pratique du tir — 1930 — n.º 218);

PARA que no Btl., se executem tiros de granadas, completando as noções relativas às granadas, adquiridas nas partes de Armamento, Tiro e Educação Física Militar; e para que haja um só critério na apreciação dos “resultados obtidos” nesses tiros, adotar-se-ão, a título precário, as seguintes disposições:

A) — TIROS DE INSTRUÇÃO.

Tipos de granada — Os utilizados nos exercícios preparatórios do lançamento — Inertes — Cheias de areia ou de chumbo, de modo que os pesos se aproximem das granadas ofensivas (300 grs.) e defensivas (550 grs.).

TIROS A EXECUTAR E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO — (vide quadro I).

B) — PARA OS TIROS DE COMBATE

Tipos de granada — Inertes — como os tiros de instrução (Se possível com espoletas carregadas — dotação a conseguir).

TIROS A EXECUTAR E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO — (Vide quadro II).

C) — OBJETIVO PRINCIPAL A ATINGIR NA INSTRUÇÃO DE TIRO DE GRANADA DE MÃO.

a) A execução dos tiros ns. 1, 2 e 3 do quadro I dêste plano, por todos os homens das sub-unidades (Cias. de Fuzileiros e C. M. B.);

b) A execução pelos 63 recrutas melhores executantes dos tiros ns. 1, 2 e 3 do quadro I, de todos os tiros do quadro I dêste Plano;

c) A execução dos tiros de combate do quadro II pelos 45 melhores lançadores nos tiros de instrução;

d) A execução pelos demais homens das sub-unidades do tiro 1 do quadro II.

OBJETIVOS A ATINGIR NO DECORRER DA INSTRUÇÃO

1.º — No fim do 2.º mês:

a) Instrução técnica: mecanismo do lançamento; Instrução preparatória: técnica, mecanismo do lançamento e treinamento do lançamento;

Todos os homens deverão ter executado o tiro 1 do quadro L.

2.º) — No fim do 3.º mês:

a) Todos os homens deverão ter executado os tiros 1, 2 e 3 do quadro I dêste Plano.

3.º) — No fim do 4.º mês:

a) Os 63 homens selecionados deverão ter executado os tiros 5 e 6 do Quadro I.

b) — Os 63 homens selecionados deverão ter executado o tiro n.º 1 do quadro II dêste Plano.

5.º) — No fim do 2.º período de instrução:

a) Os 45 homens selecionados nos tiros de instrução e tiro n.º 1 de combate, deverão ter executado os tiros 2 e 3 do quadro II.

b) Os demais homens das sub-unidades deverão ter executado o tiro n.º 1 do quadro II dêste plano.

GRANADAS DE FUZIL

(Cias. de Fuzileiros)

Prevalecendo para as granadas de fuzil as mesmas considerações preliminares feitas para as granadas de mão, e mais ainda a de só existir nas Cias. dêste Btl. um número reduzido de granadas inertes, tipo B. C. R., e bocal do mesmo tipo, seguir-se-ão na instrução de tiro de granada de fuzil, as prescrições abaixo:

Tipos de granadas B. C. R. — Inertes (a título precário).

Bocal B. C. R. — (a título precário).

Cartuchos — De festim comum.

Aparelho de pontaria de madeira, de acordo com o modelo francês.

Com êstes elementos poder-se-á contar com um alcance até 200, conforme experiências feitas.

I) — TIROS DE INSTRUÇÃO

1) Tiros a executar e condições de execução — (Vêr quadro I).

2) Tiros de combate — (Ver quadro II).

3) Objetivo principal da instrução de tiro de granada de fuzil:

a) A formação de 18 granadeiros (2 por G.C.), executando todos os tiros do quadro I a II dêste plano.

b) A execução pelos volteadores dos tiros 1, 2 e 3 do quadro I e dos tiros 1 e 2 do quadro II, para ficarem em condições de substituir eventualmente os granadeiros.

c) A execução pelos demais recrutas dos tiros 1 e 2 do quadro I e tiro n.º 1 do quadro II.

OBJETIVOS A ATINGIR NO DECORRER DA INSTRUÇÃO

1.º) — No fim do 3.º mês:

a) Deverá ter sido ministrada a instrução preparatória para o tiro compreendendo:

— Conhecimento sobre os característicos, emprêgo e efeito das granadas de fuzil, técnica de tiro e posições do atirador.

2.º) — No fim do 1.º período de instrução:

a) Todos os recrutas deverão ter executado os tiros 1 e 2 do quadro I;

b) Os volteadores deverão ter executado o tiro n.º 3 do quadro I e o tiro n.º 1 do quadro II;

c) Os granadeiros deverão ter executado os tiros 3 e 4 do quadro I e o tiro n.º 1 do quadro II;

3.º) — No fim do 2.º período de instrução:

a) Os volteadores deverão ter executado o tiro n.º 2 do quadro II.

b) Os granadeiros deverão ter executado os tiros 2, 3 e 4 do quadro II.

OBSERVAÇÕES

1.ª — O presente plano para realização da Instrução de tiro, foi executado com ótimos resultados pelo II Btl., do 7.º R. I. no ano próximo findo tendo sido elaborado pelo Major Artur da Costa e Silva, seu Cmt.. Foi executado com relativa folga de tempo durante o ano de instrução.

2.ª — A instrução de tiro dos oficiais será organizada de acordo com o constante do Boletim Reservado n.º 3, de 25 de Março de 1940.

Aos Nossos Leitores

Desejando facilitar a tarefa dos nossos representantes, cujos assinalados serviços são colunas mestras desta Revista, fizemos a remessa dos últimos números, diretamente aos assinantes.

Os representantes, que quizerem fazer pessoalmente a distribuição, podem comunicar à gerência êste desejo, a-fim de que a Revista seja enviada nos antigos moldes.



DEFESA CONTRA ENGENHOS BLINDADOS

MOACYR POTIGUAR

1.º TEN.

O emprêgo de elementos mecanizados, trouxe para a tropa em tôdas as armas, um auxílio eficiente a par de um certo número de encargos, no que diz respeito à instrução.

Já não se comprehende, que se relegue, em qualquer unidade, para plano inferior, o ensino dos meios, quer de cooperação com os engenhos, quer de defesa contra os elementos blindados do inimigo.

Sobre essa última parte, procuraremos dizer algo, coligido em autores vários e orientado, tão sômente, para o caso particular de um R. C.

Vejamos, primeiramente, como se caracterisa a ação dos engenhos mecânicos:

Eles agem:

A) De perto — devido ao seu fogo, que só é preciso às pequenas distâncias.

B) Por surpresa — devido à sua velocidade e aptidão manobreira.

C) Violentamente — é uma característica que deve procurar o fogo dos engenhos, para auxiliar o receio natural e consequente desmoralização, imposta, já pela sua simples presença. (Como o dragão da lenda: monstro quasi invulnerável vomitando fogo).

Existem também as características próprias ao material, e entre estas destacamos:

Proteção — proporcionada pela espessura e disposição da blindagem.

Velocidade — capacidade de se locomover com rapidez, que é proporcionada por um motor poderoso.

Meios de ataque — proporcionados pelos: órgãos de fogo e pelo choque (poder de esmagamento) devido ao seu peso e velocidade.

Porém, como todo material de guerra, os engenhos também têm seus defeitos e servidões, e entre estes destacamos: elas são mais ou menos ligadas ao terreno, o que importa em dizer que o "Qualquer terreno" é relativo, e seus meios de observação são deficientes, isto é: as equipagens veem mal e quasi nada ouvem do exterior.

Após o exame sumário que fizemos, vamos ver quais os princípios que devem reger a defesa contra os engenhos blindados, tendo sempre em vista, os seus: modos de ação, características e servidões.

A defesa deverá repousar sobre:

a) INFORMAÇÃO e DISPOSITIVO

b) DEFESAS:

I — Ativa

II — Passiva

a) A informação e o dispositivo, nos permitirão evitar ou diminuir o efeito da surpresa, que é uma das características da ação dos engenhos.

b) I — A defesa passiva que, "consiste na máxima utilização das possibilidades que o terreno pode oferecer e na organização apropriada do terreno", nos permitirá retardar ou impedir a progressão dos engenhos inimigos, ao mesmo tempo que os faz demorar sob o nosso fogo.

— Utilização das possibilidades que o terreno pode oferecer, importa em: utilização e melhora dos obstáculos naturais, tais como: cursos d'água, fossos, taludes, bosques, banhados etc...

— Organização do terreno, importa na criação de obstáculos artificiais, tais como: barricadas, fossos e campos de mina.

Sobre a defesa Passiva, ainda cumpre acrescentar o seguinte: os obstáculos destinados a perturbar ou impedir a progressão dos elementos blindados do inimigo, devem estar situados, se possível, em um ponto de passagem obrigatório, difícil de ser contornado pela viatura, e de modo a só ser visto pela equipagem, no último instante (após uma curva forte, por exemplo), a fim de tornar mais difícil a solução do incidente, por parte dos ocupantes do A. M. ou Carro do adversário.

A fim de aumentar o poder defensivo, todo o obstáculo organizado, deverá ser flanqueado por elemento da defesa Ativa. — E' a solução ideal, combinação das defesas: Ativa e Passiva.

II — A defesa Ativa, que consiste em: pôr em ação os nossos meios de fogo (canhões, Mtr. armas Anti-Carro, etc...), nos permitirá destruir, ou melhor, pôr fora de combate os elementos blindados do inimigo.

A ação dos órgãos de fogo normais dos pelotões de Fuzileiros e Mtrs., só deve ser encarada, contra os órgãos de visão, ou, em alguns casos, contra o trem de rolamento dos engenhos. É fácil reconhecer, que tais meios de fogo, não teriam eficiência contra as blindagens e por conseguinte só devem ser empregados contra as partes mais vulneráveis e em circunstâncias especiais — (pequena distância, auxílio às armas Anti-Carro, período de crise, etc...).

Outro meio de defesa Ativa, consiste no emprêgo de cargas de granadas defensivas, reunidas em grupos de três a quatro granadas. "A percussão de uma provoca o arrebentamento das outras".

Esse processo é bastante perigoso, porquanto os homens que lançam as cargas, têm que ficar nas proximidades imediatas do obstáculo destinado a deter a viatura. Cremos que a eficácia desse meio, se limita aos órgãos de visão e trens de rolamento.

Pode-se também empregar os petardos de melinite, em cargas concentradas, porém também é um processo de difícil utilização e de efeito restrito ao trem de rolamento.

Finalmente, como meios especialmente destinados ao combate contra os engenhos blindados, encontramos, no âmbito do R. C., a Sessão Contra Carros.

Antes de falarmos sobre os meios da Sessão, vejamos quais as características exigidas para uma arma anti-carro e qual o seu modo de ação normal.

Características:

- a) Poder de destruição — perfuração e gases.
- b) Rapidez de tiro — devido à grande mobilidade dos engenhos.
- c) Trajetória razante.
- d) Mobilidade dos planos de tiro — para facilitar a pontaria direta.
- e) Fácil serviço em combate — pequena guarnição, maior facilidade de se dissimular.
- f) Pequeno vulto — fácil disfarce.
- g) Proteção frontal aos serventes.

Sobre as características acima apontadas, temos a dizer ainda o seguinte: além do pequeno vulto, a arma anti-carro, "não deve produzir, na partida do tiro, clarão mais forte do que o de outra qualquer metralhadora", o que a tornaria facilmente referenciada.

Creamos que a proteção frontal, para o nosso caso, tornaria o disfarce mais difícil e por conseguinte, a proteção dos serventes poderia ser proporcionada, por um judicioso emprêgo do terreno (enterramento).

Quanto ao ruído produzido pelo tiro, pouca importância tem, em vista da surdez quasi completa a que está condenada a equipagem de um engenho blindado.

Modo de ação:

O valor de uma blindagem repousa nos seguintes dados: Composição, espessura e posição. Vejamos, pois como estas condições influem na questão do tiro de uma arma anti-carro:

Composição — Placas da blindagem mais ou menos resistentes à perfuração, donde: necessidade do tiro ser desencadeado às pequenas distâncias, devido ao maior poder de penetração dos projétils.

Espessura — Maior ou menor, confirma a conclusão acima.

Posição — Um projétil que chega normal à placa da blindagem, não deve ricochetar, e encontra menos resistência à penetração do que se tocasse a blindagem sob qualquer outro ângulo; donde: procurar a incidência normal, que é mais facilitada para as placas laterais da blindagem, em vista destas serem em regra, mais próximas da vertical.

O ideal para uma arma anti-carro é: paralisar e consequentemente, pôr fóra de combate o engenho inimigo, antes de ser identificada pela equipagem da viatura, para tanto, necessário se torna, surpreendê-la.

Nêsse caso, é fácil verificar, que a surpreza importará em:

- Disfarce da posição de tiro.
- Desencadeamento rápido do fogo.

— Violência do fogo, que é subordinada ao número de armas, precisão e rapidez do tiro. A precisão do tiro, variará entre outras coisas na razão direta da distância a que se encontra o objetivo e do adextramento dos serventes. A rapidez do tiro, varia com a cadência da arma e também com o adextramento dos serventes.

Em princípio, o modo de ação normal de uma arma anti-carro, é em flanqueamento, o que, certamente, permitirá defender uma frente maior, com melhor aproveitamento da razância da arma e cobrir o obstáculo em sua maior dimensão.

Após essa análise, vamos ver rapidamente, quais os meios do elemento especialmente destinado à defesa anti-carro no R. C.

A sessão contra-carro, possue em pessoal: 1 sargento, emt. da sessão: 2 cabos, chefes de peça: 14 soldados serventes das peças e 8 soldados condutores. O armamento especial da sessão é constituído de duas metralhadoras anti-carro.

A sessão pode ser empregada reunida ou, em alguns casos, dividida por peças. Ora, como o emprêgo pode ser encarado, da peça isoladamente, comprehende-se facilmente, qual deve ser o valor dos graduados assim como dos serventes que as utilizam.

Longe das vistas do cmt. da sessão, os componentes dessas peças, assim distribuidas, devem sentir certas dificuldades e para vencê-las tem que possuir qualidades acima do nível comum do nosso soldado.

Pelo exposto conclue-se que o emprêgo das armas anti-carro, exigirá um pessoal bastante treinado física, técnica e moralmente.

— Fisicamente, devido à maior fadiga acarretada com o descarregamento e entrada em posição, em vista do material ser relativamente pesado e à rapidez aceitável com que tais operações devem ser efetuadas.

— Técnicamente, a-fim de que não haja hesitações na execução das operações de descarregamento, entrada em posição, utilização do armamento. Cada homem deve saber precisamente o que, por que e como vai realizar as operações necessárias, para que o tempo gasto seja o mínimo indispensável.

— Moralmente, devido ao receio natural imposto pela aproximação dos engenhos; sobre êsse particular convém transcrever as opiniões de dois generais da guerra 1914-918:

“Os colossos de aço, fizeram menos mal físico com suas metralhadoras e canhões, do que moralmente devido à sua relativa invulnerabilidade”. De fato, a relativa invulnerabilidade dos engenhos, deve deixar os homens da defesa em situação de angústia e dúvida, e sómente uma seleção rigorosa a par de uma instrução intensa, fará com que as guarnições das peças anti-carro tenham a calma e sangue frio necessários ao acionamento eficaz dos seus meios de fogo.

Confirma o que acima está dito, a seguinte citação:

“As melhores armas contra os tanks, eram: nervos sólidos, disciplina e intrepidez”.

O problema da instrução dessa sessão, não nos parece fácil e acarretará um trabalho árduo, dadas as dificuldades

atuais em ver-se em cada guarnição de cavalaria, elementos blindados, pois já o simples contato com uma arma ou elemento estranho, tira parte da má impressão causada por tudo o que se conhece mal ou desconhece.

Temos fé, que breve chegará o dia em que contaremos em todos os Regimentos, com cavaleiros aptos a colaborar com seus irmãos dos A. M. e prontos a se defenderem, com eficiência, contra o "Bicho Papão" que tanto sucesso tem feito ultimamente.

NO NÚMERO DE JANEIRO:

**O AVIÃO DE ASSALTO CONTRA AS DIVISÕES
BLINDADAS:**

- os ensinamentos das ultimas guerras
- a doutrina
- o problema técnico
- o problema tático
- o problema estratégico
- o carro e o avião

**Artigo de Camile Rargeran, tradução do Cap. Malvino
Reis Neto.**

NOTA — Por motivos especiais, êste artigo, que já foi
anunciado, só poderá sair no número de Janeiro.

Organização da instrução na Cavalaria

NOTAS DE AULA

Cap. JOSÉ HORACIO GARCIA

Na parte dêste trabalho publicada à página 554 desta revista. n.º 301, diziamos, referindo-nos à organização de uma sub-unidade para a instrução: "vimos mais que esta preparação saía do campo fácil da organização material, entrando francamente não só no adusto matagal da preparação do ambiente moral propício à **formação** e conservação de caracteres sãos, como na simples mas delicada parte da preparação intelectual".

IDÉIAS GERAIS SOBRE O ELEMENTO HOMEM: SEU ESTUDO SOB O PONTO DE VISTA FÍSICO, MORAL E INTELECTUAL; CUIDADOS ESPECIAIS PARA MELHORAR O SEU RENDIMENTO

IDÉIAS GERAIS

Até há bem pouco tempo as nossas preocupações sob o ponto de vista pedagógico, não passavam do estudo empírico das aplicações constantes dos livros francêses sob instrução que até aqui nos chegavam; não nos importava a razão de ser das regras neles enunciadas, obedecíamos cega e religiosamente.

Bouron, Choquet, Laffargue, Guigues, Gerin, La Garenne, Pallié, Mathieu, Loustanau, Desangles e outros escritores militares, são dignos de seguirmos as suas interpretações dos regulamentos, mas devemos ter um **pouco mais de curiosidade profissional**, procurando vêr atrás de suas regras os princípios que as ditaram.

Com o advento da Escola de Educação Física, verdadeiro laboratório biofisiológico, eis-nos enfrentando consciente e

racionalmente a organização de um dos grandes ramos da instrução, fator de um problema nacional, a educação física, mas que só trará proveitos reais o dia em que dispuzermos de especializados em número e qualidade suficientes.

Infelizmente até a presente data os corpos não dispõem dêstes elementos preciosíssimos no número necessário.

Vejamos como procedemos. Orientam-nos práticas ou princípios racionais e seguros?... Vejamos...

O PONTO DE VISTA FÍSICO

Como chegam os nossos recrutas, como os recebemos e como devíamos recebê-los?

Os nossos recrutas na cavalaria são franzinos e, em geral, mulatos, trazem consigo o estigma da crua fraca e da vida difícil.

Encostados ao regimento, comumente, o que fazemos com êstes homens, antes de incorporá-los?

— Todos somos testemunhas, levamô-los para as faxinas pesadas, sem distinção de função-origem; vão alí ombro a ombro o fraco empregado de escritório e o forte carregador de armazem.

— Depois, então, de cometermos êste barbarismo, começam os delicados trabalhos físicos, (a prova fisiológica) acompanhados de recomendações carinhosas do oficial regimental e dos médicos (crentes e metódicos).

Este modo de proceder serve para provar que, em geral, desconhecemos as necessidades de adaptação moral e física dos homens que nos são entregues e que se entregam confiantes em nós; mostramos até falta de bom senso, quando obrigamos um menino que nunca trabalhou com uma picareta a manejá-la três ou quatro horas a fio.

Visto como nos chegam e em linhas gerais como os recebemos, passamos agora ao modo como devíamos recebê-los e tratá-los para melhorar o seu rendimento.

Durante o período que medeia entre a desincorporação e a incorporação, o capitão deve empenhar-se a fundo na

preparação material da sua sub-unidade para receber os novos soldados.

A educação física está intimamente ligada à higiene, donde alojamento arejado, colchões, travesseiros e roupa de cama em condições; o problema da escôva de dentes resolvido, o calção de ginástica, o chuveiro, o piso do alojamento encerado para facilitar a limpeza diária, etc..

O coronel deve empenhar-se em auxiliar e impulsionar os seus capitães, não esquecendo que a bôa alimentação faz parte da higiene e sobre a qual os capitães não têm influência direta.

Para que fim, perguntamos, o homem requer a nutrição?

— “Diariamente o corpo se gasta mais ou menos; no exercício muscular, no sistema nervoso pelas ações mentais, nas víceras pelas funções da vida e o tecido assim gasto tem que ser renovado; diariamente pela radiação o corpo perde calor e para esse fim certos elementos constitutivos do corpo sofrem uma oxidação contínua. Portanto, os únicos fins, para que o indivíduo precisa a nutrição são para suprir a esse gasto diário e fornecer a despeza diária de calor”.

Desde que a alimentação fornecida seja insuficiente ou mal preparada, haverá um déficit que correrá por conta das economias do fraco recruta.

Herbert Spencer estudando a educação física diz que os empreiteiros das estradas de ferro na Inglaterra costumavam levar consigo seus operários, os sapadores ingleses, acostumados a alimentação com predominância da carne, porque são incomparavelmente mais resistentes que os outros operários do continente.

Está provado perfeitamente que esta superioridade não é resultante da diferença da raça, mas da diferença de regime alimentar.

Não resta dúvida que algo de fisiologia e higiene necessitamos para bem orientar a alimentação dos nossos homens.

Pois bem, incluídos os recrutas, o meio deve ser completamente são, portanto, além do material que sábia e cuidado-

samente foi preparado, os elementos antigos, soldados e graduados, devem ter hábitos dignos de servirem de modelo aos novos.

Precisamos lembrar-nos que dando a êsses homens que nos são entregues hábitos higiênicos, isto terá influência no meio para o qual êles voltam.

Já é hoje uma preocupação nos corpos a educação sexual e sobre a qual devemos fixar a nossa atenção com capricho e persistência.

Outro ponto de real valor e de grande influência na vida em geral do homem é o estado de seus dentes, portanto é outro problema que merece a nossa atenção; o Governo vai aumentar o quadro de dentistas, mas isto não bastará, é preciso que o capitão sinta a necessidade dêste serviço para que os seus soldados possam dêle tirar realmente proveito.

O quartel deve ser uma escola de higiene, na qual todos devemos colaborar, seguindo as pistas do médico-chefe com os seus enfermeiros, do oficial dentista e do oficial de educação física regimental.

E' comum cuidarmos com carinho de um mosquetão, de um arreamento, de um cavalo, mas não é comum nos interessarmos diante de um soldado triste, diante de outro pálido, aguardamos que venham a nós...

Eis a situação em que apenas o título de instrutor já não nos chega e se assim cumprimos as nossas obrigações, bem merecemos o de educadores.

Um problema que nos ia passando e que é de real importância, é a organização dos horários, que exige outros conhecimentos além do geito necessário para acomodar as diferentes instruções, horas de refeição, descansos, etc. dentro das 24 horas.

Embora tudo isto, é interessante e animador verificarmos os resultados no fim da 16.^a semana; a educação física aliada a outras instruções, e a assistência constante do capitão tudo modificaram. Mas, como um resíduo ficou uma pequena turma de retardatários; ainda aqui é preciso levan-

tarmos os olhos para a fisiologia ou para uma sub-ciência que hoje já impera — a educação dos anormais.

Sobre este assunto recordo-me perfeitamente de um fato passado durante os exames de recrutas num regimento, quando após um G.C. evoluir diante de nós, o comandante do esquadrão retira de forma um soldado que todos havíamos notado o seu atrazo relativamente aos outros, e nervoso, dirige-lhe palavras ásperas mostrando-lhe como havia feito um papel feio — mas o recruta nada parecia perceber porque continuou rindo inexpressivamente; neste episódio prestamos mais atenção às palavras e aos gestos do comandante do esquadrão.

Para finalizar esta parte relativa ao estudo do homem sob o ponto de vista físico, lembramos que "a escola nova hoje se propõe uma educação completa, natural, educação para a vida, ampla porque mobiliza e trata do físico, do moral, do mental dentro de quadros sociais reais" e, se a escola prepara as crianças que mais tarde serão os soldados, é claro que o quartel não pode se isolar d'este movimento e assistir impassível o esforço diminuto do professorado relativamente ao que precisamos de educação e, portanto, devemos cooperar com él, pelo menos, fazendo do quartel um meio são para receber e não transformar aqueles que trazem bons hábitos.

* * *

Passemos agora a vê-los sob o ponto de vista moral.
Como nos chegam os recrutas?

Em geral, podemos grupá-los em três turmas: homens com alguma instrução e que pela primeira vez deixam o lar; homens sem nenhuma instrução mas sem maus hábitos e finalmente homens sem instrução ou com instrução e que já trilharam os piores caminhos do vício.

Ao transporem o portão do quartel os primeiros são tímidos, os segundos são retraidos por ignorância e os terceiros se aproximam mais dos segundos, mas bem cedo surge-lhes a oportunidade.

Não resta dúvida que o quartel também é uma escola de moral, ali se aprende a proceder direito, e os recrutas ao

ingressarem nas fileiras assumem parte da responsabilidade pelo bom nome da corporação — é a primeira obrigação.

O quartel é cheio de deveres a que não podemos fugir; terminamos por fazer do cumprimento dêles como uma religião. Mas sendo o quartel uma escola não devemos nos contentar que os novos soldados apenas sigam o exemplo dos antigos, é necessário que além disto, diariamente, a todos os momentos, “procuremos incutir-lhes a consciência do dever e da responsabilidade; procuremos estudar-lhes o caráter, desenvolvendo neles o espírito de brasiliade e os deveres de cidadão”.

Uma observação aqui se impõe, o exemplo dos soldados antigos impressiona muito mais que os conselhos diários dos superiores; aqueles agem quando o quartel parece dormir, portanto, quando o recruta longe dos seus superiores, se entrega às suas vontades.

Como justificativa disto diz Claparede em seu livro “A educação funcional” — de todas as influências educativas é sem dúvida a maior, a mais oportuna e eficaz, o exemplo”; o mau exemplo propaga-se como uma epidemia, com imensa rapidez e a todos contamina.

Portanto, nada justifica conservar nos quartéis indivíduos de má conduta, apenas com a justificativa “é de confiança”, “é um bom tratador de cavalo”, enfim “é um bom homem”.

A educação moral deve ser uma preocupação de todos os dias, de todos os instantes. Devemos criar em nossas sub-unidades um ambiente tal que o faltoso se sinta completamente deslocado”. E’ preciso indicar claramente ao soldado os seus deveres; explicar-lhos de modo que comprehenda, ensinar-lhe a observá-los juntando o exemplo ao preceito, facilitar-lhe a prática por advertências e conselhos, obrigá-lo a nunca dêles se afastar, concitá-los à perseverança, empregando com justiça as repressões e os castigos”.

Sendo de todos os momentos, não exclue as lições preparadas e marcadas no quadro de trabalho.

A educação moral segundo Pestalozzi e Kerschensteiner, é mais importante que a cultural. Forster, outro sustentáculo da escola nova, acrescenta que a formação moral dos indivíduos é a base de toda formação social.

Um outro autor diz, "mais importante, pois, que a cultura da inteligência, é a da educação moral que forma a vontade no bem e na virtude, produz a energia máscula para vencer os obstáculos, dá a rigeza de caráter, traçando as normas fixas e imutáveis, segundo as quais o homem age de uma maneira uniforme e constante, superior aos caprichos individuais e às sugestões do meio".

"A educação moral coordena as nossas tendências, subordina os instintos à razão e unifica todas as forças do espírito" diz Monsenhor Pedro Anisio.

Nesta parte da instrução também agimos em geral sem uma base pedagógica sólida. Talvez seja a parte da instrução que mais precisa o auxílio da psicologia, da sociologia e até da fisiologia.

Cito dois livros interessantes, relativos mais ou menos a este assunto: "A psicologia dos comportamentos" e "O temperamento e o caráter".

O estudo dos caracteres humanos é também de real valor para nós instrutores, que vivemos ao lado de nossos recrutas, sentindo-os diariamente.

- Como devemos observar os caracteres.
- Constância do caráter e suas modificações superficiais.
- Quando começa o caráter a se firmar.
- Os modificadores do caráter: internos (hereditariedade, idade, saúde, doença, ação recíproca dos sentimentos, energias intelectuais); externos físicos (alimentos, bebidas, clima, estações) e externos psíquicos (exemplo, educação, profissão, ambiente político, social, econômico e religioso).
- Classificações dos caracteres (nesta classificação são interessantes os falsos bons e os falsos maus de Mantegazza).

Que livros mais interessantes para nós que a "Psicologia das Multidões" de Le Bon, que "A arte de comandar" de Gavet, que a "Educação Moral do Soldado", de Corsi?

"A psicologia não nos ensina os métodos educativos, e juntamente com a fisiologia, nos dá a realidade do educando".

Quanto à importância da psicologia para nós instrutores comandantes ou educadores, é fora de dúvida; ela é uma das ciências fundamentais da pedagogia.

Herbert foi o primeiro a reconhecer esta verdade.

Na prática deste ramo da instrução, a educação moral não basta reprimir as más inclinações, é importante principalmente estimular as boas; segundo a escola de Rousseau, o papel do educador deverá limitar-se à repressão dos afetos desordenados, vigiando por que não se reproduzam e se transformem em atos viciosos.

"Se quereis, pois, inculcar a virtude, sede o primeiro virtuoso, se quereis ser respeitado, respeitai".

Antes de encerrarmos esta parte, digamos algumas palavras sobre os prêmios e os castigos, de grande influência moral e aplicados a toda a nossa instrução.

Os prêmios são necessários como emulação; quando discretamente distribuidos são de efeito maravilhoso.

"Entre os melhores prêmios devem-se colocar os louvores do superior; excitam o sentimento de honra, suscitam esforços e novas energias; é necessário, porém que o louvor seja discreto e não conferido sempre ao mesmo indivíduo, pois estimularia neste a vaidade e nos outros a inveja".

"O castigo infligido pela autoridade visa melhor o falso, formar-lhe a vontade no bem, despertando-lhe a consciência de seus deveres, metendo-os em brios e impedindo assim de reincidir nas mesmas faltas".

Quanto à aplicação dos castigos, o R. D. E. é claro, seria interessante analisar as suas regras à luz dos princípios educacionais.

O tema de que estamos tratando é por demais vasto, sendo o que estamos fazendo, apenas alinhavos, mas cujo objetivo

unicamente despertar o interesse dos instrutores e comandantes.

Seria de algum valor tratarmos da fadiga física e intelectual.

* * *

Passemos agora à ultima parte de nosso trábalho, o estudo do homem sob o ponto de vista intelectual e os meios para melhorar o seu rendimento.

Seguindo o mesmo método que vimos adotando para o estudo do homem sob o ponto de vista físico e moral, podemos dizer que, em geral, 80 % dos incorporados são analfabetos, mas é interessante observar que é entre êstes que se encontram os melhores cavaleiros, os homens mais decididos, enfim os melhores soldados para a campanha.

Então, para o objetivo da instrução da tropa esta questão de analfabetos não tem grande importância; vale alguma coisa porque o regulamento diz que o capitão deve esforçar-se por não comandar analfabetos no fim do primeiro período de instrução, e, por outro, aliás grave, é que a nossa instrução ainda é defeituosa, é muito teórica: — tratamos mais de desenvolver a memória que as possibilidades de ação.

Quem são os candidatos à graduado, quem são os cabos e sargentos em nossos corpos? — São, em geral, os meninos que da escola vieram para o quartel. Agora, todos nós estamos convencidos que na maioria êstes nossos graduados falharam em campanha, por falta de iniciativa e mesmo de força moral para comandar.

Em campanha haverá uma seleção natural, em que as qualidades de caráter, iniciativa e sangue frio farão 95 % dos chefes.

Lembro-me neste momento do General Brallion, contando o espanto causado quando inscreveu um analfabeto no pelotão de candidatos a cabo. São suas estas palavras: "é preciso dar divisas aos que tem autoridade mesmo sem elas, isto é, aos melhores soldados, qualquer que seja a fraqueza de sua instrução geral". (*)

(1) Ensaio sobre a instrução militar.

No Rio Grande, podemos afirmar, até 1937, 90% dos incorporados eram analfabetos.

Precisamos chamar a atenção dos instrutores que é errado nos empenharmos a fundo, querendo ensinar os recrutas a ler, como se bastasse saber ler para ser bom soldado, mesmo sob o ponto de vista educativo, isto é discutido; seria muito mais proveitoso dar-lhes lições de coisas, que lhes despertariam mais a atenção que o "dá-me o dado" que o "deda Diva" das cartilhas; será de mais interesse para um homem bruto mas prático e lhe trará mais resultados uma explcação sobre o ferro e suas aplicações, sobre o algodão, uma lição simples de botânica, etc.... e isto lhe aumentaria as possibilidades de observação, lhe ampliará a visão...

Consideramos outro erro pedagógico o funcionamento da aula de analfabetos fóra das horas de expediente; o homem não é culpado, ele não sabia desta necessidade, portanto, não merece o castigo dêste trabalho suplementar; o recruta não merece e muito menos o tenente diretor da escola os graduados auxiliares, pois os professores civis ainda não resolveram completamente o problema, principalmente pelo seu número relativamente ao número dos alunos. Justificamos este corte com Spencer quando comparando a educação nova com a antiga diz "de todas as mudanças que se efetuaram, a mais importante é o crescente desejo de tornar o estudo uma ocupação agradável e não enfadonha". É o mesmo princípio pedagógico que justifica as sessões de educação física variadas para serem agradáveis, as sessões de instrução combinando diversos assuntos para tirar-lhes a monotonia.

Foi-se o tempo do ensino, antes de qualquer outro ponto, das célebres 7 partes do mosquetão: — hoje o homem pega o mosquetão e vai para o cavalete de pontaria e lá utilizando as diferentes partes da arma ele aprende os seus nomes e esses nomes não tem grande importância, o essencial é que o soldado saiba se servir da arma.

"O fácil é o simples, mas nunca é o elemento desarticulado" e sim o elemento num conjunto, o elemento que desempenha um papel do qual vemos claramente os efeitos.

E' comum falarmos em criar hábitos, reflexos, mas nunca prescrutamos as leis que os regulam, quais os melhores meios de obtê-los.

Outra coisa: exigimos constantemente que certos nomes sejam guardados de memória; perguntamos: alguma vez nos interessaram os processos de memorização?

E assim por diante...

* * *

Feito este estudo em traços gerais e mesmo dando-lhes às vezes um aspecto crítico, uma pergunta fica-nos à beira dos lábios: — Como sai o soldado do quartel? Qual o seu estado físico, moral e intelectual quando novamente retorna ao traje civil?

Fisicamente — em ótimas condições, pois que temos bem lembrança das suas atitudes quando vem se apresentar: — encurvado, pálido, sem músculos, em geral fraco; do quartel quando regressa leva além da saúde a alegria do dever cumprido.

Moralmente — o quartel é uma escola de moral e todos aqueles que terminam o tempo é porque são bons soldados. O rapaz novo forma o seu caráter nos embates com os mais antigos, com as obrigações árduas, sempre sob o olhar protetor e alerta dos superiores.

Intelectualmente — não resta dúvida que relativamente ao estado em que chegam os recrutas, é o ramo em que mais progredem; a ginástica intelectual contínua desenvolve-lhes o intelecto, aumentando-lhes a visão e o senso da observação.

A SEGUIR:

CARROS DE ASSALTO

- Passado dos carros de assalto
- O motor de explosão e a lagarta
- Carros de assalto na guerra de 1914
- Modo de emprêgo dos carros
- Carro — arma econômica
- Evolução técnica e novos processos de combate
- A Divisão mecanizada — composição
- Novos processos de emprêgo na Alemanha
- Consequências gerais da mecanização
- Conclusão

Cap. ARGEMIRO DE ASSIS BRASIL



InSTRUÇÃO na Cavalaria

Cap. ENIO DA CUNHA GARCIA

Instrutor da E. A.

"Hoje, como ontem, o bom êxito das ações da Cavalaria depende do judicioso aproveitamento pelos chefes, das possibilidades de movimento e de fogo da arma".

Tal é a expressão do nosso R. E. C. C., 1.^a parte, 1.^o volume.

Para que as unidades da arma possam produzir "movimento e fogo", eficientes, é preciso que seus elementos sejam dotados de certas e determinadas qualidades.

Criar e desenvolver estas "qualidades" deve ser a preocupação essencial das autoridades responsáveis pela instrução dos elementos da Arma.

No escalão regimento, diversos são os documentos que organizam, regulam, dirigem, alimentam e fiscalizam a instrução. Dentro dêste escalão — cada autoridade tem uma série de obrigações na montagem da máquina de instrução e no seu funcionamento.

Quando se organiza um programa, uma progressão, um quadro semanal de trabalho ou uma sessão de instrução, deve-se ter em mente o que se deseja criar ou desenvolver num batalhão, quadro ou unidade. Proceder ao contrário, isto é, apresentar tais documentos básicos à instrução, sem saber qual o objetivo que se deseja atingir, é agir empíricamente, cumprir apenas uma imposição do escalão superior, entrando com o tal documento exigido no E. M. determinado no dia fixado pela autoridade fiscalizadora.

Para se confeccionar qualquer um dos documentos citados, é preciso se considerar uma série de fatores que influem poderosamente na dosagem da matéria e no tempo a consagrar para atingir tais objetivos.

Em cada região, guarnição, os indivíduos a instruir, os meios materiais à disposição para a instrução, as condições climatéricas, os quadros e as intenções do chefe da grande unidade da Arma, variam consideravelmente. Daí não se poder manter um só dos tais documentos para todas as unidades da Arma.

Aceitar e aplicar, em regiões diferentes ou mesmo guarnições, um mesmo programa de regimento, um mesmo programa-progressão, os mesmos quadros semanais de trabalho ou as mesmas sessões, é puro comodismo.

Não se quer dizer que um programa de regimento feito para o 12.º R. C. I. de Bagé não dê resultados no 8.º R. C. I. em Uruguaiana. Dá, porém não tão bons como os que se obteriam com um programa feito considerando a situação do 8.º R. C. I. Mas um programa feito para o 1.º R. C. I. aplicado no 13.º R. C. I. só poderá dar resultados inteiramente nulos.

Como resultante das considerações emitidas concluimos um comandante de R. C., um comandante de esquadrão ou um comandante pelotão, na confecção de seus documentos de instrução — **programa para período, programa-progressão e quadros semanais de trabalho e sessões de instrução**, devem obrigatoriamente considerar os fatores: **homem, condições materiais, clima, número e valor dos quadros e as intenções do comando da grande unidade**. Este último fator sómente o comando do R. C. dêle se serve e traduz no seu programa para o período.

Tendo em vista as modificações impostas pelo novo R. E. C. C., e, com a preocupação de difundir ensinamentos que colhemos com o insigne mestre da Arma, Cmt. Colin, quem rendemos as nossas homenagens e os nossos agradecimentos — vamos abordar a confecção de um quadro semanal de trabalho.

A preocupação do máximo aproveitamento do tempo, é condição essencial na cavalaria, para se poder atingir os objetivos nos tempos fixados, em vista da multiplicidade de matérias a ensinar.

Calcado no programa-progressão organizado para a fase, o Cap. Cmte. da sub-unidade organiza o seu **quadro-semanal de trabalho** — documento de execução — feito não sómente para dar entrada sexta-feira na subcomandância, mas para ser cumprido e fiscalizado. Portanto, para tal documento ser executado com proveito, precisa ter objetivos perfeitamente definidos, cerceando, agora, um pouco da liberdade de que gozavam anteriormente os tenentes. Agora, o tenente X dará tal assunto, de tal a tal hora, em tal lugar e poderá dispor de tais meios.

Tomaremos como modelo de quadro-semanal de trabalho o anexo.

Na cavalaria os cavaleiros devem receber instrução que podemos agrupar nos seguintes ramos:

- Instrução moral.
- Instrução geral.
- Instrução técnica:
 - a) a pé,
 - b) a cavalo.
- Instrução tática:
 - a) a pé,
 - b) a cavalo.
- Educação física.

Distribuído todo o assunto dos ramos acima citados, por semanas, no programa-progressão organizado para a fase, cabe ao capitão, distribuí-lo pelos dias da semana e por sessões, de acordo, é claro, com os objetivos atingidos na semana anterior.

Na dosagem do assunto a **ensinar, consolidar ou recordear**, o capitão convenciona com os seus tenentes o seguinte:

alínea a — recordar, consolidar (matéria já dada),
 alínea b — ensinar (matéria a ensinar).

Há muito que, nós da cavalaria, já aproveitamos o tempo, da melhor maneira possível. Algumas modificações tentaram introduzir novidades, mas a prática tem demonstrado que a distribuição que seguimos se impõe.

Não basta, porém, bem distribuir a matéria na semana é preciso que o capitão seja como quer o R. I. Q. T. — o instrutor da sua sub-unidade, e não apenas o seu comandante.

Vejamos quais as sessões de instrução que um capitão pode incluir no quadro de trabalho, antes porém definamos o que é sessão.

Sessão de instrução é um sumário do que se deve executar num tempo dado, partindo de um objetivo já atingido e tendo um objetivo à atingir e dispondo de certos meios materiais. E' comum ouvir-se dizer: "já fiz a ficha para amanhã". Ficha é um elemento de consulta e não sai da reserva.

Vejamos as sessões:

- I — Sessão técnica a pé.
 - II — Sessão a cavalo.
 - III — Sessão de ensinamentos diversos.
 - IV — Sessão de Instrução geral.
 - V — Sessão de instrução técnica do atirador de mosquetão (F. M., Mtr.).
 - VI — Sessão de instrução para o combate.
 - VII — Sessão mixta a cavalo e a pé (com predominância de uma ou outra).
 - VIII — Sessão de conhecimentos e cuidados com o material.
 - IX — Sessões especiais (organização do terreno, destruições, passagens de cursos d'água e etc.).
 - X — Sessão de instrução moral.
- Vejamos agora o que o capitão pôde incluir em cada uma dessas sessões e a época oportuna dessa inclusão.

I — SESSÃO TÉCNICA A PÉ

Nos dois primeiros meses de instrução o capitão deve prever uma sessão de instrução técnica a pé, cuja duração pode ser até de 90 minutos. Nesta sessão se pôde dar tudo o

que diga respeito a técnica e que não requeira ambiente apropriado ou que vise a especialização. A partir do 3.º mês esta sessão poderá ser dada em dias alternados.

Matéria — movimentos sem armas, manejo das armas, uso da espada e da lança, algumas partes da instrução técnica do atirador fuzileiro ou metralhador (inclusive morteiro), maneabilidade até esquadrão.

Quando a educação física não fôr dada à tarde pode ser a 2.ª parte desta sessão.

Dada a curta duração que se prevê para a sessão, nela deve predominar a recordação ou a consolidação.

II — SESSÃO A CAVALO

Em princípio, na cavalaria só se deixa de montar diariamente quando não se tiver meios. Entretanto, regiões do país há, que tal não será necessário, devido a qualidade dos cavaleiros. Neste caso se encontra a 3.ª Região, onde basta corrigir os defeitos e ensinar ao recruta os conhecimentos que só adquire na caserna, para se ter cavaleiros.

Divide-se em:

- Escola do cavaleiro a cavalo.
- Escola do G. C., Pel., Esq.
- Serviço em campanha (tática a cavalo).

Desde o início da instrução deve o capitão aproveitar estas sessões para ensinar o apear para o combate e dar mobilidade ao grupo de cavalos de mão. Na instrução — nunca se apêa sómente para se apear.

A duração desta sessão pode ir até 4 horas.

III — SESSÃO DE ENSINAMENTOS DIVERSOS

Diariamente nos corpos reserva-se um certo tempo para os cuidados diários com os animais. Entretanto, assuntos há que podem muito bem ser dados nesta hora. Exterior do cavalo, cuidados especiais, nomenclatura do material de limpeza, etc..

Se gruparmos os recrutas em volta de um graduado, temos fiscalizado a limpeza e poderemos recordar certos as-

suntos da instrução, como sejam a parte teórica do serviço em campanha, organização sobre todo o assunto que comporta conhecimentos, e os graduados, sob a fiscalização dos tenentes e do capitão, recordam ou mesmo ensinam tais questionários.

E o tempo está sendo aproveitado.

IV — SESSÃO DE INSTRUÇÃO GERAL

Assuntos há que podem ser ensinados em sala, reserva ou cobertas. Dada a variedade desses assuntos se impõe a divisão em diversas oficinas e um preparo cuidadoso, a parte de um tenente ativo e de espírito criador, para transformar uma sessão de assunto monótono em atrativa; apela para os símbolos, distintivos e outro material de sua criação.

R. Cont., R. I. S. G., higiene, conhecimentos gerais, noções teóricas do serviço em campanha, organização do Exército, constituem a matéria da sessão.

Duração — 45 a 60 minutos.

V — SESSÕES DE INSTRUÇÃO TÉCNICA DO ATIRADOR

Por sua importância deve ser diária. Só deixa de o ser quando forem transformadas em sessão de tiro no stand. O seu ambiente deve ser calmo, para que possa produzir resultados satisfatórios. Os monitores devem ser moderados e educados. A irritação deve ser sempre banida. Todos devem saber o que desejam. Duração em geral até 120 minutos.

VI — SESSÃO DE COMBATE

Incluida desde o início da instrução, duas vezes por semana, requer cuidadosa preparação, além do "plastron" bem dirigido para que o recruta sinta de fato a ação do inimigo e adquira os reflexos necessários.

Nela se dá toda a instrução de combate até ao pelotão. Duração até 3 horas.

VII — SESSÃO DE INSTRUÇÃO MIXTA

Quando no decorrer do terceiro mês, já se puder passar de uma ação a cavalo para uma ação a pé e vice-versa, orga-

nizam-se sessões mixtas. Situações de patrulhas, vanguardas, etc., que permitem tais ações, servirão para dar mobilidade aos grupos de cavalos de mão. Podem ser incluídas uma vez por semana. Duração até 4 horas.

VIII — SESSÃO DE CUIDADOS E CONHECIMENTOS DO MATERIAL

O material requer limpeza. Durante a limpeza organizam-se oficinas e os cavaleiros recebem a instrução de nomenclatura, funcionamento e mesmo utilização de certos materiais.

Os dias de chuva são naturalmente indicados para estas sessões. Duração até 2 horas.

IX — SESSÃO ESPECIAL

Passagem de cursos d'água, organização do terreno e outros assuntos especiais, requerem sessões especiais para a sua parte puramente técnica. Há, porém, uma progressão lógica para tais assuntos, que é preciso obedecer. Podem durar até duas horas ou mais e são incluídas nos programas de acordo com as necessidades.

X — SESSÃO DE INSTRUÇÃO MORAL

InSTRUÇÃO diária e de todos os momentos e oportunidades. O capitão que de fato comanda a sua sub-unidade não perde um só momento para falar aos soldados. Quando no decorrer da jornada não tiver tido uma só oportunidade, na leitura do boletim, comenta fatos, desperta a consciência de seus homens, dá-lhes o sentimento de Pátria por exemplos históricos, espírito de sacrifício, de honra militar, dever militar, toca-lhes o coração.

No quadro que anexamos a este nosso trabalho, nos limitamos a dar sólamente as sessões para um só dia da semana, porque assim julgamos suficiente, para que nossos camaradas possam ter uma idéia de como quer o R. E. C. C. que se faça o quadro de trabalho.

Dias	Horas	Instruendos	M A T E R I A	Instrutores	Local	Observações
26. Feira D	6,30 às 9,30	1.º 2.º 3.º 4.º Pels.	Sessão de Inst. a cavalo: 1) Escola do cavaleiro a cavalo: aquisição da confiança: a) Flexionamentos recreativos (passo a trote); b) volteio; colocação na sela: a) Posição do cavaleiro, galope em círculos sem estribos, flexionamentos assimétricos; b) sentido, flexionamentos apropriados; escola das ajudas: a) voltas, parar e marchar; b) mudança de mão; aplicação das ajudas: a) Trabalho preparatório para o xadrez; Manejo das armas: da espada — desembainhar, embainhar, molinete horizontal. 2) Escola do G. C.: 1, 2, 3, batalha. 3) S. C. — a) regras de marcha, cuidados com os cavalos nas marchas, acidentes do terreno, orientação pelo Sól; b) Aplicação simples de orientação, marcha numa direção dada pelos pontos cardinais.		Picadeiro, Pista da Artilharia M. do Cirante — Capistrano Col. do Acampamento.	PICADEIRO 1.º Pel. 6,30 às 7,00 2.º " 7,00 " 7,30 3.º " 7,30 " 8,00 4.º " 8,00 " 8,30 Caso de mau tempo: 1) Sessão do Inst. Geral prevista para 3a. Feira. 2) Sessão de Inst. Técnica do atirador prevista para 3a. Feira.
	9,45 às 10,30	Pels.	Sessão de conhecimento e cuidados c/ o material: Espada: a) limpeza e nomenclatura; b) Lança — conhecimento sumário	Cmts. Pel	Baias	
	12,30 às 13,45	Esqs.	Sessão de Ensinamentos diversos: a) Cuidados diários com os cavalos; exterior do cavalo; b) Questionário n.º 5 (S. C.).	Cmts. Pel.	Baias	Carta da Vila Militar
	14,00 às 16,00	Pels.	Sessão de inst. de combate: a) Aproveitamento do terreno para progredir.	Cmts. Pel.	Região Fitas-girante.	1/20000
	16,30	Esqs.	Inst. moral: a) Histórico do Regimento; b) Barão do TRIUNFO.	Caps.	Praças	



Organização da Instrução

Nos Corpos de Infantaria

(De um livro inédito)
(Continuação)

Pelo Ten. Cel. T. A. ARARIPE

III — ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA INSTRUÇÃO

11 — BASES DA ORGANIZAÇÃO.

Qualquer trabalho de produção econômica deve ser prèviamente organizado, e utilizar-se de uma máquina bem montada, em que as funções do pessoal, o emprêgo da matéria prima e as condições de rendimento estejam minuciosamente regulados.

Essa organização funda-se essencialmente:

- a) na constituição de unidades (Cias., Btl., R. I., cursos, etc.)
- Destino de cada unidade (instruções que se processam em cada uma).
- Elementos componentes de cada uma.
- Engrenagem entre as diferentes unidades (sobordinação).
- Matéria prima (espécies de instruendos).

b) na unidade de direção	— Diretrizes e processos uniformes — Programas		
	— Conservação dos homens nas Cias., durante o 1.º período; só sendo permuteáveis depois do exame.		
c) na divisão do trabalho — aproveitamento das aptidões	— Instrutores		
	— Frações constituidas		
d) na classificação por ordem de importância e de urgência dos assuntos	— Turmas e Grupamentos		
	— Oficinas		
	— Cursos		
	— Educação Moral		
	— Adestramento técnico		
	— Atos da vida quotidiana.		
	— Educação física.		
	— Atos para o combate.		

Tôdas essas bases devem ser bem traduzidas no documento de previsão — o **PLANO DE INSTRUÇÃO** e o **PROGRAMA**, de que trataremos oportunamente.

12 — FAÇAMOS LIGEIRA ANÁLISE DE CADA UMA DESSAS BASES.

13) — a) **Constituição de unidades e cursos de instrução.** — As diferentes unidades e os elementos que cuidam da instrução assim se apresentam:

Divisão de Infantaria, em que se processam os problemas de cooperação das armas e dos serviços, através de manobras com tropa e exercícios de quadros no terreno e na carta; êsses exercícios visam o aperfeiçoamento da instrução dos quadros e a confirmação do adestramento da tropa; dispõe de um orgão intermediário auxiliar — a **Infantaria Divisionária**.

Regimento de Infantaria — em que se processam os problemas de cooperação de uma ou mais unidades táticas de in-

fantaria semelhantes — o batalhão, em íntima ligação com a artilharia; é o escalão de formação dos graduados e especialistas e aquele em que se faz maior esforço no sentido do aperfeiçoamento da instrução dos oficiais;

Batalhão — Por ser o batalhão a verdadeira **unidade tática** e a unidade de emprêgo da infantaria, êle constitue também a **unidade de instrução tática**. Nele é que se treinam as companhias de fuzileiros, de metralhadoras e as frações de petrechos, bem como os órgãos de observação e transmissão a atuarem em conjunto; e, sabemos, que nessa combinação dos diferentes meios de fogos reside a verdadeira tática da infantaria. Além disso, no batalhão faz-se ainda o aperfeiçoamento da instrução dos oficiais, graduados, especialistas e empregados;

Companhia de fuzileiros e de metralhadoras — Caracteriza-se como **unidade de educação e de instrução do contingente (recrutas)**, principalmente, de **formação moral, física e técnica**. Além disso, nela se processam

- o aperfeiçoamento da instrução do grupo (peça), pelotão (seção) e da companhia;
- o aperfeiçoamento da instrução dos oficiais e graduados;
- o aperfeiçoamento dos soldados antigos, especialistas, artífices e soldados de escól;
- a instrução dos analfabetos;

Cursos de formação de especialistas, graduados e sargentos — onde são formados êsses elementos. Eles funcionam no âmbito do regimento para maior uniformidade do ensino e melhor aproveitamento dos meios de instrução.

14 — b) **Unidade de direção.**

A unidade de direção é garantida, em primeiro lugar, pela fiel observância das prescrições regulamentares, de cuja fiscalização se encarregam os escalões superiores.

No **Regimento** éla é natural consequência da responsabilidade do seu comandante pela

- instrução dos oficiais;
- instrução dos graduados e especialistas;

e instrução de todos os outros soldados do corpo.

Nesse escalão como nos que lhe são subordinados, essa unidade de direção se concretiza nas medidas de organização;

direção propriamente dita e fiscalização da instrução.

Estas medidas são ainda traduzidas pelos: planos de instrução e programas;

quadros de trabalhos;

diretrizes sobre os processos de instrução;

e ordens diversas de serviço e de instrução.

15 — DIVISÃO DE TRABALHO

Os instruendos são reunidos, de acordo com a finalidade de sua formação e a natureza dos ensinamentos a adquirir, em:

- grupamentos;
- frações constituidas orgânicamente;
- cursos;
- turmas;
- oficinas.

Haverá assim uma especialização da aprendizagem, mas que deverá visar um **objetivo final**, de conjunto, isto é, a preparação do regimento para as ações de guerra.

Esse objetivo deve ser sempre considerado quando se encara não só a finalidade como também os processos de execução da aprendizagem nos grupamentos, frações, cursos, etc. Nunca se deve pôr de lado o **papel** que cada elemento vai desempenhar no conjunto (R. I. Q. T. 83 a 87).

Do mesmo modo e para conseguir maior rendimento da aprendizagem, recorre-se, muitas vezes, à **especialização dos instrutores**. E' preciso, porém, não perder de vista que o ideal é terem-se oficiais, sargentos e cabos capazes de ensinar às frações que comandam tudo o que elas devem aprender. Contudo, nos Cursos de sargentos, cabos e de especialistas,

que se procura apurar a aprendisagem, essa **especialização** é forçada. Também para certos ramos de instrução dos soldados, em que convenha groupar o material, — caso, por exemplo do tiro e armamento, da organização do terreno, etc., vantajoso especializar os auxiliares de instrutor em certos assuntos, o que dará lugar ao chamado **processo das náus**.

— CLASSIFICAÇÃO DOS ASSUNTOS POR ORDEM DE IMPORTÂNCIA E DE URGÊNCIA.

E' claro que a educação e a instrução devem ser processadas progressivamente, tendo em conta que os diferentes níveis dependem uns dos outros.

Contudo, é essencial atender ao seguinte:

— um dos mais úteis processos de aprendisagem baseia-se na **repetição do exercício** (E' o que na teoria da aprendizagem se dá o nome de Lei do hábito, da repetição, do uso do exercício). Por esse processo, para criar hábitos essenciais, adquirir experiência e conhecimentos, torna-se necessário **repetir com insistência**, o que aconselha seja iniciado o assunto o mais cedo possível, para permitir que sejam tratados durante a maior parte do ano (1);

— começar a aprendisagem de cada assunto por uma **destração global** de sua utilidade; e só depois de ter dado idéia da operação no seu conjunto é que se iniciará a aprendizagem dos atos em que o conjunto se decompõe (2);

(1) Não há aprendisagem sem repetição, embora esta não seja aquela. Sabemos que aprender não é somente repetir, mas que é fator condicionante do fenômeno. (Fundamento do Método Ar-Penteado Junior).

(2) O fenômeno psíquico é sempre um complexo; na maioria das vezes há em germe todos os elementos da consciência. O espírito percebe os fatos por seus elementos mas por seus conjuntos, distinguindo-os pelas expressões, estruturas e complexos. A primeira consequência pedagógica é que se deve dar ao educando as totalidades, como e obras que se aproximem da realidade, porque a primeira coisa que se conhece é a totalidade, o conjunto mais ou menos organizado, e não um fragmento desprovido de articulações, nem uma parte separada do tronco vital, nem uma qualidade abstraiada do objeto a que se refere.

O conceito da "globalização" de Decroly. (Psicologia Pedagógica, de Peinado Altable e Juan Jaen Sanchez).

— fixar com nitidez a **finalidade** — o que se deseja seguir, — para bem separar o que é **principal** do **accessório** de maneira a fazer maior esfôrço sobre o que é principal, que atende à finalidade da aprendisagem, no caso particular.

A esse respeito, é aconselhável classificar os assuntos em:

- o que deve ser executado para transformar-se em **habito** e experiência;
- os dados práticos que devem ser retidos e aplicados;
- as noções teóricas que devem ser compreendidas e retidas;
- as noções teóricas que devem ser compreendidas;
- as noções que devem ser fornecidas apenas a título de notícia.

A obediência a essas regras será fundamental para garantir à organização da educação e da instrução o sentido **objetivo e prático**, com **resultado econômico e seguro**.

Os órgãos de comando no quadro da Companhia de Fuzileiros

Pelo Cap. PAULO VIEIRA DA ROSA

Regressando das Manobras de Bagé, o Cap. Vieira da Rosa anotou os pontos essenciais que chamaram a sua atenção e os ensinamentos adquiridos na prática do Comando de uma Companhia.

Destacando de suas observações, o que viu sobre o funcionamento dos órgãos de comando nos escalões G. C., Pel. Fuz. e Cia. de Fuz., ressalta de forma simples e clara, neste artigo, o que a experiência lhe mostrou.

E' fôra de dúvida que não pretendo esgotar, nem dizer a última palavra sobre o assunto, mas é evidente a contribuição preciosa que dá para a solução do problema.

Belo exemplo para ser seguido.

O mau funcionamento dos órgãos de comando é mais consequente do desconhecimento da razão de ser de certas atribuições do que da falta de treinamento ocasionado pela falta de efetivos.

Dentro dêste pensamento venho trazer o resultado das minhas observações nas manobras de Bagé, deixando em mão dos camaradas um lembrete útil ao enquadramento dos subtenentes e sargentos nos órgãos de comando.

A frente de cada fração ou unidade de tropa há um chefe, única pessoa qualificada para tomar decisões, fazê-las executar e ser responsável por elas.

No quadro atual do combate, em que a crescente potência de fogo agrava o problema da coesão, o chefe não poderá chamar a si todas as ações necessárias ao exercício rápido e eficaz do comando, múltiplas como são num terreno quasi sempre desconcertante.

O raciocínio, a intenção e a decisão são do chefe.

No combate cabe ao Capitão cumprir uma missão im-

posta, num determinado terreno, com os meios seus ou os que, àvaramente, foram postos à sua disposição, apesar das reações inimigas.

Em consequência ele necessita:

- receber a missão
- meditar profunda, mas rapidamente sobre ela
- conhecer o terreno, quer como o usará ou como o fará o inimigo
- conhecer o inimigo, seu valor, suas possibilidades
- conhecer os elementos vizinhos que secundará ou por quem será secundado
- pesar bem seus próprios meios para dosá-los com justezas
- “assentar bem nitidamente o que deseja fazer”
- decidir, afinal, sem desculpas para êrros
- atuar no desenrolar da ação que faz executar
- manter “em forma” sua tropa pelo movimento de suas necessidades.

Quando se analisa esta soma de trabalhos do Capitão, a executar em espaço de tempo terrivelmente curto e sem direito ao menor êrro, comprehende-se porque o R. E. C. I. tão pródigo, lhe dá trinta e três auxiliares diretos.

Parece muito, mas não é. Não fôra sacrificar a mobilidade e a economia severa do elemento homem, mais auxiliares se daria ao Capitão.

No **G. C.**, célula da Infantaria, reduzido ao mínimo possível para a mobilidade de um fogo potente, já sente o Sargento dificuldade em tomar a si tôdas as suas ações no combate.

Ele observa e transmite com o auxílio dos seus **volteadores**; ele provê o grupo com os mesmos, salvo quanto ao remuniciamento, cuja importância já requer especialização (**remuniciadores**); contudo nada obsta que recorra aos mesmos volteadores para remuniciar.

Não é em vão que todo o soldado recebe instrução de observação, transmissão, remuniciamento e outras modalidades de provimento do grupo.

No Pel. Fz. já avulta de tal modo a dificuldade da ação exclusiva do chefe que o R.E.C.I., parco por natureza, lhe impõe um grupo particularmente destinado a auxiliá-lo, sem embargo de lhe permitir reforçá-lo, dentro de sensata oportunidade, com elementos dos G.C.

E' assim que o Tenente observa com o seu **observador**, transmite com seus dois **mensageiros** e remunicia-se com os seus três **remuniciadores**, todos especializados para essas funções. E' assim que lhe autoriza, em momentos mais severos, reforçar a observação, a transmissão e o remuniciamento com os cabos volteadores e remuniciadores dos G.C.

E' princípio de sucesso a coordenação e esta está a cargo do 2.º **Sgt. cerra-fila**.

Aqui, cabe uma pergunta: por que 2.º Sgt. e não, simplesmente um 3.º Sgt.? E' que para o que coordena a observação, a transmissão e remuniciamento é garantia de sucesso a ascendência sobre os outros Sgts. Mas dirão, bastava haver um quarto 3.º Sgt. e o mais antigo assumiria o cargo. Responderei que a antiguidade não é elemento suficiente para a completa ascendência e, além do mais, produziria um rodízio perigoso para a continuidade da coordenação.

Na Companhia, duas coisas balizam, de modo já mais nitido, as necessidades de auxílio ao Capitão:

- a) a sua atuação direta no cumprimento da missão (preparação, decisão, execução);
- b) a sua atuação indireta, mantendo "em forma", isto é, eficiente a tropa pelo provimento de suas necessidades.

Os primeiros são os auxiliares no comando que constituem o Grupo de Comando; os segundos, no provimento, constituindo o Trem de Combate.

Percorramos o R.E.C.I. e procuremos explicar a razão de ser de cada um desses auxiliares.

Comanda a **Secção Extranumerária** — eis sempre a necessidade de chefes — um **Sargento Ajudante**, graduação justa numa fração onde há um 1.º Sgt. Como Cmt. é ele res-

ponsável perante o Capitão pelo bom funcionamento do seu agrupamento quer instruindo-o no tempo de paz, quer dirigindo-o no tempo de guerra.

A sua ação, porém, é mais direta no T. C., acionando-o com precisão. Todos têm observado que o T. C., pelo seu vulto e consequente vulnerabilidade bem como nenhuma interferência no fogo, fica sempre à retaguarda, quasi isolado, às mais das vezes longe do Capitão. O Grupo de Cmdo., este como veremos, é colocado à ilharga do chefe. Em consequência, é útil que ao elemento mais longe do chefe seja dada uma direção mais responsável, que, no caso, é o Sgt.-Ajudante.

Aqui um parêntese: — com a criação do **Sub-tenente** aparecem duas soluções para o Sgt.-Ajudante:

- sua extinção;
- sua volta ao G. Cmdo. libertando o 2.º Sgt. para as suas verdadeiras atribuições de chefe da observação e transmissão da Cia.

Comanda o G. Cmdo o **2.º Sgt. Trns.-Obs.**, por ser, evidentemente, o mais graduado do Grupo. E', originariamente, o controlador da observação e transmissão que são a razão de ser do G. Cmdo. Por que, porém, esse posto? Não tenho dados positivos para afirmar a escolha de um 2.º Sgt., mas suponho que por analogia com os Cmts. de G. Extra. do Pel. Fz. Em todo o caso o Capitão terá nesses últimos reservas fáceis para substituir o seu 2.º Sgt. e a continuidade estaria assegurada. Em consequência é necessária uma instrução particular de observação e transmissão aos 2.º Sgts. das Cias.

Aparece agora o **cabo furriel**, "secretário" do Capitão com a sua caderneta multicopista, escrevendo ordens legíveis e informações não menos nítidas, ditadas pelo Capitão, enviando-as imediatamente a destino, pois, no combate mais do que em qualquer outra ocasião "Time is money". Ora, por ser obrigado a enviá-las torna-se o chefe natural das transmissões (meios de enviá-las).

Mas, porque o cabo furriel e não outro?

Não possue já o cabo furriel outras atribuições?

Não ficaria melhor acionado no T.C. onde essas atribuições aparecem (folhas de vencimentos, material etc....) ?

Todavia o Capitão precisa de um secretário. Ora, o cabo furriel é sempre escolhido entre os que possuem bôa letra, superior instrução, método de trabalho... não será uma razão? Não será também porque exista para as funções no T.C. o 3.º Sgt. Furriel e, particularmente aos víveres e forragens, o cabo do rancho, permitindo a sua saída sem prejudicar o funcionamento do T C ?

O Capitão tem que observar constantemente o terreno, o inimigo, os elementos vizinhos, seus próprios elementos; isto antes, durante e após a ação; isto sem solução de continuidade. Poderia fazê-lo sosinho?

Não, evidentemente.

Uma Cia. ocupa terreno que raramente pode ser descontornado de um só local; contudo não é tão extenso que não possa ser visto de dois pontos, salvo raríssimas exceções. Dois postos de observação são suficientes.

Dois P.O., dois observadores. Bastarão?

Claro que não.

Um homem dificilmente observará com eficiência mais de uma hora; ficará, sem dúvida, exáusto. Acresce que é preciso informar o que observou e com presteza. Isolado no P.O., sem poder tirar a vista do terreno, onde as mutações são rápidas, nunca poderia informar. Ora, um auxiliar resolveria facilmente o problema do cansaço e da transmissão.

Bem, dois P. O., quatro **observadores**. Demos aos dois P.O. um elemento coordenador e teremos o **cabo observador**, como chefe da turma de observação da Cia.

Agora, necessita o Capitão enviar ao Major, aos Pels., os vizinhos, ordens, partes, informações. Necessita também dar ordens de efeito instantâneo como o fogo de barragem, a partida para o ataque, etc....

Enviar, transmitir...

O Major está longe, os vizinhos também, alguns Pels. próximos. As distâncias são várias, presteza sempre a mes-

ma; evidentemente é necessário meios de velocidades diferentes.

Dai o ótico, a sinalização a braço, o estafeta, o mensageiro e os artifícios...

Para o Major, vizinhos e Pel. longe, conforme o tempo e a extensão do despacho o ótico, as bandeirolas, o estafeta. Para mais próximo, o mais perfeito meio de transmissão: mensageiro.

Já temos alguns homens especiais — o estafeta e quatro tambores-corneteiros. Quem usará o ótico e as bandeirolas?

O R.E.C.I. acumula, por economia, essa sinalização nos observadores. E' que êsses já possuem a acuidade visual tão essencial à transmissão de sinais e são, por natureza, os elementos menos móveis e, consequentemente, os mais à mão.

Chegamos a um ponto controvertido: os artifícios. Quem os lançará?

Autores entregam-nos ao sinaleiro-observador; outros ao cabo-furriel; terceiros, ao 2.º Sgt. das Trns. e Obs.

Estou com os últimos. Em sinais que desencadêam ações instantâneamente (barragem, partida para o ataque, etc...) há uma enorme responsabilidade. Não há mais que remediar o êrro da prematuridade ou atraso. Empregar um simples sinaleiro-observador é diminuir a observação no seu momento mais crítico. O cabo furriel, êste está atento, de lapis pronto, a caderneta na mão; a gravidade do momento impõe usura absoluta do tempo.

Mas não é tudo. E' observando que nos guardamos de surpresas; é impedindo-a que nós fazemos as surpresas. O inimigo teme mais os nossos olhos do que o nosso fogo cego não causa temor. Ele os teme e os procura, ansiosamente, para os cegar. A observação é vizadíssima. Pode combater um pernetá, fá-lo um surdo; nunca o fará cego.

Vamos, pois, garantí-la contra esse ódio que procura destruir a observação (olhos do Capitão) e o P. C. (cérebro do Capitão). Tropa sem chefe é tropa vencida. Foi Tibúrcio quem fez o 16.º B.I. no Paraguai.

Aparecem, então, para este trabalho duro, penoso, sem descanso, homens fortes, bons trabalhadores, já conhecedores de como preparar um abrigo eficaz para a observação sem solução de continuidade e para a proteção do cérebro da Cia. — os **sapadores**.

■ quando pensamos no árduo trabalho, achamos pouco quatro sapadores.

Eis como nasceu das próprias contingências, de modo rasoável e claro, o Grupo de Comando do Capitão.

Vejamos, agora, o T.C.

Qual será a necessidade mais premente no combate?

Certo podemos combater um dia ou dois com sêde; fá-lo-emos até quatro ou mais, com fome; mas não duraremos um minuto sem munição e armamento.

E' pois necessário garantir a questão sempre exigente do material bélico, provendo a fome insaciável da arma automática ou substituindo as falhas de armamento. Questão grave que exige um homem capaz, já que o Capitão não pode fazê-lo pessoalmente: — o **3.º Sgt. do Material Bélico**.

Bem, matamos a fome do armamento e mantivemô-lo em perfeito estado de saúde; podemos, agora, tratar da nossa fome e da nossa sêde: — o **cabo do rancho** e os dois **cozinheiros** o farão.

Há ainda os nossos uniformes em farrapos, os equipamentos em pedaços. Ora, se o mal é remediável ali estão solícitos o **alfaiate** e o **sapateiro correiro**, mas se não há remédio o **Sgt. furriel** nos dará outros.

E os nossos direitos de serviços?

E as relações entre os homens e as unidades?

Queremos nossos esforços escriturados como base de futuros direitos; tudo isso fá-lo-á, pressurosamente, o **1.º Sgt. Arquivista**. O seu posto, indicativo da experiência no assunto, garante-nos o que desejamos.

O Capitão, é bem de ver, não poderá correr a pé a extensa área ocupada pela Cia.; seria cansá-lo e roubar-lhe tempo precioso à decisão. Ai! dos chefes exáustos. Um automóvel é demais, uma moto é ineficiente, uma bicicleta

ainda menos, mas um cavalo, que tudo passa, eis o Capitão bem servido. E para ter êsse cavalo sempre pronto a ser usado, um homem ainda — o **ordenança**.

Eis-nos defrontados com o vil metal, vil, mas contingente. O 3.^º **Sgt. Furriel** tratará disso tanto mais carinhosamente, quando também êle não está livre da fascinação do vil metal. Não se acha presente? Mandou-o o Cap. para junto do Major?

Foi necessário, creiam-me, pois está lá tratando dos nossos interesses.

O Capitão, sempre atento à sua Cia., não pôde ir pessoalmente e mандou-o. Escolheu êsse Sgt. e não outro pela própria natureza de suas atribuições, pois o material enorme que a Cia. necessita lhe é afeto.

Víveres, munição de reserva, material de transmissão, barracas de oficiais, etc. como levaremos isso tudo de modo à termos sempre à mão? Já se disse que quem venceu Canudos foi a extensa coluna de burros que levou as necessidades às tropas sitiantes.

Solução — viaturas, muares, homens que saibam acioná-los e um chefe. Está assim assegurado pelas viaturas, muares, **condutores** e **cabo condutor** o transporte do material necessário para manter a tropa em bom estado de arcar com as durezas do combate.

Então, assim auxiliado, o Capitão poderá cumprir as suas essenciais obrigações de chefe: — **meditar, decidir, executar!**

Gestos de comando peculiares às unidades motorizadas e mecanizadas

Pelo 1.º Ten. AARÃO BENCHIMOL

Com o objetivo de tornar uniforme e difundir os meios de comando das unidades motorizadas e mecanizadas, apresento este trabalho, calcado no que já está consagrado no Centro de Instrução de Motorização e Mecanização (C. I. M. M.).

GESTOS RELATIVOS A CIRCULAÇÃO SÓBRE ESTRADAS OU ATRAVÉS CAMPOS

ATENÇÃO



Braço direito levantado verticalmente.

MOTOR ALTO



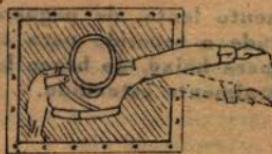
Braços cruzados acima da cabeça, mãos no prolongamento dos ante-bracos.

MOTOR EM FUNCIONAMENTO



Formar um círculo em torno da cabeça, com os braços arqueados, mãos abertas e no prolongamento dos ante-bracos, dedos unidos e tocando-se pelas extremidades, acima da cabeça.

ULTRAPASSAR



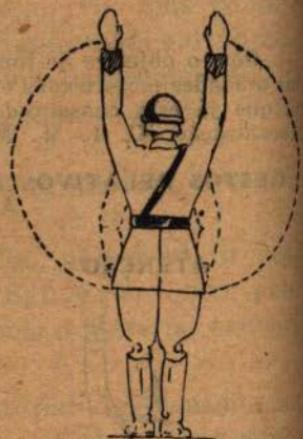
Estender o braço horizontalmente para o lado, com a palma da mão voltada para a frente, depois executar pequenos balanceamentos com o braço de trás para a frente e vice-versa.

ACELERAR

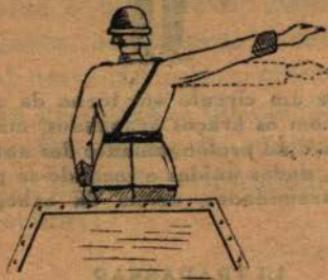


Com o punho cerrado, à altura do ombro, erguê-lo e baixá-lo várias vezes, verticalmente

**"A BORDO" (embarcar) e
"EM TERRA" (desembarcar)**



DIMINUIR A VELOCIDADE



Movimento lento, de pequena amplitude e repetido para cima e para baixo, do braço lateralmente estendido.

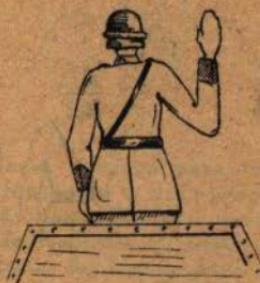
Braços levantados verticalmente e abaixados rapidamente. O gesto significa "a bordo", quando as equipagens estão em terra, e "em terra", quando estão a bordo.

**MUDAR DE DIREÇÃO
À ESQUERDA**



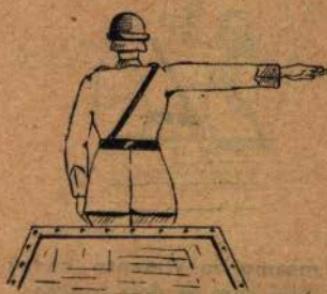
(Partindo a indicação do lado esquerdo da viatura): Estender, lateral e horizontalmente o braço esquerdo para fóra da viatura; conservá-lo assim estendido até que a viatura tenha tomado a direção desejada.

**MUDAR DE DIREÇÃO
A ESQUERDA**



Partindo a indicação do lado
reto da viatura): Colocar
braço direito para fora da
viatura com o ante-braço le-
vantado verticalmente; con-
servá-lo assim até que a viatu-
ra tenha tomado a direção
desejada.

**MUDAR DE DIREÇÃO
A DIREITA**



(Partindo a indicação do lado
direito da viatura): Estender,
lateral e horizontalmente, o
braço direito para fóra da via-
tura; conservá-lo assim esten-
dido até que a viatura tenha
tomado a direção desejada.

**MUDAR DE DIREÇÃO
A DIREITA**



Partindo a indicação do lado
querido da viatura): Colocar
braço esquerdo para fora da
viatura com o ante-braço le-
vantado verticalmente; con-
servá-lo assim até que a via-
tura tenha tomado a direção
desejada.

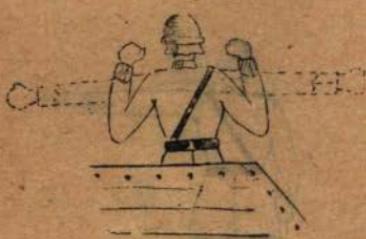
EM COLUNA



O braço estando estendido la-
teralmente na altura do om-
bro, aproximar o punho do
ombro e repetir diversas vezes
este movimento.

EM COLUNA DUPLA

AJUSTAR A



O mesmo movimento executado com os dois braços

EM LINHA

AJUSTAR A



Elevar verticalmente um braço, incliná-lo diversas vezes da direita para a esquerda e vice-versa.

VIATURA EM PANE



Levantar os dois braços verticalmente.

CÓMBINAÇÃO DE VELOCIDADE A EMPREGAR



Mostrar o número de dedos correspondente ao número de ordem da velocidade a empregar; fazer o gesto com uma só mão quando se tratar das velocidades normais e com as duas, quando se tratar das reduzidas.

ALTO!



MEIA VOLTA



Colocar o braço para fora da viatura com o ante-braço baixado verticalmente, executando movimentos de pequena amplitude, da frente para trás e vice-versa.

O braço estando estendido verticalmente executa um molinete com o ante-braço.

A DIREITA (ESQUERDA)
POR VIATURA

O chefe orienta a sua viatura para a nova direção que ele mostra com o braço e depois executa o gesto de acelerar.
DIMINUIR AS DISTÂNCIAS
Fazer o gesto de acelerar, a

viatura testa conserva a mesma velocidade.
AUMENTAR AS

DISTÂNCIAS
Fazer o gesto de diminuir a velocidade, a viatura testa aumenta a velocidade.
PEDIDO DE DEPANAGEM
Fazer o gesto da viatura em pane, depois o de acelerar.

GESTOS EXECUTADOS DE TERRA
ALTO (DE DIA)



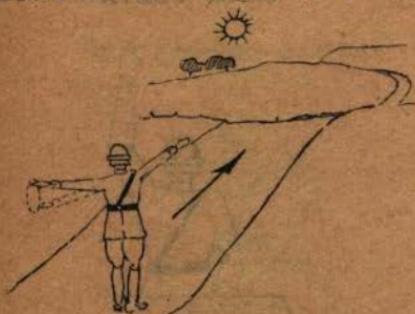
Fazer face ao veículo e estender os dois braços horizontalmente.

ALTO (DE NOITE)



Fazer face ao veículo e balançar uma lanterna da direita para a esquerda e vice-versa, ou colocar imóvel uma lanterna vermelha sobre a estrada.

ESTRADA LIVRE (DE DIA)



Colocar um braço estendido na direção a seguir, e fazer molinetes com o outro braço mantido horizontalmente.

ESTRADA LIVRE (DE NOITE)

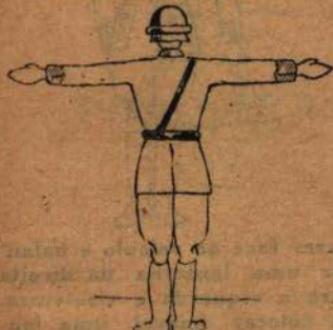


Balançar a lanterna no plano da direção a seguir, com a luz clara dirigida para o motorista.

CERRAR A CINCO METROS E PARAR (DE NOITE)



Executar o gesto de diminuir as distâncias com uma lanterna
GESTOS RELATIVOS A PRATICABILIDADE DO TERRENO,
FEITOS PELOS EXPLORADORES DO TERRENO

PASSAGEM IMPOSSÍVEL
AONDE EU ESTOU

Os dois braços estendidos lateral e horizontalmente e mantidos imóveis.

PASSAGEM POSSÍVEL
AONDE EU ESTOU

Posição de sentido.

GESTOS RELATIVOS AO COMBATE

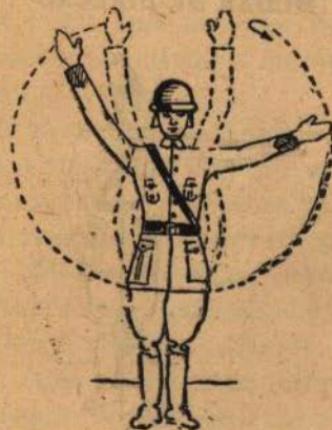
DISPOSIÇÕES DE COMBA-
TE SÔBRE VIATURASDESCARREGAR E
TRANSPORTAR

Elevar um mosquetão hori-
talmente acima da cabeça.



Fazer o gesto de desembarcar
com o mosquetão.

TRAZER AS VIATURAS



Os dois braços estando esten-
didos horizontalmente, balan-
çá-los alternativamente, de ci-
ma para baixo e vice-versa.

**GESTOS DESTINADOS A DIRIGIR A MANOBRA DE UM CONDUTOR
EM SITUAÇÃO DIFÍCIL OU DURANTE AS MANOBRAS DE GARAGE
O CHEFE, A PE', FAZENDO FACE AO VEÍCULO**

EM FRENTE



Chamar para si com as duas mãos a viatura, repetindo, tanto quanto for necessário, o movimento.

MARCHA A RE'

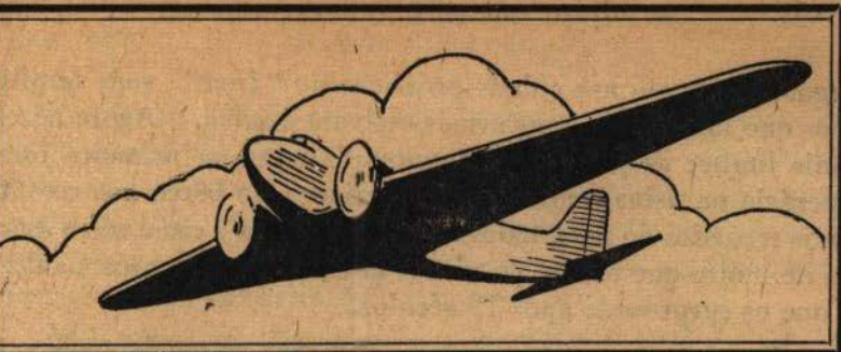


Fazer o sinal de repelir a viatura com as duas mãos, repetindo o gesto quanto for necessário.

MUDAR DE DIREÇÃO



Estender lateral e horizontalmente o braço correspondente ao lado para o qual se deseja que a viatura gire; conservá-lo assim estendido até que a viatura tenha tomado a direção desejada.



Aviação Moderna e a Defesa Nacional

Pelo Ten. Cel. HENRI MARCIAL VALIN
Da M. M. F.

HISTÓRICO.

ESTRATÉGICA E TÁTICA:

Guerra terrestre.

Guerra naval.

Guerra aérea.

SEGURANÇA NACIONAL.

ECONOMIA NACIONAL.

Em 1870, as batalhas tomavam os nomes das vilas, em 1914 as cidades e rios; em 1940, após os nomes dos rios, tomam os nomes dos próprios países cuja existência ameaçam; chamam-se: batalha da França, batalha de Inglaterra.

Após o Tratado de Francfort, os 5 bilhões de contribuição para guerra foram cobertos por um só empréstimo; depois do Tratado de Versailles foram necessários 20 anos para reparar os danos, e vencedores como vencidos se viram mergulhados em uma grande crise europeia. Mal restauradas, as cidades e vilas da Alemanha e da França foram de novo arrazadas, as ruínas se amontoaram nos mais belos países do velho continente, e os Estados, em vez da luta gigantesca, engajam todas as reservas na aquisição de armamentos, que se pagam sempre mais caros com orçamentos a vez mais depreciados.

No "ano terrível" (*) os soldados profissionais e os voluntários eram as únicas vítimas dos combates; durante a "Grande Guerra" todos os homens válidos estavam em perigo, mas à re-

Denominação dada antigamente à guerra de 1870-71.

taguarda, exceto nas cidades próximas do "front", suas famílias e os que fabricavam suas armas estavam a salvo. Agora não há mais limite; as populações inteiras; infante na primeira linha operário na usina, mulher no lar, criança no berço nos recantos mais recuados do país, todos sofrem a batalha e estão sob a ameaça de morte que tomba do céu, a única que temiam os Gaulêsos e que os surpreende após 19 séculos.

Isto é o progresso; a ciência descobre os meios aptos a facilitar as permutas, as relações e a aproximação dos homens, mas êstes os têm utilizado em um fim contrário. O automóvel e sobretudo o avião, sem o qual a ação do primeiro seria muito limitada, são os engenhos que têm revolucionado a história, a arte da guerra e a economia política, e fazem esvair-se em torrente o ouro e o sangue da velha Europa.

"A Aviação e a Defesa Nacional", tal é o tema que nos podemos ventilar aqui.

Após um breve histórico relatando as diversas fases do desenvolvimento desta arma, estudaremos sucessivamente os grandes problemas apresentados na marcha da guerra para colocar em ação esta formidável potência de destruição:

- problemas de estratégia e tática;
- problemas de segurança;
- problemas de economia nacional.

I — HISTÓRICO

Foi em 1910, há portanto 30 anos justos, que a aviação apareceu, pela primeira vez, na França, em um texto administrativo. Dois decretos dessa época criam uma Diretoria do material aeronáutico e uma Inspetoria da aeronáutica.

Em 1912, era votada a Lei sobre a Aeronáutica e seu patrimônio, primeiro texto legislativo que dava por papel da aeronáutica: "a entrada em ação de todos os engenhos de navegação aérea suscetíveis de um fim militar".

Em 1914, foi criada a Diretoria da Aeronáutica Militar, compreendendo 22 esquadrilhas a 6 aviões e 5 companhias de aérostação.

Por ocasião da última guerra, criou-se por duas vezes uma Sub-Secretaria da Aeronáutica, e em 1917, o sr. Clemenceau, confiando no futuro da arma e prosseguindo no seu esforço para realização da unidade de comando, junta a esta Sub-Secretaria Aeronáutica Marítima; isto é de alguma forma a primeira manifestação do Exército do Ar.

Pelo papel que desempenhou de 1914 a 1918, a aviação parecia constituir apenas um instrumento de cooperação, trabalhando para as outras armas na batalha, sobre as linhas ou ligeiramente além.

No armistício, as forças aéreas aliadas contavam 322 esquadras francas, 210 inglesas e 43 americanas, cada uma de 10 a 18 aviões, e viam-se operar em 1918 em formações de bombardeio compreendendo até 120 aviões.

Entretanto, o "Bassin de Briey" situado a menos de 50 quilômetros do "front", e magnificamente balisado à noite por seus altos fornos, não interrompeu jamais a sua atividade. Isto provinha talvez do material (mecanicamente pouco seguro, ausência de paraquedas, fraca capacidade de transporte e raio de ação limitado), mas também, possivelmente, da carência de ousadia para a conceber e de confiança para a realizar, na conduta da guerra, a utilização da nova arma.

Vem em seguida um período confuso durante o qual a aeronáutica procura abrir caminho em todos os países, manifestando a necessidade de fundir os órgãos de guerra ativamente instituídos, e que levou à criação dos Ministérios do Ar na Itália, na Inglaterra e na França. Na França isto não foi sem dificuldades.

Em 1928, o Ministério do Ar foi constituido, mas em lugar de um tivemos quatro: justapunham-se as Diretorias da Guerra, Marinha, da Aviação civil e dos Serviços técnicos; enfeitas um Gabinete, uma Diretoria do Orçamento e era tudo; cada Diretoria teve uma Secção do pessoal, secção do material,ção dos terrenos.

Fazia-se necessária uma fusão, não se teve mais que uma aposição. As reorganizações sucessivas ulteriores não passaram de repetidas tentativas para a fusão. Duas causas expli-

cam estas demoras: de um lado, a diferença de origem e de formação dos diversos pessoais, de outro, e sobretudo, a luta surda mas viva, coisa muito humana, tramada pelos diversos Ministérios que se veriam despojados de uma parte das suas prerrogativas. Assim, a aviação conservava uma organização quasi exclusivamente adaptada às missões de cooperação com o exército de terra. O Departamento da Guerra, temendo não ter siquer os meios aéreos necessários à sua manobra, hesitava em abandonar uma parte dos seus recursos em proveito de uma manobra puramente aérea.

A êsse tempo, no momento exato em que era criado o Ministério do Ar francês, um homem, cujo nome é inseparável da expressão Exército do Ar, em uma série de artigos cintilantes, forjava, além dos Alpes, uma nova doutrina do emprêgo da aviação. Refiro-me ao General Douhet. Eis a sua tese: guerra aérea total conduzida por um exército do ar independente, enquanto os exércitos de terra e do mar se limitam a uma defensiva nas fronteiras até que a decisão tenha sido arrebatada pelo exército aéreo.

Veremos adiante as teorias de Douhet e a maneira por que têm sido aplicadas no curso da guerra atual. Para o histórico basta-nos saber que durante 10 anos êle as sustentou com energia e entusiasmo incomparáveis, mau grado as inúmeras críticas vindas não só do seu próprio país, mas de tôdas as partes do mundo. Ora, enquanto isso, a aviação progredia a passos gigantescos:

A velocidade dos aviões era duplicada, triplicada e mais;

O peso das bombas transportadas seguia a mesma progressão;

A distância de transporte dessas bombas até o inimigo se aproximava e depois ultrapassava 1.000 quilômetros.

Do ponto de vista francês, evidenciou-se, desde 1930, que nenhum ponto do solo nacional estaria ao abrigo de um ataque aéreo vindo de Este.

Diante da gravidade do perigo, o Governo colocou o Marechal Petain à frente de um órgão interministerial encarregado de estudar os problemas da defesa aérea do território, e a ma-

alta autoridade militar do país, concluia, em 1931, que "as ações ofensivas da aviação levando o ataque às bases aéreas inimigas, à sua indústria aeronáutica, fazendo pairar sobre o território adverso ameaças de réplica ou de represálias, constituem o ato mais importante da defesa aérea". E o Marechal reclamava em consequência: "a criação de uma poderosa aviação de bombardeio com grandes possibilidades em tonelagem e ráio de ação".

O Exército do Ar francês estava virtualmente nascido, mas não foi oficialmente criado senão em 1933, por um decreto dizendo que ele devia ser capaz de participar:

- das operações aéreas;
- das operações combinadas com os exércitos de terra e do mar;
- da defesa aérea do território.

Em 1934, foi suprimida a Diretoria Geral Técnica, último remanescente da Sub-Secretaria dos Trabalhos Públicos, e que constituia, de algum modo, no seio do Ministério do Ar um pequeno Estado dentro do Estado.

Mas restava ainda a D. A. T., portanto os diferentes recursos permaneciam dispersos entre vários Ministérios e, nesta situação, não puderam jamais ser convenientemente aplicados antes de Setembro de 1939.

Recaputilamos, assim, o desenvolvimento da aviação na França até às vespertas da guerra atual.

Na Grã Bretanha e na Itália a evolução foi semelhante e a unidade não se realizou sem grande dificuldade.

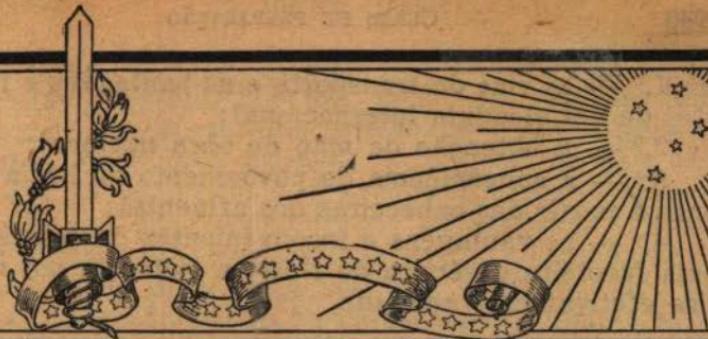
Na Alemanha, vindo mais tarde, num ambiente diferente, aproveitando a experiência dos vizinhos, o Ministério do Ar englobou todos os elementos que, de perto ou de longe, interessavam à ação ofensiva ou defensiva no espaço.

Não insistiremos sobre a guerra da Espanha: ensaio de material e de processos de combate, pouco de tática, menos ainda de estratégia aérea, intervenções interessantes em colaboração à luta terrestre. Achamo-nos, portanto, em 1.º de Setembro de 1939, com:

— exércitos do Ar tendo as doutrinas teóricas mais ou menos baseadas na teoria de Douhet, porém um possuindo mais que os outros os meios de as pôr em prática;

— exércitos terrestres, um dos quais tendo por dogma a ofensiva violenta, de todos os modos, e decidido a experimentar, a qualquer preço, as mais audaciosas táticas e formas novas de guerra; os outros, à parte sua inferioridade em material e o respeito das garantias internacionais, constrangidos —ao abrigo de fortificações regularmente inixpugnáveis — a aguardar os efeitos de um bloqueio limitado, e a ampliação de seus armamentos, nos quais o mundo inteiro se propõe a trabalhar.

(Continua)



Curso de Preparação para admissão à Escola de Estado Maior

Para que seja possível ter uma impressão e firmar uma opinião sobre a natureza do Curso de Preparação para admissão à Escola de Estado Maior, esta Revista publicará as questões formuladas pelos Instrutores e Conferencistas durante o ano de 1940.

De cada um dos trabalhos, apresentaremos uma solução, graças à gentileza e bôa vontade dos oficiais alunos do curso.

A — GEOGRAFIA

1.º Trabalho em domicílio

Pelo Cap. José P. de Ulhôa Cintra

a) Questão proposta

Considerando o passado econômico do território do re, a atual situação da borracha nativa e as condições climatológicas;

Considerando-se, por outro lado, a estrutura geológica e as condições do relêvo dessa região;

Admitindo a possibilidade da existência de petróleo em antigade explorável e,

Tendo em conta a situação fronteiriça e a escassez da populaçāo em todo o Oeste brasileiro;

Formular e fundamentar uma opinião acerca da possibilidade da exploração imediata do petróleo acreano, disindo principalmente:

- 1.º — as vias de transporte e as vantagens e inconvenientes de um oleoduto internacional;
- 2.º — a obtenção da mão de obra nacional;
- 3.º — a conveniência do povoamento da bacia do Amazonas a partir das cabeceiras dos afluentes;
- 4.º — as vantagens e inconvenientes da substituição da nossa fronteira desértica de Norte e Noroeste por uma fronteira efetivamente ocupada, viva.

NOTA DO INSTRUTOR CHEFE

1) as soluções devem estar fundamentadas nos conhecimentos básicos e devem ser organizadas sob forma clara e concisa, segundo um método lógico em que o principal se destaque do secundário e as idéias essenciais mereçam o respeito necessário.

2) Con quanto seja útil o estudo em equipe, é de todo indispensável, para a justa apreciação do valor de cada trabalho, o cunho pessoal em sua elaboração. (N. 13 das Diretrizes de Instrução).

b) SOLUÇÃO

I) — OS TRANSPORTES NO ACRE. AS POSSIBILIDADES DA REDE HIDROGRÁFICA.

Os rios Juruá e Purús, cujos leitos se orientam no sentido geral SW-NE, ambos tributários da margem direita do Solimões, constituem os dois únicos eixos de penetração das florestas acreanas. Seus cursos, sensivelmente paralelos e separados por vasta faixa terrestre de extensão superior a 300 kms., não possuem uma única transversal de ligação.

As comunicações entre Rio-Branco e Cruzeiro do Sul, os dois maiores agregados humanos existentes nessa região, um à beira do Acre, afluente do Purús, outro na bacia do Juruá, ainda hoje exigem um espaço de tempo nunca inferior a 60 dias. E' que, na falta de uma transversal, para ir de Guém de Rio-Branco a Cruzeiro do Sul, é obrigado a descer o Acre, o Purús e o Solimões, subir o Negro até Manaus, depois de uma baldeação, remontar o Solimões e seguir o Juruá.

Idênticos no aspecto e na configuração geral, o Juruá e o Purús, que poderíamos chamar de rios gêmeos, apresentam a extensão de 3.283 e 3.210 kms. respectivamente.

O Juruá, que mais diretamente nos interessa na solução da questão proposta, por isso que é nas suas nascentes ou nas de seus formadores que se encontra o lençol petrolífero, apresenta em tôda a extensão o desnível de 410 ms., dos quais 239 nos primeiros 318 kms., até a embocadura do rio Breu. E', pois, um verdadeiro rio de planície.

O Purús tem as nascentes na serra de Contamana. A velocidade, muito forte nas cabeceiras, vai diminuindo sucessivamente à medida que se aproxima da foz, onde é diminuta, apresentando aí a largura de 400 ms. e a profundidade média de 15 ms.. Em "Cachoeira", ponto terminal da navegação da Amazon River, durante a vasante, o rio apresenta 300 ms. de largura e a profundidade máxima, na enchente, de 12 ms., dando na vasante, navegação para calado de 10 pés (3m,30). Na foz do Acre a largura é de 140 ms. e a profundidade de 11 ms. em Fevereiro, passa a 1 m,50 em Agôsto.

As condições de navegabilidade de ambos os rios nos vão ser descritas pelo geólogo Pedro Moura:

"No Juruá a distância de Manaus a Cruzeiro do Sul é vencida em cerca de 20 dias, na estação das cheias, por gaiolas que poderiam, então, ir até a fronteira com o Perú, na foz do Breu. O Purús, na estação das cheias, comporta navios fluviais de mil toneladas, com calado de 10 a 12 pés (3m,30 a 3m,50), até a bôca do Acre, ou um pouco mais a montante. Os gaiolas de 200 a 300 tons. e calado de 6 a 8 pés, na mesma estação, podem atingir os limites do nosso território em Xapury ou Brasileia, ou em outros afluentes desse rio. Na estação de estiagem cessa a navegação dos gaiolas à capital do território, a qual só é atingida por embarcações de 100 tons., de roda à popa, com pequeno calado. Ocasiões há em que mesmo estas não alcançam Rio Branco, fazendo-se transbordo de carga e passageiros, para batelões a motor".

"O perigo da navegação a vapor nos altos rios do Acre decorre do regime dos mesmos, pois se uma vasante surpreende o gaiola naquela região, este fica obrigado a aguardar um repique e tal espera se estende, às vezes, por 6 meses, ficando o navio inteiramente em seco, escorado a alguns metros acima das baixas águas.

Este é um fato comum na história da navegação do alto Acre. Embora possam chegar a Cruzeiro do Sul durante 4 a 6 meses do ano, não o fazem entretanto os gaiolas da Amazon River. Sua carga é baldeada no baixo Juruá para cha-

tinhas, de rodas à pôpa, que servem mensalmente Cruzeiro do Sul e Vila Seabra, no Tarauacá. Na estiagem torna-se mais precária a navegação a vapor e, no Juruá, as próprias chatinhas, já a meio caminho de Cruzeiro, só podem navegar durante o dia, não só devido aos baixios como, principalmente, ao perigo de serem furadas pelos paus secos que juncam o leito. Mais penosa se vai tornando a viagem acima da boca do Tarauacá e anos há em que essas pequenas embarcações de 3 pés de calado só podem atingir a foz do Ipixuna, mormente nos meses de Agosto e Setembro".

A Amazon River é a única empresa que mantém mensalmente a navegação para essas regiões, **navegação bem subvencionada pelo Governo Federal**".

II — O PROBLEMA DO TRANSPORTE DO PETRÓLEO. VANTAGENS E INCONVENIENTES DE UM OLEODUTO INTERNACIONAL.

Vistas assim as condições de navegabilidade dos dois únicos eixos de penetração à região Acreana, seremos forçados a concluir pela impraticabilidade de aproveitá-los como escoadouros do lençol petrolífero Sub-Andino, limítrofe do Perú.

Partindo da premissa de que o petróleo aí existente se apresenta em quantidade explorável, ver-nos-emos na contingência de procurar-lhe outro meio de escoamento ou transporte.

Várias são as soluções que o problema apresenta, todas, por certo, dispendiosas e complexas.

A mais econômica e, certamente, a que proporcionaria o aproveitamento imediato do petróleo, seria a construção de um oleoduto que fôsse ter ao rio Ucaiale, tributário do Marañon, e distante cerca de 150 kms. da região petrolífera. Até Iquitos seria o petróleo transportado em embarcações de pequeno calado e daí em diante passaria para o bordo dos grandes navios, rumo ao Atlântico.

Tal solução, conquanto a mais prática e econômica, apresenta sérios inconvenientes. O Brasil, possuidor da mais rica via fluvial do mundo, dispõe de cerca de 9.000 kms. de costa, tornar-se-ia tributário do trânsito por país estrangeiro. E, embora a exploração do petróleo não seja fator de fixação de populações, sempre levaríamos algum progresso às fronteiras peruanas, por efeito do numerário que forçosamente aí circularia, em detrimento de nosso próprio desenvolvimento. E' preciso que se não perca de vista a cir-

cunstância de que o Amazonas, rio brasileiro, que escoará mais além não só o nosso petróleo, senão também o peruano, é via de navegação internacional e, assim, isento de tributos. Não haveria, pois, uma compensação.

Há ainda por considerar o aspecto político da questão. Conquanto o tratado de Petrópolis e, mais tarde, a demarcação integral da fronteira peruana, tenham reduzido ao mínimo as possibilidades de desinteligências territoriais, não devemos esquecer-nos de que a política do *uti possidetis* é a que tem prevalecido em tôdas as contendas sul-americanas, política essa sempre desposada pelo Brasil. E' bem de ver que até hoje permanece o "problema do trapézio amazônico": Letícia. Não deveríamos, portanto, concorrer para o desenvolvimento das regiões fronteiriças de nossos vizinhos.

O aspecto da defesa nacional também assume aqui pronunciado relêvo. Produto indispensável para a guerra, ficaria o petróleo na dependência de estrangeiros, a menos que nossa política exterior e nossos recursos militares nos assegurassem a posse da região nos momentos de crise.

III — OUTROS MEIOS DE TRANSPORTES DE PETRÓLEO.

O PLANO GERAL DE VIAÇÃO FÉRREA E FLUVIAL DO BRASIL. A MÃO DE OBRA NACIONAL.

Apontados os inconvenientes e vantagens que apresenta um oleoduto internacional, examinemos ainda outras soluções para o transporte do petróleo.

A construção de um oleoduto nacional que marginasse o Juruá até a seção inferior de seu curso, isto é, até o local em que o rio já oferecesse condições de franca navegabilidade, constituiria outra solução. Se bem que mais dispendiosa em face da extensão, apresentaria, entretanto, a indiscutível vantagem de percorrer território inteiramente nacional. Pensemos, todavia, no vulto dos capitais que seriam aí invertidos, o que só seria possível na certeza de que o volume e a qualidade do lençol petrolífero asseguram o êxito do cometimento. As desvantagens decorrentes de transbordo seriam aqui menores que as do óleoduto internacional.

Vemos ainda, como solução plausível ao escoamento desse petróleo, o transporte por estrada de ferro até o rio Madeira. O plano geral de viação férrea de Cruzeiro do Sul a Abunã, na Madeira-Mamoré. Esta não seria, todavia, a solução imediata do problema proposto, mas a solução

definitiva que iria levar a civilização e o progresso às cabeceiras dos afluentes da margem sul do Amazonas.

E, se é verdade que acalentamos o sonho de transportar petróleo boliviano pela calha amazônica, através do Ichilo, do Madeira e do Mamoré, não seria desarrazoado pretender levar o petróleo acreano ao Amazonas, através do Madeira.

O petróleo, como já tivemos oportunidade de dizer, por si só não é capaz de fixar populações. E' indústria essencialmente nômade. O petroleiro, esgotado o poço, lá se vai em busca de outras regiões em que jorre o líquido negro, ou que ofereça melhores condições de vida. Um reduzido número de homens é suficiente para exploração de um poço. A perfuração, bem mais trabalhosa, exige apenas um grupo de 30 a 40 trabalhadores. Nessas condições não nos será difícil a obtenção de mão de obra nacional, conquanto sejam vasqueiras as populações daquela região.

IV — A CONVENIENCIA DO POVOAMENTO DA BACIA AMAZÔNICA, O CLIMA E O PASSADO ECONÔMICO DO ACRE. A ATUAL SITUAÇÃO DA BORRACHA NATIVA.

A estrada de ferro que serviria de escoadouro ao petróleo, seria também o instrumento que levaria a civilização áquele trato do território nacional. E' de todos conhecida a capacidade colonizadora do homem do nordeste. As populações do Acre e da bacia amazônica, afóra as tribus ameríndias que permanecem em retardado grau de civilização, acham-se constituídas na maior parte, de nordestinos, especialmente de filhos do Ceará, que lá foram ter acossados pela grande seca de 1877, avolumando-se a corrente emigratória no período áureo da borracha. A conquista do oeste paulista em demanda de Mato-Grosso e Goiás é, em grande parte, obra sua. Aqueles sertões inóspitos, em que a úlcera de Baurú não era o pior flagelo, não puderam vencê-los. E com a estrada de ferro, a civilização avançou da orla oriental do planalto em direção à grande calha do Paraná, penetrando o interior Mato-grossense, edificando cidades como Baurú, Marília, Araçatuba e Campo Grande.

Em artigo publicado no n. 2 do ano II da "Revista Brasileira de Geografia", diz o Ten. Cel. Lima Figueirêdo:

"E' o clima do Acre muito caluniado. Não vi lá o que se diz constantemente sobre a sua insalubridade. Há, de fato, o impaludismo, principalmente depois que os rios começam a receber água. Mas devemos ponderar que aquela

ona foi povoadas por indivíduos doentes e já contaminados pelo mal, e que a alimentação usada pelos habitantes era arca e de má qualidade".

"Hoje, depois que houve a plantação de roçados e que homem já come com alguma abundância, o coeficiente de mpaludados diminuiu muito, pois o gérmen do mal encontra indivíduos fortes".

"Por incúria dos governadores viviam criminosamente em franca promiscuidade pessoas atacadas do mal de São ázaro e pessoas sadias, resultando haver no Acre grande quantidade de morféticos. Quando, estando no Governo, o Dr. Hugo Carneiro criou um leprosário e moveu campanha venaz contra a morfélia, os morféticos fugiam para a Bolívia para o Estado do Amazonas, não tendo havido neste último nenhuma providência contra a propagação de tão terrível moléstia".

"Há ainda durante as cheias um pouco de desinteria, devido à falta de cuidado que tem os habitantes em beber água suja do rio".

A conquista da Amazônia, com a estrada de ferro, não será muito mais difícil do que foi a do oeste paulista, desde que o acesso a essa região se faça pelo sul, através dos rios cujas cabeceiras se encontram no planalto. Primeiramente deverão ser ocupadas as partes altas do anfiteatro amazônico e a seguir as terras mais secas que proporcionam melhores condições de vida. Mas será coisa de séculos. Enquanto o acesso se fizer pelo grande rio, a atividade essencial residirá na exploração das florestas. Os produtos indispensáveis à vida, êsses virão das regiões mais elevadas. Aos poucos o homem se aclimará ao ambiente da Amazônia e à lentamente descendo os rios com o organismo adaptado às condições de vida que ela oferece.

São do Ten. Cel. Lima Figueirêdo as considerações que seguem:

"A queda do preço da havea foi mostrar aos seringueiros a exuberância de terra em que viviam. As plantações começaram quando o homem viu que com um quilo de borracha ele só poderia obter um punhado de sal".

"Hoje em toda a parte se veem roçados que produzem o mínimo para o consumo, havendo já alguma exportação, bem que em pequena escala. O milho cresce com uma facilidade extraordinária, produzindo três vezes ao ano; o café em dois anos já se acha carregado; o arroz não quer

melhor terra de várzea; nas praias brotam com uma facilidade estupenda o feijão, a abóbora, a melancia, o melão”

“Lá no Acre, quando houver quem pense que o futuro daquela terra está na agricultura, teremos também o nosso celeiro vastíssimo”. (Revista citada).

O inegável sucesso obtido pela companhia Ford no vale do Tapajós é o melhor desmentido das versões que procuram desacreditar as imensas possibilidades de colonização que nos oferece a região do Rio-Mar.

A borracha plantada e cultivada na Amazônia está fadada a um grande futuro. A proximidade em que está dos mercados consumidores (Nova-York, Hamburgo, Havre) assegura-lhe fretes baratos e, consequentemente, preços competitivos, podendo afastar a sua concorrente asiática. Além disso a grande elasticidade que lhe é peculiar, dá-lhe a preferência de certos mercados, apesar das impurezas que apresenta. E' fácil prever o sucesso que a aguarda, depois de convenientemente tratada.

A exploração de castanhas constitue também atividade rendosa nessa região. Últimamente a valorização desse produto e a baixa de preços da borracha nativa, intensificaram em detrimento desta, a procura daquela.

As razões aduzidas até agora parecem-nos suficiente para evidenciar a conveniência, a necessidade e a possibilidade do povoamento da bacia amazônica, desde que o acesso se faça lenta e seguramente pelo planalto.

V — VANTAGENS E INCONVENIENTES DA SUBSTITUIÇÃO DA NOSSA FRONTEIRA DESÉRTICA DE NORTE E NOROESTE POR UMA FRONTEIRA VIVA.

Nossas fronteiras de Norte e Noroeste, que no atual momento apresentam as características de fronteiras esboçadas por isso que foram delineadas naturalmente, com o avanço progressivo dos desbravadores, encontram-se em grande parte demarcadas. Se bem que não tivessem assumido grande vulto as contendas internacionais que precederam a fase de demarcação, graças à habilidade de nossa diplomacia, não devemos concluir que nossas questões de limites estejam definitivamente solvidas. Defendendo com veemência o princípio do **uti-possidetis**, conseguimos integrar no território brasileiro toda a vastíssima região que se estende a W. o meridiano de Tordesilhas, a despeito das pretensões de nossos vizinhos espanhóis.

Na quadra atual, a civilização incipiente dos povos sul-americanos nas regiões fronteiriças de N. e NW. asseguram-nos perfeita tranquilidade. Mas, se quizermos conservar a vastidão territorial que nos legaram nossos antepassados, teremos de empreender esforços no sentido de levar áqueles recantos populações sadias e enérgicas.

No caso brasileiro só vemos vantagens em tornar vivos aqueles tratos territoriais. Se atentarmos no progresso, no desenvolvimento e na expansão da grande república do Norte, os Estados Unidos da América, que depois da integral conquista do oeste já volveu os olhos para o sul, compreenderemos, afinal, a vastidão do problema que nos pesa sobre os ombros. O Canal de Panamá veio ampliar a zona de influência dos Americanos do Norte, e hoje a base de partida, rumo à bacia amazônica, se estende do Mar das Antilhas ao Pacífico.

A doutrina de Monroe subsistirá enquanto fôr conveniente aos interesses da Nova-Inglaterra.

E, com os quarenta e cinco milhões de habitantes que hoje possuímos, pouco se poderá fazer.

Indispensável e urgente se torna a seleção e intensificação de correntes imigratórias, a-fim de que, lá para o ano de 2.000, possamos contrabalançar o surto expansivista de duzentos milhões de Americanos do Norte.

Mas para que êsse povoamento constitua realmente um anteparo a prováveis desejos de expansão de povos imperialistas ou a pretensões de vizinhos ambiciosos, é indispensável que tais regiões de fronteira estejam ligadas aos centros vitais do país, fugindo assim, em face das facilidades de intercâmbio, às possíveis influências exteriores. A execução do plano nacional de viação seria o complemento para empresa de tanta relevância.

— No próximo número: TÉCNICA APLICADA. — Solução do Cap. **Augusto Fragoso**.

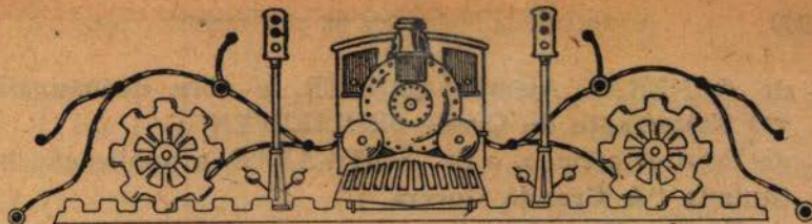
A' BANDEIRA

Simbolo da terra e da gente brasileira !

Nesse retângulo que reflete o anseio fecundo das florestas, nesse losango da côr das pepitas de oiro que jazem nas entradas de nossa terra, nesse círculo de Céu onde brilha a cruz de estrelas com que Deus nos conduz na travessia do Infinito; nesse conjunto soberbo de seiva e de luz, de materia e de espírito, de esperança e de fé, tu és uma síntese, ou uma apoteose, das forças divinas que fizeram êste torrão emergir do magma, na tragedia cosmica do planeta e nos entregaram o talisman com que conquistamos a felicidade de nascer brasileiros. Tu nos vieste pelas mãos de nossos maiores que te foram buscar no reservatório dinamico das forças da Natureza, para te sentarem no trôno dêste reino que é teu, como princesa de nossas esperanças, rainha de nossas almas e soberana de nossos corações. Cada brasileiro que nasce é mais um peito para te amar e mais um escudo para a tua defesa. Cada brasileiro que morre deve ser mais um facho de luz que se acende, no santuario do passado, para iluminar as gerações do futuro. Nós nascemos à tua sombra e sob a tua proteção erigimos o templo do nosso amôr. Educaremos os nossos rebentos para que te honrem ao longo da historia do mundo, quer no trabalho fecundo das quadras de bonança, quer na tempestade dos campos de batalha.

Salvé, sacrosanto pendão da Pátria Brasileira !

General Brasílio Taborda



A INFLUÊNCIA DOS MEIOS DE TRANSPORTE, PRINCIPALMENTE OS FERROVIARIOS, NO DECORRER DA BATALHA DO MARNE

Conferência proferida, na E. E. M., pelo ilustre engenheiro
Dr. DJALMA MAIA
Da E. F. C. B.

Sobre a batalha do Marne, travada entre alemães de um lado e os aliados do outro, em Setembro de 1914, muito se tem escrito; no entretanto, relativamente à influência dos meios de transporte sobre o seu desenrolar, muito pouca coisa se tem editado, mesmo porque, até bem pouco tempo, os detalhes sobre tais transportes ainda constituiam segredos dos respectivos comandos.

Nessas condições, a nossa palestra se resumirá em trazer ao conhecimento de tão culto quão seletivo auditório, uma série de informações sobre esse assunto, informações essas colhidas em várias publicações recentemente editadas, tanto na Alemanha como na França.

Assim, esse nosso trabalho nada mais é que uma compilação de dados obtidos das seguintes obras:

- do MARECHAL VON LUNDENDORF, as obras intituladas: “O Drama do Marne” e “Minhas Lembranças da Guerra”;
- do CORONEL MARCHAND, do Estado-Maior do Exército Francês, o interessante trabalho denominado “As Estradas de Ferro do Leste”;
- do Engenheiro Francês M. RIBOUD, a obra intitulada “A Exploração do Sistema Ferroviário Francês de 1884 a 1937”; ainda
- de um outro Engenheiro Francês, o Sr. HENNEF, a publicação sob o título “As Estradas de Ferro e a Guerra”;

- do GENERAL Alemão GRÖNER, a obra denominada “**O Testamento do Conde SEHLIEFFEN**”;
- do Escritor alemão, o Sr. SCHWARTE, a publicação intitulada “**A Grande Guerra**”;
- do Escritor Francês, o Sr. PIERRE DOMINIQUE, a interessante publicação denominada “**O Marne**”; finalmente, uma série de interessantes artigos publicados em diversas revistas técnicas alemães, uns de autoria
- do CORONEL JOACHIM, do Estado-Maior do Exército Alemão, e outros.
- do Engenheiro LUIS JÄNECKE, das Estradas de Ferro do Reich.

Antes de entrar no verdadeiro assunto desta palestra, convém relembrar, para uma melhor sequência da mesma, os principais fatos que antecederam a batalha do Marne de tão grande significação histórica para a guerra mundial de 1914, e, quiçá, para a atual.

Logo após a declaração de guerra, a 2 de Agosto de 1914, as tropas alemães, invadindo o território belga, aposam-se, 13 dias depois, de toda a zona fortificada de Liége; continuando em seus ataques, e apezar de heróica resistência das divisões belgas, tomam, respectivamente, a 21 e a 24 de Agosto, as cidades fortificadas de MONS e de NAMUR; nessa ocasião, o supremo comando do exército alemão, baseando-se nos dizeres dos comunicados de guerra expedidos pelos comandos dos seus primeiro e segundo exércitos, convenceu-se que a guerra empreendida pela Alemanha no ocidente já tinha sido resolvida a seu favor; nessa persuasão, tomou a decisão de retirar dois corpos do exército da sua ala direita, transportando-os para a fronteira com a RUSSSIA, isto é, para o front de Este; no entretanto, os comunicados de guerra recebidos nos dias seguintes, não deixavam dúvida alguma que os aliados conservavam ainda todo o seu poder combativo; apezar disso, o supremo comando do exército alemão, não teve a habilidade de reter essas tropas, se bem que as mesmas ainda se encontrassem em marcha para as estações de embarque (vide mapa 4, explicando: AIX

-- LES — CHAPELLE e SAINT VITH); apesar dessa redução de efetivos, a ala direita do exército alemão continuou a perseguir, através a BÉLGICA e noroeste da FRANÇA, os exércitos que constituiam a ala esquerda do exército aliado, o qual, cedendo terreno, recuava, porém para uma linha de retraimento previamente determinada pelo estado-maior do respectivo alto comando.

No dia 2 de Setembro, o supremo comando alemão determinava que se procurasse envolver os francêses na direção sudeste de PARIS; no dia 4, o general Von Kluck que comandava o 1.º exército, dando cumprimento a essas ordens, passava ao lado da capital francesa, deixando sómente forças relativamente pouco vultosas para a defesa do seu flanco contra PARIS; nessa situação, recebe um comunicado da sua ala direita que os francêses, com efetivos superiores, contra-atacavam; reconhecendo a situação perigosa em que se encontrava, e estando convencido de que a defensiva não constituiria proteção suficiente, determinou que todo o seu exército cerrasse fileiras à direita; sómente devido a essa manobra, conseguia derrotar os francêses nas margens do rio OURC, em contra-ataques que se verificaram a 7 e a 9 de Setembro. No entretanto, devido a essa ousada manobra de Von Kluck, formou-se uma brecha entre o 1.º e o 2.º exército, brecha essa que constituia um grave perigo para o exército alemão devido à destruição incompleta das pontes sobre o rio Marne, e principalmente devido à falta de contacto entre os já citados 1.º e 2.º exércitos.

Nessa ocasião, o supremo comando do exército alemão se encontrava no LUXEMBURGO, a cerca de 150 Kms. do "front", e o que foi peor, sem comunicações telefônicas com os dois exércitos extremos da sua ala direita, não podendo, por isso, fazer uma idéia clara da situação no "front".

Nos primeiros dias de Setembro, o supremo comando alemão, por meio de informações prestadas pela aviação e pelo seu corpo de agentes secretos, tinha conhecimento de grandes deslocamentos de tropas atrás do "front" aliado, em direção à PARIS; além disso, foi encontrada uma ordem do generalíssimo JOFRE, na qual era ordenada, para o dia

6 de Setembro, a batalha decisiva para os exércitos aliados, em tôda a extensão do "front".

Devido à fata de comunicações telefônicas, e para um perfeito esclarecimento da situação, resolveu o supremo comando alemão enviar ao "front" um dos seus mais destacados oficiais, o então tenente-coronel Hentsch, munido de amplos poderes para ordenar tôda e qualquer manobra, inclusive a retirada, caso a mesma se tornasse necessária; de fato, o recuo do 1.º Exército foi determinado apesar do protesto do respectivo comando; de início, as tropas aliadas seguem vagarosamente as tropas alemães, que inesperadamente recuam; por parte da aviação, pouco eficiente naquela ocasião, as tropas alemães, em retirada, muito pouco são molestadas; no dia 14 de Setembro os alemães alcançam as margens do rio AISNE, onde tornam a fazer frente ao inimigo; começa então a corrida para o mar, e, em seguida, a guerra de trincheiras; a guerra de movimento estava terminada; devido a essa retirada, a almejada vitória decisiva no ocidente não tinha sido alcançada.

Vejamos agora, de que maneira os meios de transportes, particularmente os ferroviários, contribuiram para o desenrolar da batalha do Marne.

Examinemos primeiramente, a influência dêsses meios de transporte, do lado alemão.

Segundo os conselhos emitidos por Clausewitz, os alemães deveriam atacar tão concentrado e tão rapidamente quanto possível; nessas condições, possuindo numerosos efetivos, o dispositivo das tropas alemães estava evidentemente apenas na dependência da capacidade de transporte, e na eficiência da sua bem equipada rede de estradas de ferro; relativamente a êsse assunto, tudo se realizou como prèviamente preparado, principalmente, porque, naquela ocasião, não havia ataques aéreos eficientes; no entretanto, quanto à distribuição de tropas, deixaram os alemães de seguir à risca o célebre plano Schlieffen. A ala direita do exército

alemão não contava com o número de divisões previstas nesse plano; apesar disso, os alemães ainda possuíam uma grande supremacia de efetivos sobre a ala esquerda do exército aliado, constituído do corpo expedicionário inglês, das divisões belgas, e da ala esquerda do exército francês; segundo pudemos apurar nas publicações já citadas, os alemães contavam nesse setor, com mais 107 batalhões, 66 esquadrões e 1.044 peças de artilharia que os aliados. Nessas condições, apesar do supremo comando alemão não ter dado exato cumprimento ao plano Schlieffen, existia uma pressuposição para a vitória, e isto, devido à perfeição dos planos organizados pela seção de transportes do estado-maior alemão, fielmente cumpridos pela administração de campanha das estradas de ferro; somente devido à eficiência desses planos e à sua perfeita execução, é que foi possível ao exército alemão, iniciando a invasão das fronteiras belgas a 2 de Agosto, estar já a 6 de Setembro às margens do MARNE.

Antes de examinar a influência que tiveram os transportes ferroviários no desenrolar da batalha do MARNE, vejamos o que aconteceu com os serviços de comunicações e de observações aéreas, dos quais a eficiência dos de transportes dependia em grande parte, como é fácil, aliás, de compreender: — **comunicações**, para uma perfeita e segura execução do movimento de trens; **as observações aéreas**, para a indicação da natureza e extensão das destruições que tinham sofrido, tanto as obras darte como as linhas propriamente ditas.

Relativamente às transmissões, durante o avanço até ao rio MEUSE, o sistema alemão era perfeito; no entretanto, devido aos rápidos e contínuos avanços, através das províncias belgas e francesas, essa situação modificou-se por completo, tendo-se mesmo verificado uma falta absoluta de comunicações entre o supremo comando e os 1.º e 2.º exércitos durante os combates travados às margens do MARNE; só assim se explica o fato do supremo comando alemão ter tido necessidade de enviar ao “front”, um dos seus mais proeminentes membros, para depois de se inteirar da situação estratégica desses dois exércitos, transmitir ordens da mais

alta importância para o desenrolar das operações. Do exposto, chega-se à conclusão que o sistema de transmissões alemães tendo sido insuficiente nessa ocasião, contribuiu de maneira decisiva no desenvolvimento da batalha do MARNE; se o serviço de transmissões tivesse aparelhado convenientemente a linha telegráfica que corria ao longo da fronteira alemã, de AIX — LA CHAPELLE sobre TRIER até METZ, a fim de que a mesma fosse utilizada para as necessárias comunicações transversais de retaguarda, comunicações essas indispensáveis a todo e qualquer exército em campanha, talvez isso tivesse contribuído para que a falta de comunicações já referidas não fosse tão absoluta; o serviço de transmissões tinha pensado em utilizar a rede de transmissões existentes nos territórios a serem ocupados, esquecendo-se que o aparelhamento ali empregado, além de manipulação diferente daquele que era utilizado na Alemanha, era encontrado, em regra geral, inutilizado, não sendo possível a sua substituição pelos aparelhos telegráficos e telefônicos alemães de campanha, devido às diferenças de instalações; assim, cada corpo de exército ia construindo a sua rede de transmissões como era possível, o que muito contribuia para as deficiências de toda a rede, quando as mesmas tiveram que ser interligadas.

As informações prestadas pela aviação, no início da campanha, no que diz respeito aos transportes ferroviários, foram de muita valia; indicavam quais as obras darte que tinham sido destruidas ou danificadas, tais como pontes, viadutos, túneis, caixas d'água, passagens superiores ou inferiores; de posse dessas informações, escolhia-se a linha que deveria ser utilizada, providenciando-se imediatamente o fornecimento do material necessário à restauração das obras darte, ou à construção de pequenas variantes para contorná-las; além disso, forneciam fotografias dos principais pátios das estações, cujas disposições não coincidissem com as plantas do estado-maior, indicando ainda as quantidades e tipo do material rodante abandonado, bem como os estoques de carvão existente nos depósitos de locomotivas, além de inúmeros outros detalhes.

Vejamos agora os serviços ferroviários propriamente ditos. **Quando um exército avança, está claro que ele fica inteiramente na dependência das suas fontes de abastecimento;** na grande guerra de 1914, esse abastecimento foi, na sua grande totalidade, realizado pelas estradas de ferro.

Ao invadirem a BÉLGICA e a FRANÇA, devido à surpresa da ação, os alemães tiveram a vantagem de encontrar as linhas férreas de AIX — LA CHAPELLE — LIÉGE — BRUXELLAS — CAMBRAI — SAINT-QUENTIN, apenas ligeiramente danificadas; assim, essa linha férrea pôde ser utilizada em curto espaço de tempo.

Durante os combates que se verificam no dia 25 de Agosto, nas margens do Meuse, os pontos terminais das linhas de estradas de ferro ainda se encontravam a uma distância relativamente pequena do "front" (mapa 1). No entretanto, na ocasião da batalha do Marne propriamente dita, a situação era já bem diferente, dificultando o reabastecimento da ala direita do exército (mapa 2); as tropas alemães desse setor, se encontravam, nessa ocasião, à cerca de 300 Kms. de AIX — LA CHAPELLE, e profundamente avançadas em território ocupado; o 1.º exército era o que melhor podia ser abastecido, apesar das estradas de ferro, para esse fim, estarem todas em território ocupado, e terem sido postas em condições de tráfego pouco antes; para esse reabastecimento, tanto de munições como de víveres e reforços, o transporte era feito por estrada de ferro numa extensão de 250 Kms., desde AIX — LA — CHAPELLE, através da BÉLGICA e do norte da FRANÇA, até as estações de ROYE e SAINT-QUENTIN; daí até aos depósitos, o transporte era feito por meio de auto-caminhões, numa extensão de apenas 50 Kms.

Para o reabastecimento dos 2.º e 3.º exércitos, as condições tornaram-se muito mais difíceis; esses dois exércitos encontravam-se também, como no caso do 1.º, à cerca de 300 Kms. de AIX — LA CHAPELLE; devido, porém, à destruição eficaz de 4 pontes nas imediações da fronteira franco-belga, uma perto de HIRSON, sobre o rio OISE, bem

como de mais outras 3 nas imediações, respectivamente, de CHARLEVILLE, SEDAN e MONMEDY, sobre o rio MEUSE, localidades essas que tendo por isso ficado como estações terminais, distavam cerca de 100 Kms. do "front"; em todo o caso, essas condições, sem dúvida alguma bem difíceis, foram facilitadas pelas bem construidas redes de estradas de rodagem francesas, pelas quais trafegavam os auto-caminhões em intermináveis comboios.

No mapa 2 estão indicadas as datas nas quais os alemães conseguiram utilizar novamente três das pontes citadas; a de HISRON, a 1.^o de Novembro, a de CHARLEVILLE a 30 de Setembro, e a de MONMEDY, a 20 de Outubro, datas essas, tôdas posteriores à da batalha do Marne.

Sobre a regularidade de reabastecimento dos exércitos que constituiam a ala direita alemã, no período crítico de 25 de Agosto a 9 de Setembro, não se pode dizer que tenha sido perfeita; devido a uma incursão dos belgas, nas proximidades de TIRLEMONT (próximo de LOUVAIN), a linha AIX — LA CHAPELLE — BRUXELLAS — MONS (mapa 2), não pôde ser mais utilizada para o reabastecimento do 1.^o exército; nessas condições, todo o abastecimento de 3 exércitos teve que ser feito por uma só das linhas de retaguarda — LIÉGE — NAMUR — CHARLEROY, utilizando-se então o ramal CHARLEROY-MONS, de condições técnicas muito desfavoráveis, o que implicava numa recomposição em CHARLEROY de todos os trens que se destinavam ao reforço do 1.^o exército; além disso, as linhas férreas que estavam sendo utilizadas pelos alemães, eram constantemente interrompidas devido a encontros e descarrilamentos provocados pelo disparo de locomotivas ou de vagões carregados com areia, que os belgas soltavam dos trechos que ainda não tinham sido ocupados; só depois de verificados êsses fatos, é que se tratou de melhor proteger as linhas em tráfego, removendo-se, em grandes extensões, os trilhos de todas as linhas que incidiam naquelas que estavam em tráfego, ou montando descarriladeiras com pessoal a testa, noite e dia. Na sua grande maioria, os críticos militares alemães, comen-

tando o desenrolar da batalha do Marne, dão a entender que os transportes por estradas de ferro, quando realizados nos territórios ocupados, não apresentaram a eficiência necessária, deixando mesmo alguns transpirar que, em certas ocasiões, os mesmos chegaram a fracassar.

Por este motivo, achamos conveniente examinar aqui, com mais detalhes, essa questão, não com o espírito de defender os serviços de transporte ou de acusar os êrrros estratégicos, e sim com o de trazer ao conhecimento do auditório, os êrrros então cometidos, evitando-se, assim, que, em casos análogos, os mesmos venham a ser reproduzidos.

(Conclusão no próximo número)

Nota — Os mapas e quadros deste trabalho, serão publicados no número de Janeiro.

Comunicamos aos nossos representantes, assinantes, anunciantes e demais interessados que tôda a correspondencia destinada a esta revista, deverá ser endereçada para o Ministério da Guerra, Caixa do Correio n. 32.

Acesso de uma mesma turma de aspirantes

**DESIGUALDADE NAS DIVERSAS ARMAS E SERVIÇOS
— MEIO DE SANAR ÉSTE INCONVENIENTE**

Pelo Gen. MIGUEL DE CASTRO AYRES

Quando em 1939 exercia o cargo de Secretário da C. P. E., ouvi do seu Presidente, o distinto chefe General Góes Monteiro, a observação de que no nosso Exército, uma mesma turma de Aspirantes distribuída pelas armas, tinha um desigual e chocante acesso aos diversos postos, cousa que não era comum em outros Exércitos.

Alertado por tão justa observação, resolvi estudar o caso e procurar-lhe solução.

Determinei ao Capitão Italo de Almeida, adjunto da C. P. E., estudar o acesso da turma de Aspirantes de 1908, a mais antiga nas armas, constatando a grande disparidade de acesso em umas armas em relação a outras.

Encarreguei o mesmo oficial de organizar os quadros do tempo médio de permanência nos diversos postos, tomando nas armas apenas os oficiais superiores, dada as bruscas alterações que sofreram, de 1930 para cá os quadros de capitães e subalternos e nos serviços, todos os postos.

Os Quadros, pois, que ilustram o presente artigo, devo ao inteligente esforço do capitão Italo de Almeida e foram organizados em Maio de 1939.

Apenas como elemento informativo, transcrevo abaixo o

Quadro do tempo médio de permanência, nos postos de General de Brigada e dos Serviços

P o s t o s	T e m p o
General de Brigada . . .	4 anos e 1 mês
General médico	8 anos
General Intendente de Guerra . . .	10 anos

Transcrevamos agora os diversos Quadros das armas.

INFANTARIA

Quadro do tempo médio de permanência nos postos

Pôsto da permanência	Tirada do quadro de			Média
	Coronéis	Tens. Céis.	Majores	
Coronéis	3-2m.	—	—	3a.-2m.
Tens. Coronéis	3-3	2.a	—	2a.-8m.
Majores	3-3	4-7	2-11	3a.-7m.
Capitães	7-7	8-3	8.a	8a.
1 ^º s. Tenentes	4-6	4-10	7a.	5a.-5m.
2 ^º s. Tenentes	7a.	5-3	3-5	5a.-3m.

CAVALARIA

Quadro do tempo médio de permanência nos postos

Pôsto da permanência	Tirada do quadro de			Média
	Coronéis	Tens. Céis.	Majores	
Coronéis	3-3	—	—	3a.-3m.
Tens. Coronéis	3-8	1-9	—	2a.-9m.
Majores	3-2	4-9	2-4	3a.-5m.
Capitães	8-2	8a.	8-5	8a.-3m.
1ºs. Tenentes	5-3	5-8	8a.	6.-4m.
2ºs. Tenentes	6a.	4-4	2a.	4a.-2m.

ARTILHARIA

Quadro do tempo médio de permanência nos postos

Pôsto da permanência	Tirada do quadro de			Média
	Coronéis	Tens. Céis.	Majores	
Coronéis	2-7	—	—	2a.-7m.
Tens. Coronéis	4-11	2-9	—	3a.-10m.
Majores	3-1	5-2	3-6	3a.-11m.
Capitães	8-11	10a.	10-7	9a.-10m.
1ºs. Tenentes	5-5	3-6	4-1	4a.-4m.
2ºs. Tenentes	3a.	3a.	1-6	2a.-6m.

ENGENHARIA

Quadro do tempo médio de permanência nos postos

Pôsto da permanência	Tirada do quadro de			Média
	Coronéis	Tens. Céis.	Majores	
Coronéis	3-6	—	—	3a.-6m.
Tens. Coronéis	4-10	3-6	—	4a.-2m.
Majores	7-6	6-6	3-10	6a.
Capitães	5-6	8-2	10-5	8a.-1m.
1ºs. Tenentes	6-8	4a.	2-8	4a.-6m.
2ºs. Tenentes	3-11	4-4	1-3	3a.-2m.

AERONÁUTICA

Quadro do tempo médio de permanência nos postos

Pôsto da permanência	Tirada do quadro de			Média
	Coronéis	Tens. Céis.	Majores	
Coronéis	2a.	—	—	2a.
Tens. Coronéis	5a.	3a.	—	4a.
Majores	4a.	5a.	4.a	4a.-4m.
Capitães	4-4	6a.	5.a	5a.-2m.
1ºs. Tenentes	3-8	5a.	6-3	5a.-1m.
2ºs. Tenentes	2a.	2a.	2-6	2a.-2m.

Do estudo dos Quadros acima, resultou o Quadro seguinte, do qual se verifica a desigualdade de permanência dos oficiais de um mesmo posto nas diferentes armas e na última coluna, a média geral de permanência nos postos de 2.º Tenente a Coronel:

Quadro do tempo médio de permanência nos postos

POSTO	Média na					MÉDIA GERAL *
	Inf.	Cav.	Art.	Eng.	Aer.	
Coronel	3-2	3-3	2-7	3-6	2	2a.-11m.
Ten. Coronel	2-8	2-9	3-10	4-2	4	3a.-6m.
Major	3-7	3-5	3-11	6	4-4	4a.-3m.
Capitão	8	8-3	9-10	8-1	5-2	7a.-11m.
1.º Tenente	5-5	6-4	4-4	4-6	5-1	5a.-2m.
2.º Tenente	5-3	4-2	2-6	3-2	2-2	3a.-5m.

Estudada a situação dos oficiais nos Serviços, encontramos

MÉDICOS

Quadro do tempo médio de permanência nos postos

Posto de permanência	Coronéis	Tens. Céis.	Majores	Capitães	1 ^º s. Tens.	Média
Coronéis	4a.4m					4a.4m
Tens. Coronéis	7a.4m	3a.1m				5a.3m
Majores	6a.4m	8a.2m	5a.8m			6a.9m
Capitães	9a.2m	10a.5m	14a.5m	7a.10m		10a.7m
1 ^º s. Tenentes	2a.4m	6a.	6a.8m	9a.7m	5a.7m	6a.

FARMACÊUTICOS

Quadro do tempo médio de permanência nos postos

Posto de permanência	Coronéis	Tens. Céis.	Majores	Capitães	1ºs. Tens.	2ºs. Tens.	Média
Coronéis	1a.						1a.
Tens. Coronéis	4a.	1a.					2a.6m
Majores	1a.	6a.	2a.2m				3a.2m.
Capitães	7a.	4a.	9a.	4a.5m			6a.2m.
1ºs. Tenentes	8a.	9a.	10a.2m	9a.3m	5a.3m		7a.4m.
2ºs. Tenentes	1a.	4a.	6a.	6a.	9a.4m	4a.8m	5a.2m.

VETERINÁRIO

Quadro do tempo médio de permanência nos postos

Posto de permanência	Tens. Céis.	Majores	Capitães	1ºs. Tens.	2ºs. Tens.	Média
Ten. Coronéis	3a.					3a.
Majores	12a.	8a.4m				10a.2m.
Capitães	1a.	6a.8m	6a.6m			4a.10m
1ºs. Tenentes	4a.	6a.	12a.9m	6a. 9m		7a.4m.
2ºs. Tenentes	13a.	5a.10m	3a.10m	13a.6m	4a.6m	8.a4m

DENTISTAS (extinto)

Quadro do tempo médio de permanência nos postos

Posto de permanência	Majores	Capitães	1ºs. Tens..	Média
Majores	2a.5m.			2a.5m.
Capitães	4a.8m.	3a.4m.		4a.
1ºs. Tenentes	9a.4m.	3a.2m.	3.a	5a.2m.

INTENDENTES DE GUERRA

Quadro do tempo médio de permanência nos postos

Posto de permanência	Coronéis	Tens. Ceis.	Majores	Média
Coronéis	4.a6m.			4.a.6m.
Tens. Coronéis	7a.6m.	2.a		4.a9m.
Majores	7a.6m.	8a.10m.	3a.4m.	6a.8m.

ADMINISTRAÇÃO DO EXÉRCITO

Quadro do tempo médio de permanência nos postos

Posto de permanência	Capitães	1ºs. Tens.	2ºs. Tens.	Média
Capitães	4a.10m.			4a.10m.
1ºs. Tenentes	8a.3m.	3a.1m.		5a.8m.
2ºs. Tenentes	3a.5m.	2a.9m.	6a.8m.	4a.4m.

O estudo dos Quadros dos Serviços, leva-nos à organização do Quadro abaixo, que nos dá a média de permanência nos diversos postos;

**Quadro do tempo médio de permanência nos postos de
Serviços**

Posto de permanência	MED.	FARM.	VET.	DENT.	Int. G.	Adm. ex.	Média geral
Ceis.	4a.4m.	1a.			4a.6m.		3.a4m.
Tens. Ceis.	5a.3m.	2a.6m.	3a.		4a.9m.		4a.
Majores	6.a9m.	3a.2m.	10a.2m.	2a.5m.	6a.8m.		5a.10m.
Capitães	10a.7m.	6a.2m.	4a.10m.	4a.		4a.10m.	6a.1m.
1 ^o s. Tens.	6a.	7a.4m.	7a.4m.	5a.2m.		5a.8m.	6a.6m.
2 ^o s. Tens.		5a.2m.	8a.4m.			4a.4m.	6a.

Verificado como é evidente, pela leitura dos Quadros acima, a disparidade de permanência em um mesmo posto nas armas e serviços, procuramos verificar qual a percentagem dos postos entre si em cada arma e serviço e chegamos aos seguintes Quadros:

Quadro das percentagens dos postos nos diversos quadros das Armas

Armas		Coronel	Ten. Cel.	Major	Capitão	1.º Ten.	2.º Ten.	Quadro Total
INF.	Quadro Percentagem	39 2,756	53 3,746	129 9,116	430 30,389	432 30,530	332 23,463	1.415 100%
CAV.	Quadro Percentagem	19 2,941	26 4,024	62 9,598	183 28,329	213 32,972	143 22,136	646 100%
ART.	Quadro Percentagem	25 2,894	45 5,208	89 10,300	261 30,208	334 33,658	110 12,732	864 100%
ENG.	Quadro Percentagem	14 3,063	24 5,252	58 12,692	158 34,573	154 33,698	49 10,722	457 100%
AER.	Quadro Percentagem	4 1,878	8 3,756	22 10,328	45 21,127	77 36,150	57 26,761	213 100%
Soma dos Postos		101	156	360	1,077	1,210	691	2,595
Médias das percentagens nos quadros das armas		2,7064	4,3972	10,4068	28,9252	34,4016	19,1628	

Quadro das percentagens dos postos nos diversos Quadros dos Serviços

Servi - ços		Coro- nel	Ten. Cel.	Major	Capi- tão	1.º Ten.	2.º Ten.	Quadro Total
MED.	Quadro Percentagem	8 1,585	18 3,565	48 9,501	180 35.646	251 49,703	— —	505 100%
FARM.	Quadro Percentagem	1 0,662	2 1,325	8 5,299	24 15,892	63 41,722	53 35,100	151 100%
DENT.	Quadro Percentagem	— —	— —	2 1,961	9 8,823	46 45,100	45 44,116	102 100%
Veter.	Quadro Percentagem	— —	1 0,474	10 4,739	36 17,062	76 36,018	88 41,707	211 100%
I/Guer. Adm/ex.	Quadro Percentagem	12 1,408	21 2,465	52 6,103	202 23,709	290 34,038	275 32,277	852 100%
Soma dos Postos		21	42	120	451	726	461	1.821
Médias das percentagens nos quadros dos serviços (aproximadas)		1,218	1,957	5,521	20,226	41,316	38,300	—
Soma dos postos sem Dentistas		21	42	118	442	680	416	1.719
Médias das percentagens — sem Dentistas.		1,218	1,957	6,410	23,077	40,370	36,361	—

Para que, pois, o acesso de uma mesma turma de Aspirantes das armas ou serviços, fosse uniforme, seria necessário que nas armas e serviços os Quadros fossem organizados segundo as médias das percentagens encontradas no final dos Quadros acima.

Teríamos então, para os efetivos em oficiais dos Quadros estudados, a distribuição seguinte, por postos:

Armas	Coronel	Ten. Cel.	Major	Capitão	1.º Ten.	2.º Ten.	Quadro Total
Infantaria . . .	39	62	147	410	486	271	1.415
Cavalaria . . .	18	28	67	187	222	124	646
Artilharia . . .	24	38	90	250	298	164	864
Engenharia . . .	13	20	48	132	157	87	457
Aeronáutica . . .	6	9	22	62	73	41	213
Soma dos postos	100	157	374	1.041	1.236	687	3.595
Diferença p/ mais .	—	1	14	—	26	—	—
Diferença p/ menos	1	—	—	36	—	4	—

Serviços	Coronel	Ten. Cel.	Major	Capitão	1.º Ten.	2.º Ten.	Quadro Total
Médicos . . .	8	14	44	160	279	—	505
Farmacêuticos . .	1	2	9	26	61	52	151
Veterinários . . .	—	2	10	42	77	80	211
Int. de Guerra e Adm. do Exército	10	15	52	180	313	282	852
Soma dos postos.	19	33	115	408	730	414	1.719
Diferença p/ mais .	—	—	—	—	50	—	—
Diferença p/ menos	2	9	3	34	—	2	—

RETIFICAÇÃO

Na relação de representantes publicada na revista do mez de Outubro, constou como nosso representante no C. P. O. R. da 3.^ª R. M. (Porto Alegre) o Cap. Poty Salgado Freire, que foi incluido por engano; visto que o nosso representante é o Cap. Adolpho João de Paula Couto, cuja retificação fazemos para os devidos efeitos.

Conselho aos aspirantes à oficial

O presente trabalho, resumo de aulas ministradas aos cadetes do 3.º ano da Escola Militar em 1938, foi mimeografado pela Biblioteca da Bateria e distribuído aos Aspirantes daquele ano, não só de Artilharia, mas a muitos de outras Armas que o solicitaram.

Ante os pedidos que me têm chegado, ainda agora, resolvi publicá-lo com um fim único: servir aos novos camaradas, orientá-los com a mesma dedicação que servi e orientei os meus alunos de 1937 e 1938 da Escola Militar.

PEDRO GERALDO DE ALMEIDA
Cap. do E. M. E.

Regras de Conduta

A partir de agora sois um CHEFE.

Tendes pesadas responsabilidades.

Tanto em vossa vida privada como no vosso serviço diário devereis ser um exemplo permanente de esmerada educação, de correção, de atitudes bem definidas, de rigorosa observância de todos vossos deveres e de generoso consentimento à disciplina que vos é imposta.

A probidade moral não se divide, a cada momento ela deve ser o apanágio do oficial, em tôdas as circunstâncias, quer nas grandes como nas pequenas coisas.

Servireis com entusiasmo sempre e, sempre também com alegria.

Todos os vossos pensamentos devem ser estimulantes. A alegria de caráter auxilia a vencer as vicissitudes da vida. O bom humor é uma das alegrias da vida. Infelizmente há quem ignore ou não consigue, por doença ou aberração, compreender que o humor é o mais precioso dos elementos de vitória e o mais poderoso antídoto contra o tédio, o desânimo e a raiva. Estar de bom humor equivale a estar contente.

Para o CHEFE a alegria é a saúde.

Para êle o moral não deve reagir sôbre seu aspecto físico, assim como suas dôres físicas não devem reagir sôbre seu moral.

Conduzireis assim, convosco mesmo, o vosso prestígio.

Vossa autoridade será mais função de vosso valor que de vossa graduação.

Deixai de lado a displicênciâ que é o sinete do incapaz e dos espíritos mediocres.

Sêde, alegres, dedicados, corretos e tende um grande amor à vossa profissão, ao Exército e à Pátria.

Vivei para êles.

Achareis, aqui, nesse trabalho, resumo de nossas palestras durante o ano, algumas indicações e alguns conselhos de ordem geral, que sabereis adaptá-los às condições de vossa carreira.

CHEGADA À UNIDADE

Terminadas as formalidades regulamentares de "apresentações, por fim de curso, prestação de contas, recebimento da ajuda de custo (art. 97 do Código de Vantagens), férias, etc., entrareis no período de "trânsito", tempo destinado ao vosso deslocamento para a Unidade em que ides servir.

Como sabeis, êle é de um mês, contado a partir da data de apresentação por conclusão de férias, se fôr o caso, até o dia de embarque (Capítulo VII do R. I. S. G.).

Terminado êsse período devereis deslocar-vos para vossa unidade.

Na Diretoria de Artilharia requisitareis passagem e transporte para bagagem (art. 231 do Código de Vantagens).

Para que não encontreis dificuldades de instalação no local de destino, será de tôda vantagem verificar se na Unidade em que ides servir há algum ex-companheiro de Escola, Aspirantes de turmas anteriores ou algum amigo, que possa pôr-vos a par das particularidades da vida no local.

Na própria Diretoria da Arma, onde sereis classificado, podereis saber quais os Oficiais que servem na Unidade para a qual fostes designado.

Conhecedor dêsse detalhe, procurareis saber:

- 1.º — se é possível morar no próprio quartel, o que será uma grande vantagem;
- 2.º — quais as condições para vossa instalação na cidade: pensões, casas de moradia, facilidades de aquisição dos meios necessários à montagem de uma casa, um apartamento, um quarto, etc., etc., assim fareis a par dos recursos financeiros para tais mistérios.

Tende especial cuidado na escolha dos locais para vossa instalação... Escolhei-o de preferência nas proximidades do quartel, caso não vos seja possível ficar acomodado nele próprio.

Se motivos superiores impedirem vossa apresentação à Unidade, dentro do tempo fixado, moléstia por exemplo, é indispensável que regularizeis vossa situação, não só junto à autoridade militar ou civil da localidade em que estais, aqui no Distrito Federal junto à Diretoria da Arma, (art. 360 do R. I. S. G.) mas também junto ao vosso Cmt. de Unidade, comunicando-lhe o ocorrido.

Quando em caminho para vosso Corpo tiverdes de passar pela sede da Região Militar em que ides servir ou de uma outra, é indispensável, dentro de 48 horas vossa apresentação. (R. I. S. G., art. 23).

Como proceder?

Procurareis, em 3.º ou 4.º uniforme, o Chefe do Serviço de Estado Maior da Região.

Essa exigência vos obrigará transportar à mão, fora da bagagem pesada, um dos uniformes acima referidos, caso não estejais fazendo a viagem com um dêles, que sendo por mar, por exemplo, é bem exequível, não se dando o mesmo com sua realização por via terrestre.

Do Q. G. da Região em que ides servir, dirigir-vos-éis ao quartel general da A. D., caso fique na mesma cidade, onde da mesma maneira fareis vossa apresentação, ao Assistente do General.

Em qualquer dos dois casos a apresentação ao General Cmt. será realizada ou não, a critério, respectivamente, do Chefe do E. M. da Região ou do Assistente da A. D..

Logo após a apresentação é indispensável o seu registro, em um livro adequado ou em uma ficha cuja localização servos-á indicada ou que procurareis conhecer para registrardes as informações regulamentares em letra bem legível.

No interior dos Q.G. tende especial cuidado de apresentar-vos a todo superior que aparecer ante vós, sem nunca, porém, extender-lhe a mão, (art. 60 do R. Cont.) nem esperar que êle se apresente em primeiro lugar, o que, muitas vezes, constitue uma admoestação delicada. Em sua presença conservai sempre uma atitude correta e respeitável.

Timbrai, sempre nas demonstrações cabais e esmeradas de vossa atitude civil e militar.

Podemos estabelcer para as "apresentações" uma regra prática que não deve ser esquecida: PARA CHEGAR À NOVA UNIDADE — "apresentações" de cima para baixo (Região, A. D., Regimento, Grupo e Bateria); PARA SAIR DA UNIDADE — "apresentações" de baixo para cima (o inverso do discriminado).

Quando fordes promovido ou designado para qualquer comissão fora da Unidade, tem aplicação a 2.^a Parte da nossa regra. Terminada a comissão — a 1.^a Parte deve ser executada.

Chegastes, enfim, à vossa Unidade.

Momentos de sensação.

Momentos de emoção.

Lembrai-vos que a primeira impressão é, muitas vezes, a que perdura.

Antes de dirigir-vos para o quartel cuidai do esmero de vosso uniforme; nada justifica uma má apresentação.

Procurai saber, antes, a hora de "expediente".

Ao entrardes no quartel, ide diretamente, ao Sub-Cmt.. O Cmt. da Guarda vos indicará o seu Gabinete.

Caso não se encontre êle no quartel, vos dirigireis ao próprio Cmt.

Não devereis empenhar-vos em conversa com companheiros mais antigos que encontrardes pelo caminho, no quartel. Isso fatalmente vos distrairá da obrigação primordial — a apresentação ao Cmt. do Corpo.

Normalmente, a essa apresentação seguir-se-á, por ordem do Cmt. aos demais Oficiais, realizada em local determinado na ocasião pelo Sub-Cmt. (R. Cont.).

Permanecereis ao lado esquerdo do Sub-Cmt. — o subordinado deve ficar sempre à esquerda do superior — na posição de “sentido”.

Um dos Chefes dirá o motivo da apresentação e a iniciará.

Do lugar em que estiverdes voltareis para o apresentado e inclinareis, apenas, ligeiramente, a cabeça.

Não devereis dirigir-vos ao apresentado, para saudá-lo salvo ordem nesse sentido.

Concluída essa formalidade regulamentar (R. Cont. n. 301, pg. 105) seguir-se-á vossa apresentação ao Cmt. do Grupo, e após, ao da Bia.. Esse último vos apresentará à sub-unidade à qual ides pertencer.

Resta ainda a vossa apresentação ao Fiscal Administrativo a quem devereis entregar a “guia de vencimentos” expedida pela Diretoria de Fundo do Exército e que por ocasião da prestação de contas vos deverá ser entregue.

VISITAS

E' pouco usado entre nós as visitas particulares aos nossos Chefes quando se chega a uma Unidade.

E' um êrro que deve ser combatido.

Constituem um indício de boa educação e de deferência especial para com os superiores, que devemos fazer questão de praticar sempre que possível.

Para tal, no mesmo dia da apresentação ou dias depois, pedireis ao Cmt. do Corpo, ao Sub-Cmt. do Grupo e ao Cmt. da Bia. um dia e hora para serdes recebidos em suas respectivas residências.

Fixados, lá vos apresentareis, rigorosamente à hora, de preferência fardado, e permanecereis pouco tempo.

A cortesia e a discreção devem presidir essas visitas.

Lembrai-vos que estais sendo estudado...

Realizadas todas essas prescrições estais “sacramentado”.

PRIMEIRO CONTACTO COM VOSSA SUB-UNIDADE

O Cmt. da Bia. já vos apresentou aos outros subalternos e à sub-unidade.

Ter-vos-á dado já, talvez, o Comando de uma Secção.

Ele, com o outro ou outros subalternos, serão vossos guias e conselheiros.

Desde o início devereis procurar adquirir sua afeição.

Sêde discretos e observadores.

Não receeis consultar êsses vossos camaradas tôda vez que tiverdes qualquer dúvida ou dificuldade; recorrei a êles com desassombro, se necessário, e, muito mais, ainda, aos vossos regulamentos, que constituirão o pão de cada dia de vosso trabalho pessoal, e às notas da Escola que em muitas ocasiões são de precioso auxílio, tôda vez que as dificuldades e as dúvidas provêm de assuntos relacionados com a instrução e o serviço, principalmente com êste do qual vosso tirocínio é rudimentaríssimo.

Desde o início procurai conhecer bem os graduados e soldados de vossa Bia.. O Cmt. da Bia. e os demais Oficiais serão nesse sentido ainda uma fonte de consulta. Mas, independentemente dessas informações, procurai estudá-los por si mesmo, a-fim de adquirirdes a prática, indispensável a um Chefe, de conhecer seus homens, a-fim de poder tirar dêles o maior e o melhor partido.

Com os graduados tende especial cuidado para que não fiqueis em situação de inferioridade, e para que possais, mais tarde, associá-los ao vosso trabalho, mas, sempre, sob vossa orientação.

Devereis ganhar sua confiança, demonstrando vossa correcção, vosso preparo espiritual e técnico.

Preparai-os, depois, para que sejam vossos colaboradores. Conservai-o no sentimento elevado de seus deveres.

ORDENANÇA

Logo que chegardes ao Corpo cumpre-vos, de acordo com vosso Capitão, escolher um ordenança. (Arts. 133, 134 e 135 do R. I. S. G.).

Não vos precipiteis nessa escolha, e, antes de fazê-la, consultai o Capitão e os Oficiais mais antigos da Bia..

A escolha deverá recair sobre aqueles soldados que, sendo "mobilizáveis", sejam de boa conduta e demonstrem devotamento ao Oficial e orgulho pela escolha de que foi objeto.

O "ordenança" não é um criado: empregai-o em vosso serviço pessoal, nos cuidados com vossa montada, vosso arreamento e armamento. Se necessário instrui-o nesse sentido.

Não o submetei a situações vexatórias.

Tratai-o com certa deferência, pois que participa êle de vossa vida. Não descei a familiaridades.

Mantende-o sempre bem fardado.

Auxiliai-o e orientai-o.

Observai sua conduta. Não vos agradando dispensai-o das funções.

Não fazei dêle um confidente, nem, muito menos, deixai-o conhecer vossos atos íntimos, nem ouvir vossos comentários com outros companheiros sobre a vida do quartel, sobre vossos superiores e camaradas.

Não o utilizeis como alcoviteiro, nem o dispenseis de qualquer falta. Obrigai-o a assistir as instruções que lhe competem de acordo com o programa fixado.

Evitai os abusos com a sua utilização.

Ele deve viver particularmente no quartel; sua permanência em vossa casa será passageira; não o imiscuireis em vossa vida familiar.

Gratificai-o mensalmente de acordo com os hábitos dos demais Oficiais da Unidade.

DEVERES PARA COM VOSSOS CHEFES

Eles são numerosos, mas poderemos resumí-los em uma só e grande palavra — DISCIPLINA — da qual precisais compreender o sentido para apreciar o seu valor.

Eis o sentido:

— na disciplina, há a palavra discípulo, donde essa disciplina deve ser:

EM CIMA — a influência salutar que exerce o mestre sobre o discípulo.

EM BAIXO — a obediência, nas grandes como nas pequenas coisas que o espírito, o coração e as ações devem conspirar para vos fazer praticar; o espírito, aprovando-a; o coração, amando-a e as ações, exercendo-a generosa e constantemente.

Então, os deveres para com vossos Chefes podem dividir-se, em:

- disciplina do espírito;
- disciplina do coração;
- disciplina das ações.

1) a **DISCIPLINA DO ESPÍRITO** — implica numa convicção profunda e raciocinada da utilidade de seu trabalho, uma certa unidade de doutrina — uma convergência dos esforços para um fim comum, claramente percebido e adotadas após reflexão, um estudo e uma aprovação das ordens recebidas.

Não digais, nunca, principalmente ante vossos subordinados: "executo, mas é um absurdo".

Procurai, antes, corrigir pela execução, o senão que supuestes encontrar no pensamento do vosso Chefe. E, se encontrardes obstáculos, empregai toda vossa atividade para transpô-los.

2) a **DISCIPLINA DO CORAÇÃO** — supõe uma confiança recíproca e absoluta entre aqueles que comandam e os que obedecem, chegando mesmo a uma afeição e um devotamento demonstrado em todas as ocasiões.

A Bia, da qual passastes a ser um dos Chefes, constitue uma pequena família, cujos membros devem viver em perfeita harmonia. Todo desentendimento acarreta pesadas consequências para o serviço e para a instrução. As qualidades de coração e de educação, também, permitem, muitas vezes, evitar choques e aparar asperezas de gênio de um ou de outro.

Procurai cativar a simpatia de vossos Chefes imediatos. Mas, escolhei os meios... sêde sempre dignos...

A deferência não exclui, absolutamente, a franqueza, ela muitas vezes é necessária, mas é preciso muito cuidado

na sua utilização e serve-se muito melhor quando se serve com confiança.

3) a DISCIPLINA DAS AÇÕES, enfim, exige uma execução espontânea, generosa e mesmo apaixonada, sem idéias preconcebidas, sem "assinaturas" como dizemos na gíria.

A consciência profissional se perde; é mistério recuperá-la. Ela constitue o fundamento de nossa ação.

Já vos disse muitas vezes durante o ano, o que vos escrevo agora não é senão o resumo de muitas de minhas aulas, que um militar, de um modo geral, um Oficial, especialmente, não deve agir a custa do "ferrão" que lhe está às costas, não deve limitar seus esforços ao estritamente necessário, não deve "limar" as ordens para torná-las mais suaves, executá-las procurando a melhor maneira de poupar-se. Não, sêde um exemplo vivo; um animador e um condutor de vossa Tropa.

Todos vossos esforços serão recompensados.

Sêde igualmente pontual na execução dos vossos serviços; a hora fixada é um imperativo e não receeis nunca anteceder-la. Aconteça o que acontecer, haja o que houver, seja qual for o sacrifício, compareci sempre às vossas instruções, ao vosso serviço, dentro da hora marcada.

Aplicai todo vosso interesse no que vos fôr atribuído. É a melhor maneira de interessar os outros. Não esqueci nenhum detalhe, não desdenhai nenhuma missão, sob pretexto de que ela é indigna de vós.

Tôda missão é bela, conforme os sentimentos com que se a executa, e não há quasi nenhuma que não permita conduzir insensivelmente, aquele que a ela se dedica, aos píncaros do sentimento moral.

Essa disciplina não exclui a iniciativa.

Ante certos acontecimentos é a seu EU que deve recorrer o homem de caráter, sem procurar esconder-se na hierarquia e cobrir-se com os textos regulamentares. Não que êle ignore as ordens ou desdenhe os conselhos. Mas, em certas ocasiões, é necessário que tenha a paixão de "QUERER", o zume de decidir, medindo de boa fé e aceitando sem azedume o perigo e suas consequências.

Fazei da Justiça o alicerce de vossas ações.

DEVERES PARA COM VOSSOS CAMARADAS

Concebei a camaradagem em seu sentido mais elevado. Deixai de lado a concepção errônea que por aí anda.

Concebe-a como uma amizade que está creditada aos vossos companheiros de armas e que êles também vos retrar- buem.

Essa amizade, Platão a definia assim: "um bem fazer recíproco, que torna dois sêres igualmente zelosos da felicidade um do outro". A amizade, assim compreendida, é o mais livre, o mais sadio e o mais profundo dos sentimentos do homem, porque não repousa em nenhum liame fictício ou exterior, é antes de tudo um ato livremente consentido.

E, no Exército, essa amizade se transforma no amor de um mesmo ideal.

Procurai ter amigos entre vossos camaradas de armas.

Sêde modestos e complacentes, desde que essa complacência não acarrete prejuizos para o serviço.

Sêde rigorosos e justos em vossos julgamentos.

Sêde, sobretudo, e sempre, sinceros e leais. Enfrentai com sobranceria as situações delicadas. Nada de precipitações. Raciocinai sempre antes de agir.

Tende sobre vós um perfeito controle, especialmente nos momentos de adversidade, que aparecem a miúdo em nossa profissão...

DEVERES PARA CONVOSCO MESMOS

Esses deveres são de ordem física, moral e intelectual — a tripeça sobre que repousa a formação do indivíduo.

1) sob o ponto de vista FÍSICO, observai os conselhos da higiene. Sêde moderado em tudo, economizando assim vossas forças nervosas.

Praticai, sem exagôro, os esportes que são de vosso agrado.

Aproveitai as sessões de Educação Física de vossa Bia, para praticá-la. Isso vos será de enorme vantagem sob o ponto de vista não só físico como também moral.

Sêde rigoroso para convosco mesmo; vencei as pequenas indisposições, não solicitai dispensa do serviço a não ser por motivos irremovíveis; tende amor próprio, não procurai inspirar compaixão ao próximo mostrando-lhe vossas fraquezas, procurai, antes, vencê-las.

Praticai o tiro, a equitação e a esgrima.

Durante as marchas, os acampamentos e as manobras, dai o exemplo de resistência. Cuidai, nessas ocasiões, primeiro de vossos homens, depois de vós.

Quando qualquer indisposição assaltar-vos procurai o médico, para atalhá-la antes que tarde.

2) sob o ponto de vista MORAL, sêde de uma integridade absoluta. Lembrai-vos que o valor moral dos "quadros" é o elemento essencial da confiança que êles inspiram à Tropa.

E' indispensável que todo Chefe pratique as virtudes que êle deve cultivar em seus soldados e que use o supremo meio de instrução: O EXEMPLO.

a) NO SERVIÇO — Tôda correção exterior:

- uniformes;
- atitude;
- conduta: sem vulgaridade, nem trivialidade.

b) FORA DO SERVIÇO:

Mostrai os laços estreitos que existem entre a vida privada e o Comando.

Não há dois homens em nós: um que dá o exemplo no exercício de suas funções, e outro que se entrega a tôdas as facilidades no exterior.

Evitai:

- o excesso de prazeres;
- o jôgo;
- as dívidas.

Mantende integralmente o culto da honra. Nesse terreno nenhuma concessão.

Uma das necessidades é não ter dívidas. Já vos chamei a atenção para tal perigo, mòrmente agora que tendes grandes necessidades.

Estabelecei, por escrito, como vos disse, o vosso plano de despesas.

Organizai uma ordem de urgência para a aquisição do que vos é necessário. Separai o indispensável do supérfluo, a necessidade próxima, da remota. Metodizai desde já vossa vida, para que possais pagar exatamente as despesas realizadas.

Em vosso serviço sêde fanáticos.

Uniforme impecável, correção absoluta e exatidão rigorosa.

Em vossa vida social procurai salientar-vos pela boa educação. O frequentar as reuniões sociais é uma necessidade e, muitas vezes, um lenitivo para a árdua vida profissional.

Abolí as reclamações, bem como êsse péssimo hábito das "trepações".

Analisaí com serenidade os fatos.

Sêde justos, especialmente com vossos subordinados, mas lembrai-vos que para tal é mistér conhacer vossos homens.

"Quantas revoltas, ódios e às vezes atos de indisciplina resultam duma primeira punição infringida injustamente ou com pouca atenção, consequência na maioria das vezes da falta de conhecimento do indivíduo a quem ela vai atingir" ("Le rôle social de L'Oficier" — Lyautey, pg. 30).

Tende, então especial cuidado com a aplicação das penalidades, por dois motivos fundamentais:

1.º — para que sejais justos, como dissemos;

2.º — para que não sejais desautorado pelo Chefe a quem compete a aplicação ou não da punição que propuzestes.

Se a punição é uma necessidade, se tem um valor repressivo para a manutenção da disciplina — sobretudo nos casos graves — é preciso sempre dar-lhe um valor educativo, em relação ao homem a ser punido.

Bem manejada ela é, muitas vezes, o início de uma correção. (Vide, "Essai sur l'education moral du soldat" — Capitaine Poumeyrol).

Após um necessário descanso ao sairdes desta Escola, retomai, com muito método, vossos estudos pois que muitos serão vossos afazeres, variando os trabalhos para o preparo das instruções, mas indispensável é o prosseguimento dos estudos

profissionais, não ligados diretamente às necessidades imediatas, e os de aprimoramento de vossa cultura geral.

A energia intelectual como a física se atrofia com a inação.

Como já vos disse, adquiristes uma tintura ligeira de muitos conhecimentos; precisais, agora, assimilá-los e aprofundá-los.

Procurai tôdas as ocasiões para instruir-vos. Algumas vos serão impostas pelas necessidades da instrução, outras devés procurar.

Tanto mais se impõe um Oficial quanto maior fôr sua cultura; seu prestígio aumenta em consequênciâ.

E' a autoridade moral, a ascendênciâ pessoal, que dão ao Comando, qualquer que êle seja, seu valor, sua eficiênciâ e seu poder.

Tentarei, mais adeante, apresentar umas indicações sobre a escolha de vossas leituras. Elas não têm nenhum caráter limitativo ou exclusivo.

Para vossas instruções lêde a documentação que vos aconselhei ao estudarmos suas respectivas organizações.

Organizai vossa vida colocando cada coisa em seus devidos lugares: instrução, serviço, distrações, trabalho pessoal; regulai êste último de acordo com vossos gostos, vossas aptidões e vossos projetos futuros.

Anexo n.º I — Plano de uniformes.

Anexo n.º II — Relação de livros úteis e regulamentos necessários.

**TRANSPOSIÇÃO DO PIAVE PELO 24.º CORPO DO
EXÉRCITO AUSTRIACO — A BATALHA
DE MENTELLO (1918)**

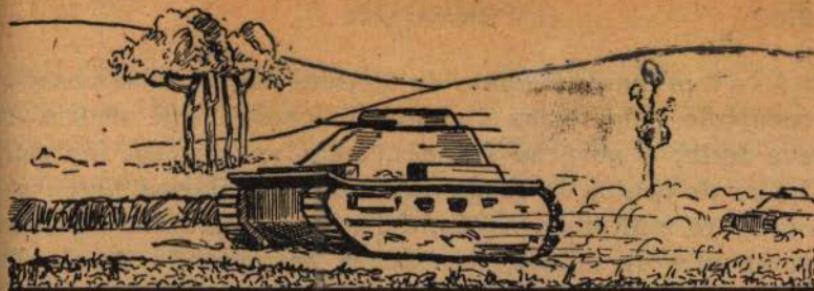
- Preparo da operação
- A fortificação inimiga
- As tropas
- Colocação a postos do material
- Execução da operação
- Ponto de vista técnico das operações
- Retirada
- Conclusão.

Ten. Cel. A. J. PAMPHIRO

O ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO AMERICANO

- Os seus cérebros.

TRAD. DO "TIME"



DE RELANCE...

Cap. Salm de Miranda

A guerra estava já a chegar e os técnicos militares europeus ainda estavam a discutir sobre como seria ela no campo de batalha.

O surto incrível que a guerra de 1914-1918 dera à imaginação humana e à indústria bélica, dava asas à fantasia e fazia prever coisas do domínio do sobrenatural.

Sabia-se de como a aviação encerrava a mais robusta das esperanças em ambos os partidos já alinhados por força das ideologias em que os líderes se dividiam. Ninguém ignorava de como a Inglaterra preparava pilotos e aprimorava os seus tipos leves e pesados para o desejado domínio do ar. Não era segredo a frota aérea que a Itália preparava de longa data, conquistando vitórias surpreendentes nas travessias transoceânicas das esquadrias, frota que logo de início ficou em inferioridade técnica, suplantada pelos tipos mais modernos, e particularmente mais velozes, obtidos. E bastava ler as revistas e os jornais para ter-se a impressão do vulto inacreditável que tomava a aviação alemã, em reservas humanas e em estocagem de material; mais de um viajante contou, em rodas incrédulas, que na Alemanha os aviões estavam sendo guardados nos hangares, pendurados pela cauda, como presuntos, para atender aos problemas de sigilo e de espaço...

E um dos temas prediletos era se a supremacia do ar daria, por si só, a vitória.

O general de Gaulle propunha ao governo francês a cons-

trução e o preparo imediato de divisões motorizadas pesadas, preocupado pela forma violenta do embate que se iria em breve ferir; o governo francês, empolgado pelas fantazias utópicas de pontos de vistas pessoais e partidários, descurava do preparo militar da nação, deixava por terminar as obras permanentes de defesa, recusava a proposta de De Gaulle, deixava-se ficar para trás relativamente à aviação e fazia política interna. E é de crêr que a aparente indiferença, com que a mocidade francesa assistia a aproximação da tormenta, fosse antes o temor de encará-la, de uma geração cujos albores foram torturados pelo fluxo e pelo refluxo dos combates, pela atmosfera intoxicada, pelo troar incessante do bombardeio dentro do solo da pátria.

Quasi a ultima hora, surgiu aquele célebre livro do general alemão Von Bernhardi, que se insurgia contra a doutrina generalizada, demonstrando que só mesmo a ocupação do terreno poderia assegurar a vitória; e que urgia cogitar com a máxima intensidade da dotação material do exército terrestre, sem o que ele não estaria em condições de cumprir sua missão.

A Alemanha entrou intensamente no preparo dos seus parques gigantes de carros de combate e, como fosse excedida a sua capacidade industrial, obteve que grande parte dêles fosse construída nas usinas russas, sob o controle dos seus técnicos, firmando-se destarte para a guerra em terra em nível igual ao que já atingira para a guerra aérea.

Embora as tonelagens globais menores do que as de 1914, todos se preocupavam fortemente pelo domínio do mar e as esquadras cresciam a olhos vistos. Observava-se, porém, hesitação na orientação a dar à constituição das esquadras, se aceitando como característica máxima a velocidade, se construindo tipos mais pesados e mais potentes, todos, em princípio, procurando a fórmula que conciliasse integralmente as duas vantagens, nos tipos híbridos surgidos em torno do limite 10.000 toneladas. A Inglaterra, sem abandonar os tipos pesadíssimos, só por ela obtidos, teve, entretanto, com o "Exeter" (de 8.000 tns.) e a série "Orion", "Neptuene", "Ajax" e "Achilles" (de 7.000 tns.) as suas

mais felizes tentativas; quanto a submarinos, ela se manteve com suas tradicionais restrições, só construindo 25 novos até Dezembro de 1939, além dos submarinos mineiros de pequeno porte; não perdeu oportunidade de tentar obter a supressão desta daninha arma ao seu comércio marítimo. A França permaneceu no êrro de adotar o chamado "cruzador do tratado" (10.000 tns.), pela conveniência de preço; à última hora se resolvia a lançar um tipo novo, replica ao "encouraçado de bolso" alemão, que tanto a preocupava; contudo não obtem novos estudos que se possam considerar "felizes". No que refere a submarinos, a experiência do *Sarcouf* fê-la baixar as tonelagens individuais. Suas grandes atenções eram para o "encouraçado de bolso" alemão e para os tipos especializados para a política do Mediterrâneo, no que a Italia muito se empenhava. A Italia, depois de fazer também suas experiências, especializou definitivamente seus novos tipos no sentido da velocidade, obtendo notaveis récords: no tipo condutores de flotilha o "*Alberico di Barbiani*" atingiu 42',1, o que para unidades do seu porte é o récorde mundial e só alcançada até então pelas chamadas lanchas ante-submarinas; a mesma preocupação adotou relativamente aos contratorpedeiros, sendo que o "*Alviso Cadamosto*" realizou 44',1 de velocidade, marcando outro récorde mundial; e em outros tipos menores (de 620 tns.) atingiu velocidade de 45". Isto é a mostra concreta de quanto ela considerava o problema do "Mare Nostrum", onde além do mais necessitava ser ligeira... Quanto a submarinos, os seus eram considerados dentre os melhores; dos últimos 22 que lançou, alguns eram da tonelagem do nosso "*Humaitá*", mas a grande maioria era constituida de tipos menores, talvez aproximados dos nossos três T, em conformidade com a política geralmente adotada em relação a submarinos. Em regra ela queria ter unidades numerosas, embora pequenas, mas com grande rapidez. A esquadra alemã, afundada nas imediações de Scapa Flow pelo tratado de Versalhes, procurava tipos de compensação, não só relativamente à dianteira que, no tempo, as demais lhe levavam, como relativamente ao valôr individual concentrado com que visava enfrentar efe-

tivos numerosos. Em 1931 lançava o "Deutschland", "encouraçado-cruzador", o primeiro dos famosos "encouraçados de bolso"; logo depois a sua série K de três unidades com excelentes qualidades e depois o "Leipzig", completando a série do primeiro tipo com os dois Graf; em cada tipo, novos aperfeiçoamentos, sendo considerados os seus como os melhores estudos de conciliação de velocidade, potencia e eficiencia do armamento. Em todos os navios construídos na Alemanha desde 1918 nota-se a preocupação para obtenção de bons corsários: navios queimando óleo e carvão, com grandes raios de ação, grande independência relativamente a bases e transportando grande peso de minas.

Irrompe a guerra. Clausewitz é ultrapassado: já não é o domínio do imprevisto, estamos no domínio das surpresas espetaculares...

Diante da realidade, desmoronam-se os castelos de imaginação; diante da força, os fracos se esboroam um por um.

A arma aérea e a arma terrestre articulam-se encantadoramente: os objetivos são coroados um por um; mas... só a ocupação do território dá mesmo a vitória; a arma aérea desmoraliza, destrói, se surpreende; mas depois o campo de batalha se repovoa... Então os contingentes de ocupação vêm também de avião, para tentar a exploração do êxito...

As esquadras evitam-se, em escaramuças, volta-se ao corso, atacando de preferência os navios mercantes, para ferir a economia adversa, afetando seu "front" interior.

E a Alemanha chega à Mancha.

Mas, podemos dizê-lo, chega à Mancha sem novidades... Não houve subversão dos velhos princípios da guerra; pelo contrário, houve a sua aplicação integral, a sua confirmação perfeita. Nem mesmo os planos foram novos. O vencedor da França teve que ir buscar nas estantes poeirentas dos arquivos do seu Estado Maior o velho Schilieffen, estudá-lo mais uma vez, atualizá-lo e aplicá-lo mais cautelosamente... Aquele mesmo Schilieffen que na guerra passada fôra apontado como o responsável pela derrota, só porque o não souberam interpretar e empregar. Portanto, os mesmos princípios daquele velho plano, foram os vencedores de hoje.

A surpresa foi obtida e com o mesmo efeito estonteante que lhe atribuem todos os regulamentos de todos os exércitos de tôdas as épocas; surpresa técnica, surpresa tática, surpresa material; não por um espírito novo e imprevisto, mas pelo vulto qualitativo e quantitativo da época industrial que atingimos. Mas inda podemos aqui asseverar que tudo quanto surgiu foram aperfeiçoamentos dos velhos meios, porque meios propriamente novos e desconhecidos não foram notados no conjunto. A artilharia aumentou a rapidez de tiro, o alcance, a rapidez de deslocamentos, aprimorou-se como arma anti-aérea e anti-carro, recebeu inovações, particularmente no que refere a munições; e... foi multiplicada por dez, por cem talvês !

A infantaria continuou a ser a infantaria. Com mais fogo, com melhor fogo mesmo, com a mobilidade completamente modificada; já não se contenta em progredir no terreno, quasi não progride mais no terreno, move-se nas três dimensões, vai pelo ar, como "destacamentos transportados", portadores de motos e de uma densidade de fogo elevada ao máximo; salta, às veses, em paraquedas, ou vem em caminhões qualquer-terreno. Mas... é ainda a velha infantaria, logo que as circunstâncias o permitam, onde ela chegar.

A cavalaria vem sobre os blindados, rápidos, penetrantes, incisivos, acompanhados pelos esquadrões monstros de pesados "couraceiros"... Mas ainda têm a rapidez, a mobilidade característica e mais fogo que a cavalaria de outrora; evolueu, porque tôdas as outras armas também evolveram. O próprio Gen. Weigand, ao assumir o comando, dizia: "as suas incursões são em tudo análogas aos raides da cavalaria de outrora..."

A engenharia, esta é a arma que tomou vulto mais notável no conjunto das forças de terra, antes, durante e depois do ato culminante da batalha. O tempo aqui não m'o permite demonstrá-lo, mas quem quer que tenha lido as crônicas e os telegramas das campanhas desta guerra, pasma de vêr o que pode modernamente a engenharia, seja secundando a seu modo a ação das demais armas, seja isolada, como arma, detendo inimigos que forças terrestres não enfrentariam, talvês.

Em tudo, o que assombra, o que faz pasmar é o vulto a grandiosidade de que tudo se reveste. Os efetivos, os meios, o consumo previstos e a margem de segurança necessária, isso sim, é que é inteiramente novo e atinge os limites da novela, do romance de Wells ou de Julio Verne.

Mas... A Alemanha chega à Mancha. E diante deles apenas se apruma do lado democrático a comunidade das nações britânicas. Por trás, o mundo observa atento o desenrolar da luta, dividido e interessado.

Impossíveis os choques terrestres, anuviam-se os arreios. Tenta-se a conjugação da arma aérea com as esquadras, buscam-se novos meios para o novo fim. Mas a Mancha permanece interposta e a Mancha é a incógnita do problema do momento.

Diante dela, progressivamente os contendores se esgotam. As nações se fatigam, as cidades são destruidas, as raízes se evolam, absorvidas pelos gastos nunca orçados de dias sem fim que se repetem. Os líderes exacerbam os ódios, esbravejando impropérios, de punhos cerrados de um lado e do outro do canal.

A Alemanha continua com a iniciativa das operações. E comprehende que não pode perdê-la, que urge mantê-la por qualquer forma, para que se não arrefeça o ardor combativo do exército de sete milhões que mantém mobilizado; além disso ela sabe que todos os fragmentos territoriais da sua grandeza presente inda estão sob a ação centrífuga das etnias que neles secularmente se elaboraram e que só militaram-se acomodam, ávidos pelo seu equilíbrio antigo.

A Inglaterra é a "Comunidade das nações britânicas" um mundo..., organizado sob um sistema econômico habilíssimo, onde cabem sàbiamente as pendências raciais e religiosas, políticas ou econômicas, onde o espírito de cooperação gerou uma espontânea vontade de esforço em comun produzindo o milagre de uma grande nação, com gentes de várias raças, falando várias línguas, espalhada pelos cinco continentes; e... com um potencial que lhe permite preparar-se militarmente para a guerra, quando já em pleno estad

e guerra integral, enfrentando o bombardeio contínuo de ma guerra à alemã.

Mas... ficáramos na Mancha, tôda a margem continental do canal em poder da Alemanha, na sua marcha conquistadora. Diante da Mancha a guerra ameaça estabilizar-se. erigo ! Quando na Grande-Guerra passada a frente de batalha se estabilizou, a 15 de Novembro de 1914, dos Vosges o mar, estava caracterizado o fracasso do plano alemão, o que, embora os quatro anos seguidos de incessante martelar, te trouxe a derrota. E' preciso que não se permita agora ma estabilização que poderá ser uma ameaça. E como para encer é necessário atingir o poderio britânico, a Alemanha rocura caminhos que conduzam a él: e busca num esforço gigantesco fixar a metrópole com sua aviação e a ameaça permanente da invasão, ao mesmo tempo que tenta realizar desbordamento numa tentativa político-militar de mudar guerra para outro teatro de operações. Empreendimento difícil e de delicada realização, em que o eixo se desdobra m iniciativas múltiplas, para levar a bom termo:

- alizando o pelo hirsuto da Rússia, que o olha entre desconfiada e apreensiva, com promessas dadi-
vosas de concessões no sentido de conciliar tôdas as suas pretenções, do Báltico à China;
- seduzindo com promessas e tratados os países me-
diterrâneos que ainda não poude pela força arran-
car da neutralidade;
- congregando tôdas as fôrças para desmantelar a es-
fera de ação inglesa nos Balcans;
- e procurando realizar o grande movimento envol-
vente do império colonial britânico, através Suez,
forçando a porta do Egito.

Enquanto as nações em luta suportam os efeitos de to-
eladas diárias de matérias explosivas e incendiárias (o re-
iproco respeito impede a cada um o uso de agressivos quí-
nicos individuais), os partidos procuram estender ao mundo
estado de guerra, na busca de alianças táticas ou ativas.
Alemanha e a Itália prometem coisas materiais, mostram

o mundo revolvido pela ponta de sua malícia e pelas granadas dos seus aviões e acenam: — vamos dividí-lo entre nós, venham, tragam-nos o auxílio do seu sacrifício ao carro da nossa vitória! . . .

A Inglaterra, e por trás dela a sombra imensa e paternal de Tio Sam, agora mais do que nunca se revela conservadora por excelência, na obstinação com que sofre apegada aos seus velhos princípios; mas agora surpreende com sua feição sentimental, apontando para a paz, a liberdade à antiga, a restauração de um passado que positivamente nem a sua vitória poderia restaurar, e chama também os seus prosélitos.

Mas o mundo está muito materializado e cada um, olhando para seu próprio interesse, só se move diante de solicitações muito claras e depois que o fim se esboça. Antes disso, prefere deixar correr a vida . . .

Assim, os dois inimigos debruçados sobre o canal da Mancha, um odiando-o em estrondosos impropérios, oufro bendizando-o numa prece suprema, vai a guerra corroendo as energias combatentes, sem proveito real para a terminação no que refere a previsões razoáveis.

E nós, espectadores, que pensávamos de início numa solução militar para o conflito, já nos desiludimos dela; também a solução econômica, que depois previmos, se vai já dissipando, porque as áreas de produção se alastram e não haverá mais bloqueio capaz de isolar a produção num dos campos contendores. Talvês tenhamos de assistir, nós ou os nossos filhos, esta guerra terminar sem vitória, pelo esgotamento, pela inanição de ambos os lutadores, o mundo entrando numa fase sombria de recomposição e de descrença, os ódios se fortalecendo e os meios se avolumando para a futura guerra, a que esta prometera evitar aos nossos netos.

Formação do Rio Grande

Pelo 2.º Ten. ADÃO PRESTES DO MONTE
(Do 2.º Btl. Pont.)

O Autor dêste artigo é um jovem tenente — Adão Prestes do Monte — vivaz, culto e infatigável.

Há indivíduos que desde meninos tomam o ar solene dos homens feitos, já experimentados pelas vicissitudes da vida. O Tenente Adão é um dêles. Atitudes impecáveis, tomando a sério a menor ordem que se lhe dê. Acredita na legenda: fazer bem até as menores cousas.

Nascido nos pampas gaúcho foi escolhido por mim para fazer uma palestra sobre a formação do seu torrão natal, na série de conferências brasilianas levada a efeito pelo Comando da Guarda de Cachoeira. E o modo por que se desobrigou da missão recebida, verão, em seguida, os nossos leitores.
— (Do Ten. Cel. Lima Figueirêdo)

Os historiógrafos nacionais, ao modelarem a história do Brasil, incorreram a princípio em engano lamentável e estranho: esquecendo-se nada menos do que da epopéia da conquista da própria terra; e, no entanto, o Rio Grande foi arrancado aos tentáculos do polvo espanhol que apertavam o Brasil contra o Atlântico, pelo gênio nacional em formação. Parte integrante do Brasil, o Rio Grande tem sido sucessivamente Governo Militar, Província do Império e Estado da República, teve sucessivamente as seguintes denominações: Continente do Rio Grande ou simplesmente Continente, Rio Grande de S. Pedro, denominação que se crê dada pelos Jesuítas e São Pedro do Rio Grande do Sul, nome atual.

Na época em que começou a ser conhecido, o Rio Grande do Sul era habitado por muitas tribus selvagens; como no resto do Brasil portanto, o elemento local era o índio que com os europeus e os negros, aliás em pequena quantidade no Rio Grande, caldeando-se, formaram a raça brasileira, ainda em elaboração. Como para o resto do Brasil tiveram os missionários Jesuítas, importância definitiva na colonização do Rio Grande. Infelizmente essa importância era desagregadora porquanto espanhóis eram os primeiros Jesuítas que aqui vieram, entre os quais se salienta o padre Roque Gonzales que em 1618 foi mandado por Don Diego de Góngora para civilizar e incorporar à Corôa de Espanha, os indígenas da margem esquerda do rio Uruguai. Desta maneira o Rio Grande que foi visitado a primeira vez por Cristovão Jaques em 1514 e contra o qual foram lançadas expedições por Juan Ortiz de Zarate e Hernaderias, só em 1618 foi começada sua colonização e ainda assim

por jesuitas espanhóis. Teria o Brasil perdido uma de suas pérolas para a corôa espanhola, se não aparecessem em cenário os bandeirantes paulistas. Os jesuitas com o crescimento notável da civilização que implantavam entre os Guaranis, tendiam a formar uma organização política teocrática, a qual tomaria uma formidável expansão, reunindo consigo toda população indígena organizada e civilizada e impedindo o povoamento lusitano. Ora, S. Paulo tendia a crescer justamente em sentido contrário. A expansão jesuita-guarani-castelhana era dirigida para o Oriente, caminha em direção ao Atlântico. A expansão Paulista-Lusitana-Tupí caminha para o sul e oeste em direção ao ocidente — aos Andes.

Essas duas forças em crescimento deveriam se encontrar. Era uma fatalidade histórica. O mapa histórico do Brasil retrata esta particularidade: comparemos a carta quinhentista da costa, cindida pelo Meridiano de Tordesillas, com a carta do País em 1640, que nesse formidável avanço para o sul e oeste, estará resumida a arrancada Paulista. Descendo de Piratininga, os paulistas com suas bandeiras que eram bisturis rasgando a carne moça do Brasil, atacavam constantemente as reduções jesuíticas, desde o Paraguai até o Rio Grande do Sul, onde em 1626 haviam os jesuitas espanhóis fundado os Sete Povos das Missões.

Entretanto nos meados do século XVII porfiavam portuguêses e espanhóis em aumentar seus domínios. No Brasil o estabelecimento mais ao sul era Lagunas, daf em diante estendia-se um vasto litoral desconhecido. Resolveu então a Câmara do Rio de Janeiro, fixar no Rio da Prata o limite sul do Brasil e foi mandado D. Manuel Lobo que funda na margem esquerda do Rio da Prata a Colônia do Sacramento, cuja fundação foi o início de longa luta entre espanhóis e portuguêses. Em 1680 deu-se essa fundação e poucos anos depois foi estabelecido um caminho entre Laguna e a Colônia de Sacramento e foi ao longo dessa estrada que se estabeleceram as primeiras estâncias que tão importante papel iriam desempenhar na história do Rio Grande. Em 1737 o brigadeiro José da Silva Paes funda o presídio do Rio Grande. A importância militar do presídio pela sua situação próxima à Colônia do Sacramento e possessões espanholas, foi a causa de seu rápido crescimento, pois que ao governo Português convinha ter um ponto de apôio, para as expedições contra os seus inquietos vizinhos. Anos depois começaram a chegar ao Rio Grande os colonos dos Açores e Madeira que foram com os índios, os troncos avoengos dos habitantes do Estado Sulino e assim foram surgindo as povoações de Viamão, de Rio Pardo que eram continuamente hostilizadas pelos índios, debaixo da orientação dos jesuitas espanhóis. A Colônia do Sacramento desde sua fundação, acendera a guerra entre luzos e espanhóis. Para acabar com este estado de coisas, firmaram os dois países em 1750 o tratado de Madrid, estabelecendo o limite entre seus domínios. Entretanto ao iniciar a demarcação foram os demarcadores hostilizados pelos índios e dali surgiu a

guerra das Missões em que se uniram portuguêses e espanhóis contra o inimigo comum e na qual os índios foram vencidos pelas armas luso-espanholas. Façamos um breve parêntesis e procuremos fixar o perfil de Tiarajú Sepé, o mais importante dos chefes índios. Foi o índio Sepé um dos heróis das Missões Jesuíticas. Embora fanático, não resta menor dúvida que foi, no seu tempo, o mais denodado campeão da liberdade de sua raça. Tornou-se terror dos invasores que foram muitas vezes desbaratados pelos seus. Sepé foi o ídolo dos índios catequizados neste Estado. E' que o sangue americano lhe borbulhava nas veias e o patriotismo lhe inundava o coração. Foi nos campos de Vacacahí na luta contra Gomes Freire e Andoanequi, que tombou ferido e morto o índio José de Tiarajú Sepé e que acabou assim gloriosamente pelejando pelas suas convicções. Feita esta breve digressão, continuamos nossa palestra.

De 1760 a 1822 iniciaram-se contra o Rio Grande as invasões espanholas, que tiveram como causa imediata a Guerra dos Sete Anos e como causa remota o Tratado de Tordesilas. Foram lutas tenazes e renhidas em que a vitória passava de um lado para outro; entretanto foram nelas que se forjou e se temperou a fibra dos lidadores gaúchos. Culminaram essas lutas com a Campanha de Cisplatina, na qual D. João VI mandou uma expedição apoderar-se de Montevideu e a Banda Oriental foi incorporada ao Brasil com o nome de Província Cisplatina.

Vejamos agora o perfil de Rafael Pinto Bandeira que se destacou nesta época. Quando raiou o século XIX estava assinalado ao Rio Grande proeminente papel na defesa de extraordinários princípios e ideais, através de estranhas e gloriosas jornadas, ilustradas por gerações que glorificaram a vereda aberta, pelo inexcedível lutador que foi Rafael Pinto Bandeira. Para muitos, a obra do glorioso fronteirista parecerá acanhada, porque ela significa apenas a encarnação da alma localista e nacionalista em determinada época; para sua terra, ela foi muito grande e para seus patrícios verdadeiramente benemérita. Foi na semi-ignota terra de uma gente rústica, modesta e excepcionalmente forte que Rafael Pinto Bandeira teve seu habitat e ali ele lutou e ali venceu.

Com a data aurea de 7 de Setembro, o Brasil quebrava as grilhetas políticas que o ligavam a Portugal, recebia assim o Rio Grande o título de Província do Império.. Em 1824 chegaram à Porto Alegre os primeiros colonos alemães, era apenas a vanguarda do que deveria vir depois. Essa gente sólta ao seu próprio destino, sómente era afagada pelos governos em épocas eleitorais, em que se lhes prometia tudo, mas que passadas as eleições, nada se lhes dava. E no abandono continuaram, até que grande parte dessa gente trabalhada por elementos nocivos, começou a sonhar por outros ideais contrários à nossa terra e à nossa gente tornando-se necessário que o governo de hoje, tomasse pro-

vidências que cabiam serem tomadas pelos governos de ontem. Neste mesmo ano de 1824 começava a guerra Platina, como que o deus da guerra queria conduzir os gaúchos, da infância à maioridade. Com efeito a guerra se arrastou até 1828, terminando em 27 de Janeiro, com o reconhecimento pelo Brasil da independência da Cisplatina, com o nome da República Oriental do Uruguai. Os anos que se seguiram à eclosão da Revolução Farroupilha, foram de intensa agitação política. A aspiração de liberdade que agitava o mundo produzira a independência dos Estados Unidos e a revolução francesa, da qual irradiava-se um sopro renovador que tendia a produzir a emancipação dos povos, entregando-os ao governo de si mesmos. Na América do Sul não tardou a iniciar-se a campanha libertadora, dirigida, nos diversos países por Bolívar, Sucre, San Martim, Artigas e Lavaleja.

No Brasil, particularmente, a idéia republicana tomara vulto, representada em Felipe dos Santos e Tiradentes e corporificada em duas revoluções: a de 1817 em Pernambuco e a Confederação do Equador em 1824. No Extremo Sul, com a deposição do 1º imperador em 1831, mais forte se manifestaram as idéias liberais, representadas pelo partido farroupilha. O espírito nacional, sopitado em outros pontos, despertou vivaz no Rio Grande. Esta raça de centauros que haviam feito cem campanhas, não se podia subordinar à preponderância do estrangeiro. O elemento brasileiro sentiu-se forte, apoiado na espada de guerreiros famosos; sentiu, que se fosse preciso, a força das armas faria o que não pôde fazer a propaganda. O sentimento nacional revoltou-se contra a preponderância que pretendia assumir o elemento português. O receio da restauração do primeiro império era apenas a consequência desse ódio. E assim irrompeu violenta a Revolução Farroupilha. E dez anos de lutas se passaram antes que aquele pugilo de bravos se rendesse. E começaram a aparecer os chefes: Canabarro, Bento Gonçalves, Bento Manuel, Neto e tantos outros que a história guardou. Necessário se tornou que o império mandasse a figura luminar de Caxias, com sua espada nunca vencida, para que se aquietassem os espíritos e o anjo de paz pairasse sobre o rincão gaúcho. Vejamos agora qual o principal vulto Rio Grandense dessa época e tracemo-lhe rapidamente o perfil, antes de prosseguirmos. — David Canabarro foi sem dúvida o bravo entre os bravos. Havia incontestavelmente neste homem, talento militar auxiliado por muita energia, decisão e concepção variada e vasta. Era um Protheu, revestindo mil formas e imaginando constantemente e sucessivamente novos ardós, seria interminável apontá-los. Dêle conta-se que, quando o imperador esteve com a sua corte em Uruguaiana, dirigindo-se à Canabarro que no meio dos fidalgotes, trazia sua espada um pouco enferrujada, disse-lhe: um general tão bravo com uma espada tão enferrujada, ao que retrucou Canabarro, puxando a espada e dizendo: Majestade, tenteie no fio.

Quando já agonizava a resistência farroupilha, teve Canabarro um oferecimento de uma República vizinha, para combaterem juntos o governo imperial, tendo dito que o sangue do primeiro brasileiro morto por estrangeiros, serviria de tinta para assinar a paz e que suas tropas seriam as primeiras que marchariam contra o inimigo comum. Era com elementos desse porte que contava o Rio Grande. Já José Garibaldi, o campeão da unidade italiana, dizia: quantas vezes tenho desejado nestes campos italianos um só esquadrão de vossos centauros, avezados a carregar uma massa de Infantaria com o mesmo desembaraço com que o fazem uma ponta de gado. A partir de 1845 começaram novamente as desordens na fronteira que culminariam com a guerra que o império levou ao Oribe e Rosas e em que mais uma vez a Cavalaria Rio Grandense tomava vanguarda, sob o comando do Barão de Jacuí. E quando parecia que os Riograndenses iam descançar de tantas lutas, o ditador do Paraguai declara guerra ao Brasil e o Rio Grande é invadido pelas tropas paraguais.

Novamente ia o Rio Grande dar o sangue de seus filhos pela Pátria Brasileira. Nessa luta contra o invasor paraguaio é justo salientar-se o herói Riograndense, Manuel Luiz Osório. — Sua figura era o próprio exército em marcha. Surgia sempre como um semi-deus nos momentos mais críticos, levando consigo a vitória. Soldados feridos, estorcendo-se nas vascas da agonia, com a auréola da morte doirando-lhes os cabelos empastados de sangue, murmuravam em voz desfalecida quando él passava: "Viva o General Osório". Osório galvanizava o exército.

Pouco depois da guerra do Paraguai, estudantes Riograndenses fundaram o Club 20 de Setembro em S. Paulo. Daí, a propaganda republicana alastrou-se para o Rio Grande do Sul. Em 1882 reunia-se uma convenção e um ano depois um Congresso Republicano era instalado em Porto Alegre. A propaganda republicana ia tomando conta do povo e já a Federação, primeiro jornal republicano no Sul, começava a sair do prelo. Pouco tempo depois com a abolição da escravatura e com a questão militar engrossou as fileiras do partido republicano com novos e valiosos elementos, estava assim o Rio Grande preparado para ser um Estado da República, o que aconteceu a 15 de Novembro de 1889. Salientou-se nesse período, embora inimigo da idéia republicana, o conselheiro Gaspar da Silveira Martins. "Dêle pode-se afirmar, na expressão impecável da verdade, que foi o maior dos heróis da tribuna brasileira. Registra nossa história, entre os gigantes da palavra, homens mais célebres pelo momento e pelo meio em que viveram e se agitaram. Nenhum porém teve predicados mais completos de verdadeiro tribuno do que Gaspar Martins. A natureza esmerou-se em resumir nesse grande homem tôdas as joias de eloquência. Seus gestos permitiam interpretar-lhe o pensamento, quasi com a mesma precisão com que o raio anuncia os estrondos do temporal. Soberano da palavra, dominava as multidões,

que o escutavam, fascinadas. Entretanto não foram só seus dotes oratórios que o colocaram no Panteão da História. Inteligência viva e grandes reservas de moral, Silveira Martins sempre combatia por causas justas. Opondo-se à República mesmo quando esta estava fatalmente proclamada, mostrou tôda sua envergadura. Proclamada a República e instituída a Constituição, já em 1893 era novamente os Pampas teatro de lutas internas, assim Gomercindo Saraiva, apoiado por Custodio de Melo e Saldanha da Gama, pôe em cheque o Governo da República nascente e atinge Lapa, onde morre, entrando o Rio Grande num período de prosperidade sob os governos de Julio de Castilhos e de Borges de Medeiros que governou durante vinte e cinco anos. Entretanto este período de paz foi perturbado novamente em 1923, 24, 26, 30, surgiram em 23 depois de grande agitação política por efeito da sucessão presidencial. Apezar de tôdas essas lutas que, quasi constantemente ensanguentavam o seu solo, tem hoje o Rio Grande uma posição de destaque no concerto dos outros Estados. Com uma agricultura e uma pecuária adiantadíssimas, marcha agora para um desenvolvimento industrial, já com verdadeiros empórios industriais como Porto-Alegre, São Leopoldo, Novo Hamburgo e Caxias; é que o gaucho terminada a luta, guardava a lança e empunhava o arado com que rasgava o solo úberrimo da terra dadivosa e bôa. Depois de 1930, com a República nova o Rio Grande tem marchado com São Paulo e Minas na liderança do País. Eis uma rápida síntese da história do Rio Grande.

Passamos agora à segunda parte da nossa palestra:

A formação do Rio Grande foi uma consequência das influências geográficas e da força coletiva portuguesa. O espírito fecundo do riograndense, mixto de sentimento localista e de tradição lusitana, tem uma força poderosa, uma pujança magnifica que há de incutir no seio das comunidades estrangeiras aquí radicadas a seiva forte que manterá sempre viva a ligação espiritual entre o Rio Grande passado e o Rio Grande futuro. Feito este intróito passamos a estudar o povoamento.

Contemplamos a costa brasileira e vemos que a civilização qual uma serpente, estende-se pelo litoral, bordejando as praias de uma maneira geral; é que o progresso dos povos se inicia, aumenta e chega ao seu apogeu principalmente na zona marítima, onde se forma um comércio mais ou menos extenso, aonde se levantam grandes cidades, aonde se agitam grandes aglomerados humanos. No Rio Grande do Sul dá-se o fenômeno inteiramente oposto, sem ancoradouros, sem enseadas, sem portos, baixa e por isso mesmo alagadiça e desabrigada, jamais ofereceu aos colonizadores sólidas garantias de êxito. Sabe-se no entanto que as vias de comunicação são condutores de progresso e de civilização e já aquí o Rio Grande segue a regra geral. Com efeito os colonos ao chegarem no pôrto do Rio Grande encontravam na sua frente a Lagoa dos Patos, penetravam por ela e atingiam o Guahyba, eis a razão por-

que Viamão foi a primeira colônia fundada pelos Açorianos e eis porque Rio Pardo é das cidades mais velhas do Rio Grande; localizada no Jacuí, rio que ia dar ao Guahyba, fácil se tornou aos primeiros colonos atingí-la e aí levantar a cidade...

Um fato que por si só basta, para mostrar a regularidade e coerência que por vezes, atuados pelas mesmas causas se desenrolam os acontecimentos humanos, é que a colonização alemã apresenta um movimento idêntico ao da açoriana. Fixada primeiramente na parte vizinha do oceano, move-se mais tarde a colonização germânica em direção a zona do Jacuí. Afastadas da estrada do progresso riograndense, as Colônias alemães de Torres e Conceição do Arroio, vegetam em marasmo e continuam até com diminuto crescimento de população. E' que a estrada da civilização riograndense é o Jacuí — e Guahyba, a Lagôa dos Patos, São Gonçalo e o canal do Rio Grande. Graças à sua situação à margem do Guahyba, Porto-Alegre tornou-se o empório do Rio Grande. Outro aspecto interessante de povoamento é o que nos permite localizar as duas classes mais importantes, que labutam pela prosperidade desta terra: — fazendeiros e agricultores. Estão situados em zonas geográficamente delimitadas com características próprias e bem definidas. Assim, enquanto os fazendeiros se localizam em grandes zonas de campos (estepes), os agricultores ocupam as vastas regiões florestais. A cristalização de nosso povoamento se faz nas regiões agrícolas, pois a agricultura, principalmente a nossa, não mecanizada, requer maior emprégo de braços que o pastoreio. Assim a floresta virgem se torna no Rio Grande a grande zona de atração de povoamento, o litoral é a que exerce a máxima repulsa e entre ambas a região pastoril sem ter o caráter dispersivo da costa marítima, longe está da alta densidade demográfica, apresentada pelas colônias. No passado nossas fôrças se dirigiram para as estepes devido à maior facilidade de trabalho e ao maior rendimento da indústria pastoril em relação com a agricultura. Na época atual em que a indústria pastoril vai cedendo à agricultura, as fôrças construtoras se encaminham para as regiões das matas. Deste modo a orientação dos acontecimentos sociais tendendo para a agricultura, age no mesmo sentido que as possibilidades geográficas. Daí o florescimento cada vez maior da região serrana e vemos lugares como Sobradinho em que há treze anos tudo era mato e hoje já se erguem mais de 200 casas. E' fácil pois adivinhar-se a direção que vai tomar o povoamento do Rio Grande. Assim, penetrando a nacionalização, como se está processando nas colônias, dentro de 20 anos o Rio Grande com toda sua população nacionalizada, será o grande triunfador do futuro que dará ao Brasil seus melhores filhos, para que seja uma das mais fecundas nações do mundo. Examinado o povoamento, vejamos agora um outro aspecto da formação do Rio Grande: unidade orgânica da Sociedade riograndense, o latifúndio pastoril representou em todos os

tempos notável papel no Rio Grande. E' êle que leva os soldados nos exércitos irregulares, a combaterem as hostes platinas, é êle fator principal em tôdas as revoluções. A solidariedade que se formava dentro das fazendas, em torno dos chefes das mesmas, explica-se pela inexistência, depois de certa época, da pequena propriedade; os que não tinham terras deviam viver agregados aos donos dos latifúndios. Entre chefes e empregados, pela natureza das ligações amistosas que os uniam, se encontra muito de caráter da vida patriarcal, onde o patrão se entrega com seus subordinados aos trabalhos da comunidade. Ligando numa igual unidade, pessoas desconhecidas pelo liame parental, vemos alguma coisa da organização do clan, sem que, todavia, apresentem uma coesão tão grande, como a que se nota no tipo concreto dessa forma coletiva. O espírito de clan é aqui dominado pelo espírito provincial, que para todos os caudilhos é sentimento público. Não tem o estancieiro aquele egoísmo que caracteriza os grandes senhores europeus e por isso chega a sacrificar a sua fortuna, pela felicidade da província. Reafirma-se dêste modo o papel das estâncias como verdadeiras células sociais em todo organismo coletivo do Rio Grande. Elas influem de modo decisivo nas manifestações da atividade histórica, na sociedade, na política, na psicologia individual e coletiva. E' claro que no Rio Grande não agiram as mesmas causas de concentração do povo em torno dos latifúndios que Oliveira Vianna menciona em populações meridionais. O povo aqui não apresenta a atitude humilde que os pobres mostram no meio das populações centrais. O gaúcho Riograndense não se une ao estancieiro por um sentimento de temor, como acontecia com as populações do centro, assustadiças e tímidas diante das violências e ruidezas dos capitães mōres. O riograndense não tem aquele aspecto humilde, desconfiado e gregário das populações centrais; é mais altivo, mais independente, mais individualista. A família no Rio Grande, possuia fundamentos; mixto de clan e de espírito patriarcal, era uma expressão do meio pastoril, do latifúndio. Os colonizadores trazim o regime particularista, o uso da agricultura; o resultado foi tornar-se a família riograndense um composto de clan patriarcal e particularista. No regime econômico apresenta no entanto êste dualismo: dentro do latifúndio pastoril floreia e florece ainda hoje, a pequena lavoura. A civilização riograndense foi constantemente e é ainda uma civilização eminentemente rural. Foi nos campos que se desenvolveu a sua história, que se desenrolaram os seus dramas na paz e na guerra, que cresceram as suas mais lídimas aspirações de povo consciente. Até agora se evidencia êsse caráter notável de seu modus vivendi. De fato a séde dos municípios, salvo raras exceções, é menos populosa do que a campanha. A vida das cidades procede quasi sempre das zonas rurais, onde as municipalidades percebem as suas melhores rendas. Outro aspecto interessante na vida do Rio Grande é a inexistência de caixas econômicas sa-

cerdotais, militares, profissionais e intelectuais. Até a escravidão no Rio Grande contrasta com os rigores do norte. É fácil explicar essa aparente incoerência, a raça dominante tinha sobre as outras superioridade de aptidões, não sofria também concorrência econômica desfavorável, pois a abundância de alimentos e o gênero de trabalho das estâncias, faziam com que os salários não sofressem oscilação de uma raça para outra. Não se dava o mesmo no norte, os dominadores não tinham para o trabalho tropical as mesmas capacidades que os africanos. Daí, a necessidade de coação intensa para manter a organização social, pelo aproveitamento em favor da classe dirigente das aptidões maiores das outras raças. O destino geográfico, colocando o Rio Grande no extremo sul do Brasil, deu-lhe o árduo papel de ser o eterno vanguarda de nossa dignidade cívica. As fronteiras do Rio Grande foram traçadas pelas espadas de seus antepassados. Encontrando meio propício a um surto admirável, o sentimento belicoso, crescia tanto quanto diminuia o religioso. O riograndense nunca imitou o padre e sim o militar. O desprestígio do padre, proveio talvez em grande parte do fracasso dos jesuítas das missões. Ali, o padre colocou-se em frente do militar e não se precisa dizer a qual dos dois o gaucho seguiu. Assim no Rio Grande, a falta de Igrejas, a felicidade do homem, a luta contra os jesuítas, a inexistência do medo da morte, e outros fatores menores, plasmaram no gaucho uma falta de sentimento religioso que, no entanto não morreu porque voltou-se para personalidade de seus guias nos campos de batalha, cuja galhardia venerou com fervor místico. Tanto não se havia obumbrado o sentimento religioso que várias manifestações místicas aparecem na psicologia gaucha. O meio deu aos sulinos uma religião naturista-anemista que se cristalizou em várias lendas. Aumentada a população, multiplicados os meios de transporte, os intercâmbios espirituais e o contágio mental serão mais intensos e o desenvolvimento religioso poderá progredir à proporção que êsses fatores favoráveis aumentarem. Vejamos agora outros aspectos da alma gaucha.

Tem o riograndense inato o sentimento de honestidade para com os dinheiros públicos (de todos os governadores que possuiu, sómente um, cujo nome não devo mencionar, por ser de conhecimento de todos, delapidou o tesouro público). Vemos caudilhos como Honório Lemos, que deixado o campo de luta, retirava-se para sua propriedade, onde só possuia um arado e algumas vacas e que por ocasião da sua morte, necessário se tornou fazer uma subscrição pública, para ser enterrado condignamente. O espírito militar foi na alma riograndense a maior fonte de sociabilidade que é possível imaginar. O florecer de todos os pendores altruísticos produz a piedade, essa piedade genuinamente riograndense que é a compaixão que o forte tem pelo fraco. Profundamente generoso, o riograndense soube tratar os escravos com uma brandura que êles não conheciam em outra parte. Os bravos Batalhões de índios

comandados pelo Marechal Abreu e os intrépidos lanceiros negros de Canabarro mostram que a sociabilidade riograndense irmanava no mesmo laço de solidariedade os mais humildes aos mais abastados. A necessidade militar longe de ser um fator puramente de extermínio, foi altamente providencial na formação social de nossa gente do sul, dando-lhe a unidade necessária. Pelos acampamentos passou o maior número dos riograndenses válidos. Daí lhes nasceu o espírito de sociabilidade. De tanto defenderem o solo da província, nasceu-lhes um apêgo enorme pela terra nativa. Já Saint-Hilaire notara êsse profundo amor do gaucho pela sua terra. Outro sentimento riograndense altamente social é a alegria. A natureza variada do extremo sul, inunda-lhe a alma de gloriosa exaltação, de um entusiasmo sagrado e vivo pela grandeza do recanto de terra onde passa a existência. A sociabilidade produziu o gôsto pelas longas palestras. A tradição é cultuada com grande veneração. A hospitalidade é outro sentimento característico comprovado por todos escritores que tratam dos costumes gaúchos. A coletividade riograndense teve, de acordo com a teoria Spenceriana, dois grandes agentes de sociabilidade: a vida em comum na defesa contra o inimigo externo e a instituição da família monógama. Li num livro da coleção Brasiliana, dum autor cujo nome não recordo, que o gaucho é mais platino do que Brasileiro, nego essa assertiva. Não o é tal. As diferenças entre o povo riograndense e o platino, se nos apresentam numerosas e importantes. O nosso sulino é mais sedentário do que o habitante do Rio Prata. A mescla com o elemento indígena, foi insignificante aqui em comparação com a que se observa nas colônias espanholas. Se bem que esta mestiçagem fosse até certo ponto apreciável no Rio Grande; ela não atinge a escala elevadíssima, que se observa do outro lado de nossas fronteiras. Frizamos que uma das causas de diferenciação foi o fator étnico, porquanto não é indiferente na observação da alma dos povos, a maior ou menor dose de mestiçagem.

Em épocas iguais o Rio Grande e Argentina apresentam movimentos revolucionários de psicologia completamente diferente; enquanto em 35 aqui predomina a piedade, lá se salienta a desordem perversa. A longa série de fatos cruentos que a história do Prata registra, é completamente alheia a história do Rio Grande. Os tipos mais representativos de gauchismo argentino são Facundo, Quiroga, Rosas, Ramirez e Lopes.

Dêles, vai um abismo para o coração generoso de homens como Bento Gonçalves ou Osório, legítimos expoentes dos sentimentos riograndenses. O pensamento brasileiro com maior ou menor intensidade, nunca deixou de refletir sobre a evolução mental do povo gaucho. Se todos os fatos acima apontados não tivessem a virtude de demonstrar que o povo riograndense, constitue uma sociedade perfeitamente à parte da platina, bastaria para o fazer o grande sentimento de orgulho cívico da sentinelas do Brasil; bastaria a própria convicção, aliás pronuncia-

dissima, que se encontra em todo o Rio Grande, da sua personalidade coletiva em face dos povos castelhanos. Embora independente por índole, os gaúchos sempre amaram o Brasil e a própria revolução de 35, não foi uma revolução separatista como pensam muitos, havia, é certo no seio do partido farroupilha uma pequena corrente separatista; mas daí a pensar-se que a revolução era separatista, é o mesmo que se dizer que a República no Brasil foi obra dos positivistas, porque atuou no sentido da República uma pequena corrente positivista. Vimos a posição do Rio Grande em face dos povos platinos e sua integração dentro do espírito brasileiro e para finalizar vejamos o futuro do Estado, examinando antes ligeiramente o problema das raças.

Como todo Brasil, o Rio Grande é uma Babel de raças, muitas das quais de caracteres opostos, de psicologia antagônica e que no grande cenário da terra gaucha, no cadiño misterioso das seleções étnicas, vão apurando dia a dia as qualidades predominantes, que hão de colocar o nosso povo entre os mais empreendedores, os mais enérgicos e os mais civilizados do mundo. Diz Oliveira Vianna: "ao olharmos o mapa etnográfico do Brasil, chegamos à convicção que três raças se vão formar através do grande território, que a clarividência luza poude conquistar e conservar unida e forte: o extremo Norte mais indígena, o centro mais africano e o extremo Sul mais branco. No Rio Grande o elemento branco predomina de um modo notável com 70 % da população total. A mescla com tribus indígenas, que primitivamente habitavam o Estado, vivendo a sôla pelas florestas e descampados ou entregues aos primeiros rudimentos de agricultura, não foi tão pequena como muitos entendem, deve-se no entanto levar em consideração a grande mortandade de aborígenes, em consequência da vida irregular que levavam, da sifilis, do álcool, da variola, males êstes que, dizimando um número extraordinário dos primitivos habitantes do solo riograndense, diminuiu consideravelmente o fator americano de modo a colocar o sangue do branco em predominância incontestável. Quanto aos negros foi insignificante o contingente deles que para cá veio em comparação com as outras regiões do Brasil, entretanto o sangue negro bem depressa desaparece confundido no sangue branco. Essa predominância do sangue branco no Rio Grande nada quer dizer por quanto está provado que do mestiçamento brasileiro vem surgindo e surgem os mais variados tipos humanos. E por entre essa multidão é que o ambiente brasileiro, muito pouco próprio a uma população do tipo ariano puro, está selecionando, escolhendo as melhores feições, os tipos de escol que desde cedo constituiram a nossa gente e que em progresso contínuo, estão formando um conjunto de linhagens, cada vez mais adaptadas, capazes de realizar, no futuro, dentro de nossas fronteiras, uma civilização que será o milagre do mundo de amanhã. Cotege na política, Tobias Barreto na filosofia, Machado de Assis na lite-

ratura, Miguel Couto na medicina e tantos outros, para só citar 4 culminâncias, constituem a melhor fiança d'este futuro mesmo.

Junta-se ao indígena e ao negro, os açorianos, os alemães, os italianos, os portuguêses do tipo mediterrâneo, misture-se tudo e o resultado é o Cocktail riograndense e assim é no norte do país e assim é no centro. Entretanto ainda mesmo que no Brasil se registre muitos séculos, antes que se tenha chegado ao advento de um tipo étnico definido, isso não impede que se consiga, mau grado o antagonismo das raças, uma Pátria unida e forte e que ao influxo de uma idéia coletiva, nobre e alevantada, todos habitantes d'este grande país se ergam como um só homem, na defesa de seus princípios nacionalistas. Tudo depende de dar a esse número de povos que habitam a nossa terra, um ideal único e alevantado, incutir-lhes um nacionalismo nobre e superior, mediante uma educação espiritualista, capaz de mostrar-lhes no horizonte de seu idealismo entusiasta, uma grande missão sobre a terra.

Antes da revolução de 30 aconteceu um fato notável que veiu influir do campo econômico, no futuro do Rio Grande: a crise, consequência da Grande Guerra. Até essa data a monocultura era um tabú para o estancieiro. A queda espetacular do preço do gado proveniente da crise que falo acima, somada à falência do Banco Pelotense, arrastou consigo o empobrecimento de grande número de estancieiros. Em consequência d'este exemplo, hoje os estancieiros já procuram desenvolver a policultura como defesa contra baixa sensível de algum produto. Assim o Estado avança na direção da policultura cujas vantagens econômicas creio ser desnecessário enumerar. O crescimento constante e seguro do mercado interno brasileiro impõe aos Estados mais favorecidos, o desenvolvimento de aparelhagem industrial, a fim de libertar o país da situação perigosa de simples produtor de matéria prima. O Rio Grande possue já a semente de onde há de brotar o parque industrial e aqui já não encontra clima, a tese falsa e anti-nacional — País essencialmente agrícola.

O trigo de importância vital para a economia brasileira e cuja plantação atingiu êste ano a 420.000 quilos, foi mais um apelo do Brasil ouvido pelo Estado Sulino. Na parte referente à educação é notório o desenvolvimento que ela vem tendo no Estado. Problema fundamental da nacionalidade, no Rio Grande assume proporções gigantescas, em virtude da nacionalização que lhe está afeita.

Felizmente longe se vão os tempos em que a demagogia, o derrotismo e o pessimismo mantinham a vida da Nação suspensa entre os sonhos de sua grandeza e a crueldade de suas desilusões. Hoje o quadro é inteiramente outro. Uma onda de realizações agita o país de Oyapock ao Chuí e o Rio Grande como vanguarda da Nação, ocupará o lugar que lhe compete nessa marcha vitoriosa para o progresso.

O futuro do Rio Grande é radiante e promissor.

Eu antevejo erguerem-se por tôda parte, grandes parques industriais com um desenvolvimento fecundo, mercê da grande siderurgia ora em marcha.

Eu antevejo o Estado cortado por um sistema rodoviário perfeito, onde se escoará tôda uma produção agrícola mecanizada.

Eu antevejo o Ouro Negro arrancado das entranhas do Brasil, movendo tôda uma equipe de máquinas e tratores nacionais.

Eu antevejo tôda uma população alfabetizada e nacionalizada, ansiando e palpitando por um Brasil grande e respeitado.

E eu direi: — Bendita Pátria que produziu tais filhos.

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

A DEFESA NACIONAL mantém uma seção de informações destinada a atender aos Snrs. Socios e Assinantes que servem fóra da guarnição do Rio-de-Janeiro.

- a) Fornecer-lhes tôdas as informações solicitadas sobre interesses pessoais ou militares.
- b) Fazer, mediante encomenda, a aquisição de objetos na praça do Rio-de-Janeiro.

Realidade e Espírito do Brasil Republicano

Pelo Dr. RIBEIRO COUTO

(Da Academia Brasileira de Letras)

Em tradução holandesa do prof. M. de Jong, estas notas foram publicadas pelo **Nieuwe Rotterdamsche Courant** por ocasião do meio centenário do regime republicano brasileiro. Simples notas, com efeito, escritas a pedido e com a intenção de informar brevemente um público que pouco sabe da evolução social do Brasil.

I

Não será demasiado dizer-se que em 1888, quando a princesa Isabel, (ocupando a regência durante uma viagem de D. Pedro II à Europa, em tratamento de saúde) assinou a lei que libertava os escravos sem qualquer indenização aos proprietários, já a Monarquia estava condenada. Faltava-lhe o apôlo dos velhos senhores da terra, assim como da mocidade intelectual. Desde o manifesto publicado em 1870, a propaganda republicana crescia tanto entre os civis como entre os militares. O movimento civil tinha sua sede nas províncias de São Paulo e de Minas Gerais; o militar, na própria Escola de Guerra, onde um notável professor de matemática, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, educava os cadetes nas idéias filosóficas do positivismo e no ideal revolucionário da república. Ocorre também que nas fileiras dos partidos anárquicos acentuava-se então uma corrente favorável à descentralização do poder. As vinte e uma províncias do Império estavam sujeitas ao executivo central, que lhes nomeava os governadores, tantas vezes estranhos aos problemas e às necessidades locais. "Federação com ou sem monarquia", era o lema da bandeira desfraldada por um dos homens mais ilustres do Império e cuja longa vida iria depois

projetar-se na república, tomando parte com extraordinário brilho na conferência de paz em Haia, em 1907: o conselheiro Ruy Barbosa. À mesma corrente pertencia outra grande individualidade do antigo regime, o vitorioso campeão do anti-escravagismo, o encantador Joaquim Nabuco, mais tarde, na república, ministro em Londres e primeiro embaixador do Brasil em Washington.

Ao Exército, descontente com o gabinete do Visconde de Ouro Preto, coube dar no Rio de Janeiro o golpe de 15 de Novembro de 1889. Não obstante a surpresa que provocou no resto do País a insurreição chefiada pelo general Deodoro da Fonseca (pois as enormes distâncias geográficas nunca permitiram, no Brasil, uma coordenação perfeita de atividades revolucionárias), o fato é que o povo já estava mais ou menos certo de que a monarquia tinha vida para pouco tempo. Ao Imperador faltava um filho varão. Enfermo, ausentava-se por largos períodos, deixando à frente do Estado a princesa, casada com um neto de Luiz Felipe, o Conde d'Eu. A princesa era amada pelo povo. No entanto, o terceiro reinado afigurava-se pouco simpático, de vez que o novo imperador, praticamente, seria o francês. Por maiores serviços que tivesse prestado à nação o digníssimo Conde d'Eu, inclusive na guerra contra o Paraguai, ele nunca pôde ser popular. Assim, tôdas as circunstâncias — políticas, econômicas e até dinásticas — haviam condenado o regime, antes mesmo de 1888. Se no ano seguinte o ajuste de contas entre o chefe do Exército e o gabinete do visconde de Ouro Preto não se tivesse transformado, de improviso, em levante republicano triunfal, a queda da monarquia seria inevitavelmente para muito breve. Só a existência de um príncipe brasileiro, moço e esclarecido, capaz de formar dedicações em torno da sua pessoa, teria tornado possível o terceiro reinado. Esse príncipe, aliás, tivemos-lo em D. Luiz de Bragança, o segundo filho do Conde d'Eu. Porém, exilado do Brasil com seu augusto avô em 1889, ainda menino, só mais tarde, na adolescência, amadurecida pelo estudo e pela vocação de reinar, é que sua lúmina personalidade se revelaria. Já então a restauração era inadmissível. A monarquia estava bem morta.

na direção de São Paulo. Daí por diante, a vida imperial brasileira passa a ser cada vez mais o café, como a vida colonial fôra quase sempre o açúcar.

Animados pelo exemplo agrícola do vale do Paraíba, os paulistas souberam então lançar (quinze a vinte anos antes da abolição e da república) as bases de uma lavoura cafeeira trabalhada pelo braço livre, do colono estrangeiro, em contraposição à lavoura fluminense, que continuou tradicionalmente repousando no braço do negro escravo. Os frutos dessa previdência não tardaram. Apenas a província de São Paulo resistiu sem dificuldades ao abalo de 1888, sendo o único território cafeeiro em que a falência de proprietários rurais não arrastou na mesma ruína a vida urbana.

Passado o período do tateamento, o período propriamente revolucionário do novo regime, com as presidências militares de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, iniciaram-se em 1894 as presidências civis, cabendo a herança da nação, ainda inquieta e perturbada, precisamente ao chefe do partido republicano de S. Paulo, Prudente de Moraes. A êsse presidente paulista (1894-1898) sucederam outros dois paulistas, Campos Salles (1898-1902) e Rodrigues Alves (1902-1906). Nativos daquela região prolífica onde mesmo durante o Império se instalara a "civilização republicana do café", isto é, onde a visão prática dos seus homens substituia o resignado trabalho dos cativos pelo trabalho de homens livres e ambiciosos, êsses três primeiros presidentes civis trouxeram para a administração nacional uma mentalidade construtora. Eram lavradores adiantados e experientes, habituados a considerar os negócios como um elemento de expansão social. Ousaram levar avante as reformas necessárias, sacudindo uma nação habituada à sonolência dos projetos indefinidos.

Sem dúvida, foi a descentralização do poder a causa principal do impulso que tomou então o Brasil. As vinte e uma províncias passaram a ser vinte e um Estados autônomos. Os que tinham recursos, possibilidades, capacidade de produção, puderam atender aos seus problemas através de governos por

O Império, aliás, cometera o êrro de não criar uma nobreza hereditária, sem a qual nenhum trono terá raizes no povo. Os títulos outorgados pela Corôa não se transmitiam à descendência. Espalhada por um território vastíssimo e sem comunicações fáceis com a Corte, nossa nobreza nunca chegou a constituir um esteio do trono. Não representava uma "classe". As baronias e viscondados emprestavam luzimento às famílias, mas não formavam linhagens privilegiadas e permanentes, em articulação fiel com o serviço do soberano. A família reinante, de resto, tinha hábitos tão simples, que jámais deu ao povo o sentimento espetacular de um verdadeiro Império.

II

As instituições republicanas, consolidadas nas primeiras leis do governo provisório e finalmente na Constituição de 1891, não teriam o condão de transformar logo os desertos em searas e os pequenos portos sujos em metrópoles de comércio intenso. Não se lhes pode negar, no entanto, uma influência imediata e decisiva no clima de atividades em que passou a respirar o País depois da queda da monarquia. Houve um desafôgo de energias represadas.

Ao apreciar a evolução econômica do Brasil no século XIX e XX, uma das nossas mais agudas inteligências, o jovem pensador Afonso Arinos de Melo Franco, distingue o "fenômeno imperial do café" da "civilização republicana do café". Se no Império é que essa cultura exótica fez a sua entrada na vida nacional, foi só no regime novo que ela pôde desenvolver tôdas as suas fôrças civilizadoras. Com efeito, a partir dos meados do século XIX a riqueza açucareira do Norte cedeu o passo à lavoura cafeeira, implantada no Sul, no vale do Paraíba, nas imediações do Rio de Janeiro. A economia nacional mudou de "eixo". Como consequência imediata, abriu-se a primeira grande estrada de rodagem de penetração econômica progressiva (Rio de Janeiro-Minas Gerais) e criou-se a primeira estrada de ferro (Rio de Janeiro-Petrópolis), estrada de ferro logo seguida de outra, ao longo do rio Paraíba,

es próprios escolhidos e não mais de delegados do remoto der da Corte.

Infelizmente a Constituição de 1891 não corrigiu a desigualdade territorial das antigas províncias. Estas eram, realmente, demasiado desiguais como território, população e condições econômicas, tendo isso ainda raízes históricas nas primitivas capitâncias da colônia. Amazonas, com quasi 1.000.000 de quilômetros quadrados, não tinha 150.000 habitantes; Mato Grosso, com 1.500.000 quilômetros quadrados, só chegava a contar 100.000 habitantes. Ao lado desses territórios imensos, a carta de 1891 conservou os limites de Estados relativamente insignificantes, como Sergipe, com dois por cento apenas da superfície do Amazonas. Não se levou em conta, para a constituição dos Estados, o caráter demográfico, geográfico e econômico de cada região. Por exemplo, não se deu um porto de mar à maior província do Sul, ao mesmo tempo a mais populosa, ao mesmo tempo a mais rica em minérios e de pastagens, Minas Gerais, embora o oceano desse a poucas dezenas de quilômetros de qualquer ponto suas fronteiras orientais. Parece (é uma questão que não é a pôr esclarecer aqui) que razões tanto sentimentais quanto políticas induziram algumas figuras influentes no Norte a pleitear a conservação dos limites provinciais, o que foi feito sem relutância pelos filhos das províncias do Sul, de população mais densa, de vez que isso representava a condição de uma situação privilegiada. Com o correr dos anos, as desigualdades agravaram-se, de modo que ao surto agrícola e industrial de certas regiões se contrapõe agora a indústria de outras, o que não impede que sejam estas, muitas vezes, as que fornecem o maior número de pensadores, de artistas e de escritores de imaginação. A família federativa brasileira, dessa arte, está hoje formada por "Estados ricos" e "Estados pobres", o que não pode ser corrigido de pronto, e pode ser atenuado, sob certos aspectos, por uma redivisão territorial. Seria desejável que onde há excesso de superfícies virgens, ou escassamente povoadas, sem transportes nem meios próprios de exploração, fossem criados "territórios de administração federal" (como é o Acre), reservando-

-se a organização de "Estados autónomos" para as zonas s

cialmente aparelhadas, dando-se a estas maior uniformida

de proporções geográficas, demográficas e econômicas.

Não obstante, pois, algumas falhas do regime federati

(que por vezes fizeram nascer vícios de funcionamento p

lítico), foi êsse regime o propulsor incontestável do desenv

olvimento nacional neste meio século. Se êle trouxe pouca

nenhuma vantagem para os Estados de recursos insuficient

ou de exploração difícil, foi excelente para os demais. Cada

qual instalou a sua vida própria, o seu governo, a sua magis

tratura, o seu aparêlho de produção e comércio, conforme

meios ou as ambições de cada população regional. A "ci

lização republicana do café" estendeu-se pelas florestas de

São Paulo, de Minas Gerais, do Espírito Santo, da Baía, do

Paraná, do Estado do Rio de Janeiro e de Goiaz. O Norte de

senvolveu riquezas que até então eram elementos decorativos

do solo, como a castanha e os côcos. O algodão, filho dile

do clima do Nordeste, estendeu-se pelo Sul. No mais meridi

nal dos Estados, o Rio Grande, multiplicaram-se atividades

(arroz, trigo, vinho, carnes) que na monarquia não havia

passado de um simples esboço de produção.

III

O Império fôra romântico. Os homens de Estado que

desde a Independência (1822) desempenharam um papel de

relêvo na vida pública, pairavam quasi todos numa atmosfera

de cogitações abstratas, doutrinárias, sem contacto pessoal

com a realidade; tanto mais que, devido talvez à organização

clássica do trabalho (os negros tocando a lavoura e os

portuguêses fazendo o comércio), os brasileiros sempre foram

pouco propensos aos "negócios", não os considerando nem

no nobre plano da ação política, intelectual ou administrativa.

Como uma escada a que faltassem degraus, havia uma

exagerada distância entre a massa popular e as classes superiores,

compostas de aristocratas rurais, de funcionários

banos, de políticos, de professores, de padres e de magistrados.

Não tinha o Brasil uma "classe média", uma verdadeira

burguesia no sentido europeu, elemento que foi sempre a força de equilíbrio nas democracias do século.

Não admira, assim, que apesar do surto de progresso verificado nos Estados Unidos da América por volta de 1850, o Brasil, aliás com recursos mais limitados, continuasse no hemisfério sul a marchar lentamente, como que não contagiado pela febre de enriquecimento que ia pelo hemisfério norte. A razão não está inteiramente no caráter especial dos nossos problemas demográficos, climáticos, geográficos e financeiros; está também, e por grande parte, na psicologia do regime imperial. A monarquia brasileira tinha uma fachada brilhante, com poetas à grega, juristas à romana, parlamentares à inglesa, filósofos e políticos à francesa; no entanto, por trás dela não se constituiram nunca os indispensáveis grupos de chefes de empresas comerciais e de pioneiros da exploração económica. Em vão o sociólogo Tavares Bastos (que a si mesmo se chamou de "solitário") clamava pela solução de problemas práticos. A introdução do maquinismo e das novas idéias da era industrial se fazia com vagar, e cautela, vencendo os preconceitos de uma estrutura social primitiva. A administração, que D. Pedro II acompanhava de perto, minuciosamente, olhava com desconfiança os planos "arriscados" do génio industrial do tempo, Irineu Evangelista de Souza, barão e depois visconde de Mauá. Por volta de 1860, esse precursor da civilização material do País já havia concebido e procurado executar os mais lúcidos projetos de aproveitamento da riqueza brasileira: navegação do rio Amazonas, construção de estradas de ferro, fundação de usinas de gás, criação de bancos, organização em vastas proporções da indústria pastoril nos campos meridionais. Ora, D. Pedro II nunca venceu o receio que lhe provocavam as iniciativas de Mauá, demasiado "yankee" para os quadros provincianos do reinado.

"Très épris de progrès moral", escreveu Oliveira Lima, D. Pedro II était moins fervent à l'égard du progrès matériel. La décision des grands hommes d'État manquait à ce caractère. D. Pedro II aimait laisser au temps le soin de résoudre les problèmes majeurs du gouvernement, plutôt que de

les trancher par son initiative personnelle. Son attitude favorite était celle de l'impulsion théorique, retardée par la résistance pratique". Para se dar uma idéia do espírito dominante na administração do reinado, espírito que era o do próprio Imperador (mais amigo de ler textos hebráicos no original do que de fundar o crédito agrícola), basta ler a "fé de ofício" que o monarca exilado compôs em Cannes em 1891 e vem publicada, conforme êle as ditou ao Conde da Motta Maia, no primeiro volume das "Minhas memórias dos outros", de Rodrigo Octávio. Enumera as questões que "estudou", os problemas de que "cogitou", as ssuntos por que "se interessou", mas não passa dessas reminiscências de homem de gabinete, como se para construir um mundo houvesse, durante a vida inteira, empunhado uma caneta. Quando se refere a fatos concretos é para descer a pormenores insignificantes, de pequeno funcionário: "Meu dia todo era ocupado no serviço público", "Nunca deixei de ouvir e falar com quem quer que seja", "Lia todos os jornais", etc.. A propósito de educação cívica, diz isto: "Trabalhei muito para que só votasse quem soubesse ler e escrever, o que supõe riqueza moral e intelectual, isto é, a única". Por sua própria confissão, pois, a única riqueza de importância é a intelectual e moral (saber ler e escrever, aliás, não equivale forçosamente a tanto), desanimador ponto de vista de um soberano que reinou cerca de meio século num país de inexploradas minas de ferro, de ouro, de prata e de chumbo. Satisfeito de representar o seu papel de imperador literário, D. Pedro II considerava a "trop grande affluence d'émigrants" (escreve ainda Oliveira Lima) "plutôt comme um mal à éviter", imaginando que era impraticável a assimilação de raças e de línguas. Enquanto se correspondia com Pasteur e Victor Hugo, ou enquanto viajava em companhia de Gobineau para ir visitar Wagner, deixava dormir as florestas de carnaúba. No entanto, até mesmo nos assuntos de arte, que o monarca prezava sinceramente, seu indeciso espírito não tinha a fôrça viril de executar projetos, como se vê destas linhas, um tanto ingênuas, do aludido documento auto-biográfico: "Sempre gos

tei muito de teatro, dramático e lírico, **cogitando sempre** na idéia de um teatro nacional".

IV

A república, antes de mais nada, teve de destruir essa mentalidade teórica e prudente, sem ambições de largueza ou de ação, de que o segundo reinado impregnara o gigantesco e inerte organismo do país. Abriu desde logo o território à iniciativa do homem de negócio da Europa e dos Estados Unidos da América, provocando o afluxo de capitais. Procurou chamar imediatamente ao Brasil grandes massas imigratórias, tirando a lavoura do estado de choque em que ainda se encontrava por efeito da abolição. Iniciou conscientemente uma nova era econômica. Certos detalhes, a tal respeito, são expressivos. Até então o país só comia queijo e manteiga que vinham do estrangeiro, não obstante a existência de pastagens fartas e a possibilidade de rebanhos produtivos; todos os vinhos, a batata e até mesmo o arroz eram de fora (este último da América do Norte e das Índias). Tomates, espargos e saladas eram alimentos de luxo, para mesas finas, cultivados nalgumas hortas de subúrbio. Desde o tempo da Colônia que as lavouras de exportação absorviam todos os braços, de modo que o país não tinha o hábito dos alimentos frescos, influindo isso na saúde e no tipo da população. A não ser de tecidos grosseiros, o Brasil não tinha fábricas de fiação, como não as tinha de calçados, de chapeus, de louça, de cestas de artigos para os quais a matéria prima e os mercados internos abundavam. (As exceções de iniciativa industrial não tiram à regra o seu valor demonstrativo. Em "Sobradinhos Mocambos" Gilberto Freyre oferece a tal respeito uma pitoresca e saborosa documentação). A persistência desses erros e dessa mentalidade é que dava aos viajantes estrangeiros a impressão de que a nação era fraca e pouco viável, vendo mais ou menos na miséria entre esplendores supérados da natureza.

O regime republicano atacou com energia não só os problemas econômicos, como também os do campo social. Antes mais nada, a higiene pública. A picareta derrubou quar-

teirões inteiros da capital e de outras cidades. Fundaram-se institutos científicos. Desapareceram as epidemias. Organizaram-se linhas de navegação costeira cujo papel, se foi principalmente desenvolver a troca de produtos, contribuiu não menos para ventilar as populações, aproxima-las, estabelecer correntes de conhecimento interno, dando maior unidade moral à nação. Estradas de ferro partiram do litoral para o sertão, bastando citar a que ligou o porto de Santos a Mato Grosso, viagem que no Império era feita por água (mai longa que a viagem à Europa), dando-se então a volta pelo rio da Prata e subindo-se o rio Paraguai até Corumbá. Criou-se, em suma, toda uma estrutura material e cultural de proporções consideráveis, do mesmo passo que a população crescia num ritmo raramente atingido por outros países:

População do Brasil em

1890	1900	1920	1935
14.333.000	17.318.000	30.635.000	41.560.000

Não se pode atribuir exclusivamente à imigração estrangeira êsse crescimento, porquanto ela foi quasi nula no Norte, onde o clima é quente e só os portugueses, nossos melhores colonos, costumam suportá-lo bem. Os Estados septentrionais acompanharam o ritmo demográfico dos do Sul:

Populações de alguns Estados do Norte

	1890	1935	Aumento em 45 anos	Perce-
Pará . . .	328.455	1.499.213	1.170.758	356%
Ceará . . .	805.687	1.650.991	845.304	105%
Paraíba . .	457.232	1.637.172	1.179.940	258%
Pernambuco	1.030.224	2.949.634	1.919.410	186%
Alagoas . .	511.440	1.205.204	693.764	136%
Baía . . .	1.919.802	4.203.083	2.283.231	119%

População de alguns Estados do Sul

	1890	1935	Aumento em 45 anos	Perce-
Rio. . . .	886.884	2.038.943	1.152.059	130%
S. Paulo :	1.384.753	6.634.389	5.249.636	379%
M. Gerais	3.184.099	7.583.673	4.399.574	138%
Paraná . .	249.491	1.014.177	764.868	306%
S. Catarina	283.769	986.855	703.086	249%
Rio Grande	897.455	3.052.009	2.154.554	241%

De 1886 (três anos antes da queda do Império) a 1935, no espaço de quasi meio século, as principais entradas de colonos estrangeiros no Brasil, por ordem de importância, foram as seguintes:

Italianos	1.373.702	Rumenos	38.626
Portugueses	1.149.502	Franceses	30.278
Espanhóis	578.087	Lituanos	28.334
Japoneses	173.998	Sírios e libaneses	24.673
Alemães	145.887	Ingoeslavos	22.668
Russos	107.297	Inglezes	20.840
Austríacos	83.706	Norte-americanos	11.027
Turcos	79.177	Suiços	9.197
Poloneses	42.258	Holandeses	7.503

Ao todo, com a inclusão das pequenas parcelas de outras nacionalidades, tivemos no Brasil uma entrada de 4.010.915 colonos estrangeiros naqueles 49 anos.

Interessante será também indicar o crescimento das cidades, bastando o exemplo de algumas capitais. As do Nordestão por vezes índices mais elevados que as do Sul, não obstante a perda constante, sofrida pelos Estados septentrionais, e correntes emigratórias internas, de caboclos nordestinos, ora em demanda do interior do Amazonas, ora em demanda do interior de Mato Grosso e São Paulo, principalmente após grandes secas periódicas.

População de algumas capitais do Norte

	1890	1935	Aumento em 45 anos	Percent. do aumento
lém	50.064	296.036	245.972	491%
rtaleza	40.902	143.277	102.375	250%
ão Pessoa	18.645	101.280	82.635	442%
cife	116.556	472.764	356.093	305%
ceio	31.498	129.105	97.607	309%
Salvador	174.412	363.726	189.314	108%

População de algumas capitais do Sul

	1890	1935	Aumento em 45 anos	Percent. do aumento
o de Janeiro	522.651	1.711.466	1.188.815	227%
erói	34.269	125.247	90.976	265%
o Paulo	64.934	1.120.405	1.055.471	1.625%
ritiba	24.553	116.632	92.079	335%
erto Alegre	52.421	321.628	269.207	513%

V

Poderá objetar-se: nem tudo isso foi obra da república mas obra do tempo.

A objeção seria gratuita. O século XX ofereceu ao Brasil possibilidades de desenvolvimento muito mais variadas como por exemplo as necessidades crescentes dos mercados estrangeiros, a técnica, os inventos científicos e suas aplicações industriais, a expansão emigratória de povos europeus etc.. No entanto, o Império alcançou o meio século que antecedeu a essa era, que a preparou, que lhe deu fisionomia. Império foi um contemporâneo conformado e inativo do prodigioso salto que deram os Estados Unidos da América depois de 1850. Fôrça é concluir, portanto, que sem o dinamismo dos homens novos e o espírito favorável das nossas instituições republicanas, não seria possível ao Brasil apresentar, como já apresentava uns vinte anos mais tarde, as profundas modificações da sua estrutura social e econômica. A uma vida imperial fora da realidade, quando certos homens de posição só saiam à rua, em pleno verão tropical, de sobrecasca preta e cartola, a república opôs uma sensibilidade jovem, o senso do ambiente e a consciência dos problemas objetivos.

À república se deve, desde os primeiros anos, a exploração sistemática de extensas zonas do "hinterland" (sobretudo em Mato Grosso e no Amazonas), que figuravam nos mapas da monarquia como regiões desconhecidas, na posse dos indígenas fabulosos, que ninguém vira. O campeão dessa obra da ciência, de bravura pessoal e de humanidade foi oficial do Exército, ele próprio descendente de índios, o general Rondon. Além do que realizou como explorador, soube criar em torno de si toda uma geração de geógrafos e naturalistas, em cujo número se encontra o eminentíssimo Roquette Pinto, contributor da moderna antropologia brasileira.

A propósito da exploração científica dos sertões, obra dos militares republicanos, é oportuno dizer também que poucos exércitos do mundo poderão oferecer o exemplo, como o do Brasil, de uma oficialidade em que predominam com tanta insistência duas preocupações de ordem igualmente intelectual.

tual: a filosofia e as ciências físico-naturais. Não é muito sabido no estrangeiro que o positivismo de Augusto Comte encontrou nas nossas classes armadas um terreno singularmente propício, fazendo nascer um cristalino curso de água paralelo ao grande rio da nossa fé católica. Ao par dos mais ardentes adeptos do positivismo comtiano entre nós, as fileiras do Exército forneceram no período republicano alguns dos nossos mais notáveis engenheiros, geólogos e etnólogos, bastando citar ainda Euclides da Cunha, o mais vigoroso escritor do Brasil moderno, autor de "Os Sertões", livro que foi o ponto de partida para todo um movimento de estudosos contacto com a "realidade brasileira". Dedicando-se apaixonadamente à penetração militar e científica das selvas, o Exército fundou o serviço de "defesa aos índios", que tem por objetivo conhecê-los, protegê-los e incorporá-los à sociedade civilizada, obra na qual os oficiais brasileiros cooperaram com as missões religiosas espalhadas pelo alto sertão do Amazonas, do Pará, do Maranhão, de Goiás e de Mato Grosso.

Convém finalmente recordar que a república, separando a Igreja do Estado, restituui ao tradicional catolicismo do país a sua função de poder espiritual espontâneo, separação cujos efeitos benéficos ainda há pouco foi celebrada no concílio episcopal do Rio de Janeiro pela palavra do Cardeal Dom Sebastião Leme e do Arcebispo Dom Aquino Corrêa. O positivismo das influentes camadas intelectuais do Exército nunca impediu, mesmo na época da fundação da república, que a fé romana continuasse a exercer no Brasil a sua missão histórica, sabido como é que às ordens religiosas (sobretudo aos jesuítas, beneditinos, franciscanos e dominicanos) devemos a primeira estrutura da sociedade nacional.

A respeito dêste estudo do eminente acadêmico RIBEIRO COUTO, que temos a preferência de transcrever, enviou o general KLINGER ao autor a seguinte nota:

"Opina o Sr., comsoante julgamento jeneralizado, cé o comtizmo fez naser em nósas forças armadas "cristalino curso de áqua paralelo ao grande rio da nosa fé católica". A ese respeito dejejo submeter a seu provécto exame uma apresiação diferente aserca dese interesante fenômeno particular brasileiro. Não é minha, maz inclino-me por ela.

E' ce os does distintos aspéctos da escola comteana, o pozitivismo religioso e a filozofia pozitivista, entre nós se estremaram.

O apostolado pozitivista brasileiro, mao grado a dedicasão preferemcial de sua nôbre atividade, sistemática, operozíssima, ao aspécto religioso, alcamsou apenas projecção relativamente pecena. Cristalino "olho dágua", não xegou a formar curso. Considerava o apostolado, problema fundamental a religião, e pela respectiva pregasão vizava bazar sólidamente a superior orientaçao, e primsipalmente a simseridade, daceles ce viésem abeberar-se á sua fonte.

Opina-se, até, ce ésa asentuada, espresa preferemcia pela doutrinasão religiosa joe a caoza de não colher o pozitivismo entre nós maes dilatado círculo de adeptos entre a consideravel masa daceles ce atraia a sedutora comstrusão lójica da siemsia pozitiva de COMTE.

Esplica-se fáisilmente ésa como imstintiva rezistemsia á conversão religiosa, pela profundeza subterrânea das águas do "grande rio da nosa fé católica".

Acresenta-se, mezmo, ce joe grande erro do apostolado pozitivista brasileiro o de aver descurado da sistematizada atividade política, mórmente dado o grande efeito ce teria tido no esclarecimento das masas quanto ás nesesárias reparasões de órdem sosial. Resalta ese erro em fase da enórme contribuisão pozitivista para a propaganda republicana, segida de vastissima interferemcia orientadora e esclarecedora na implantasão do regime republicano. Erro, no seu próprio ponto de vista de propaganda doutrinária e da respectiva finalidade prática, a produsion de benefícios para a nasão.

Foe a falta da creaçao de uma espésie de partido político, cuando o BRAZIL febrisitava sob verdadeira endemia de sivizmo; partido ce representase imstrumento ecivalente aos outros partidos, ce se asenhoreavam da opinião e do eleitorado; imstrumento ce maes ao ar livre lampejase as idéas políticas pozitivistas, pondo-as ao alcance da grande masa, muinto imstintiva, maz muinto perspicaz em lobrigar seus benefícios; partido espesialmente oportuno poes ce a grande vóga era a democracia, e sob sua bandeira medrava ezuberante a demagogia. Oje em dia bem se pôde avaliar a estemsão do lucro sesante ce de semelhante abstemsão decorreu para o comtizmo e em jeral para o BRAZIL, sómente contemplando as maes modérrnas comcistas sosiaes. Resalta, por exemplo, quanto era sólido e xeo de vitalidade o ponto capital da "emcorporasão do proletariado á sosiedade". ()*

Rio, 17-9-1940.

JENERAL KLINGER

(*) Respeitamos a ortografia do autor.



LIVROS DO EXÉRCITO

AUTORES MILITARES

Pelo 1.º Ten. UMBERTO PEREGRINO

Vai para um ano A DEFESA NACIONAL mantém uma seção mensal de crítica de "Livros do Exército".

A crítica em si já é uma tarefa difícil e cheia de riscos. Exercida no meio militar, onde não serão cabíveis certas liberdades, quer quanto à forma, quer quanto à substância, as dificuldades só fazem crescer. Mas também se comprehende que a crítica não pôde limitar-se ao puro registo ou elogio, há-de ser esclarecedora, deverá dar ao leitor indicações que o aparelhem para melhor aproveitar o livro lido ou a ler, debaterá o que seja suscetível de debate. Ao direito de afirmar do autor corresponde o de divergir de quem lê, sobretudo o crítico que tem a responsabilidade da opinião formulada publicamente.

Por assim entendermos temos dado inteira independência e apoio ao redator da nossa crónica de "Livros do Exército", sem o que é certo que a matéria perderia todo o interesse, além da razão de ser.

A experiência de critica dos livros de autores militares faz-se pela primeira vez entre nós, o que representa outra dificuldade. Mas continuaremos dentro do mesmo critério e dos mesmos propósitos registrando a atividade intelectual dos nossos camaradas, através da coluna confiada ao tenente Umberto Peregrino, e fiamos que com a elevação, independência e sinceridade com que é feita, só pôde agradar e ser útil aos nossos leitores! — (Nota da Secretaria)

ANGIONE COSTA — **Roteiro dos Andes** — Biblioteca
MILITAR — 1940.

A presença do professor Angione Costa, do Museu Histórico Nacional, entre os autores da Biblioteca Militar, é verdadeiramente grata. Ninguem desconhece a sua obra erudita e ao mesmo tempo acessível, acoihedora e oportuna. O ilustre autor da “*Introdução à Arqueologia Brasileira*” (já em 2.ª edição, indicação suficientemente expressiva, tratando-se de obra de tal gênero) inaugurou, entre nós, a era dos modernos estudos arqueológicos. A Arqueologia, no Brasil, vivia prisioneira de alguns olímpicos iniciados, como coisa misteriosa, proibida, cercada de riscos, quem lhe tocasse estaria sujeito a perigos inconjuráveis. Qualquer imaginação honesta circunscreveria a ciência Arqueológica à devassa de sarcófagos milenários, daquêles que produzem exalações mortíferas, e deixá-la-ia de parte, como coisa incontestavelmente heróica, em bôas mãos, nas mãos dos senhores especialistas...

Veiu o professor Angione Costa e desmoralizou o tabú. Fez feito menino arteiro, não sabia, e na frente de todo mundo foi levantando com tôda naturalidade os alteres de papelão que o Maciste do circo aluia se ajudando, fazendo caretas. Como se agitou a companhia!... Houve indignações, resmungos ásperos, mas a obra do professor Angione Costa está aí, avolumando-se dia a dia, sólida, útil, reconhecida e aplaudida. Com êle se tornaram desimpedidos os caminhos do território arqueológico. E a ciência fundada por Lourenço de Medicis, cujo acesso só se faz através da numismática, da paleografia, da diplomática, da pitografia, da cronologia e de conhecimentos gerais de arte, adquiriu entre nós um súbito interesse, incorporada, com os seus poderosos recursos, ao nosso atual surto de estudos brasileiros.

Com a autoridade que lhe decorre dêstes altos serviços à cultura nacional, e mais de longe, do seu nome de professor do Museu Histórico, Angione Costa recebeu a incumbência de representar o Brasil no XVII Congresso Internacional de Americanistas, em Lima. E são as impressões do roteiro dessa viagem, que nos transmite em páginas cheias de entusiasmo, compreensão e beleza.

Inicialmente adverte:

“Este livro é um momento de satisfação, evasão do meu espírito diante das emoções, do encanto e da surpresa do país peruano”.

Mas a gente não se engana. Adivinha que será, não sómente encantador, mas também vantajoso, percorrer o itinerário dos Andes pela mão de quem saberá olhar aquêles lugares, porque sempre os estimou, compreendeu e conheceu. Assim, a lição é a um tempo de beleza e de coisas. O autor, numa linguagem em que se sente certo perfume de poesia, faz-nos participar das suas puras emoções em face dos prodígioos quadros que contemplou — o lago Titicaca, “sagrado, pela exuberância de vida que a sua presença empresta à aridez destas alturas”; “a brutalidade agressiva dos paredões” andinos; as visões do Pacífico, com a ilha das estátuas “lá infinitamente longe, erguendo-se numa interrogação a solicitar o interesse dos homens”; a imagem de La Paz, “construída numa larga fratura, bruscamente cavada ao pé de cumes revestidos de neves eternas, vigiadas pelo Illimani, sempre coberto de um lençol branco cuja espessura não há sol que rompa, é sombria e apavorante, lembra gravuras antigas dos primeiros dias da terra”.

E ao lado disso, notas como esta sobre o velho padre da catedral de Lima, comovida, forte, um dos instantes mais belos do livro todo:

“Viu sua vida decorrer entre as paredes severas da catedral, ouvindo os acordes do seu orgão, tomando parte no côro de frades, levantando-se com as matinas para orar... Não comprehende nada da vida que vai lá por fóra, nada sabe do mundo, seu mundo todo inteiro se circunscreve às arcadas desta nave, à sua cela, ao genuflexório em que há cinquenta anos comunica com Deus. Para além da catedral nada existe que lhe mereça a graça de um olhar, a alegria de um bom pensamento”.

Observações preciosas vão se sucedendo a propósito de cada sítio, retiradas de cada impressão.

As grandes casas senhoriais de Lima nos são descritas e interpretadas. E ficamos sabendo que a velha expressão “sete chaves” era uma realidade nas suas enormes portas de cedro, esquadriadas por siletes de ferro. O espanhol, explica Angione Costa, “confiava na própria valentia, prezava o caráter da mulher, mas não deixava de reforçar essa confiança, prevendo a quebra da vontade, o instante de fraqueza”. E ajunta uma informação pessoal...

“Em Arequipa, na hora amolecida da tarde, hora de sesta morna e sensual, os velhos casarões silenciosos reforçarão em vosso espírito esta verdade”.

Lima teve um capítulo amplo. Mas, para senti-la, chegam os traços iniciais:

“Lima onde a luz desce na proporção exata para aquecer a vida. Lima da melancolia do limenho, que às vezes se abre em rasgos de ironia, mas se volta sempre, indiferente, contemplativo, para o sonho. Lima sem nervosismos, sem veemências, nem impulsos heróicos. Lima das mulheres bonitas. Lima das inteligências absorvidas pelo estudo do passado. Lima das moças que sabem arqueologia. Lima das paixões calmas, dos temperamentos sofreados, das amarguras tranquilas, dos amores suaves. Lima sem requintes, nem paixões dilacerantes. Lima das igrejas magnificas, das casas abalconadas, das velhas mansões senhoriais. Lima de La Perricholi. Lima da Universidade Mayor de São Marcos, grandiosa na sua sabedoria, profunda no seu passado. Lima dos pátios andalusos, dos conventos e abadias”.

As visitas ao mercado limenho, aos restaurantes “Chinos”, à Alameda de los Descalzos, ocupam páginas particularmente saborosas.

Quando o Prof. Angione penetra nas igrejas, museus, e na Universidade (Universidade de mais de três séculos), sem que haja mudança de tom, o livro se adensa, e o leitor aparelhar-se-á de conhecimentos sobre arte, arqueologia e história. Vemô-lo, no Museu de Antropologia, discutir a origem do homem americano. Como sabemos, o professor Angione não admite o autactonismo da raça, é pela hipótese das migrações oceânicas vindas da Oceania e da Ásia. Diante dos fotos de indios atuais, da exposição antropológica do Museu, encontra reforço para a sua tese. Noutro museu descobre elementos decisivos em abono “dessa outra verdade ainda mal compreendida por alguns dos nossos arqueólogos e etnólogos, a de que essas culturas e civilizações do altiplano e da costa andinos viviam sob o regime matriarcal”. Referindo-se às duas visitas feitas às ruínas de Pachacamac, famoso santuário onde se cultuava o Hacedor del Mundo, fixa o grau de civilização atingido pelos incas, uma “civilização agrária em nada talvez inferior às velhas civilizações da Mesopotâmia e do Nilo”.

Na verdade, desde o aparecimento, no lago Sagrado, de Mancu-Capac e sua mulher Mama-Ocolo, vindos do ocidente e atribuindo-se filiação ao Sol, os povoadores das terras do Perú passaram a constituir uma cultura adiantada, em que é possível assinalar grandes aproximações com a chinesa, entre outras a divisão territorial (dez províncias, divididas em dez departamentos, subdivididos por sua vez em dez distritos) e organização social, em que não havia classes, mas grupos e famílias. Materialmente também é admirável o que realizaram. Se

não foram autores de construções no estilo dos “teocalis” mexicanos, são dêles as “intihuatanas”, rochedos cujo cimo nivelavam e poliam, utilizando-os ao que parece, para observação astronômica. De arquitetura militar deixaram alguns legados expressivos, como a cidadela de “Sacsahuaman”, de que ainda subsistem restos. Pertencem também à civilização incásica vultuosas obras hidráulicas, represas, e canais, com que foram fertilizadas vastas terras áridas. E são conhecidas as suas extraordinárias estradas, sobre tudo a de Quito a Cuzco, riscada sobre os Andes. Descreve Luiz Valcarcel, que alguns dêstes caminhos eram “verdadeiros canais, pois escorriam entre altos muros paralelos” e ajunta que, dentro dêles, “o transeunte deveria sentir uma sensação de fatalidade”.

A conquista do Perú deu capítulo que, como não podia deixar de ser, é a história de Pizarro. Este prodigioso aventureiro, que com 85 homens “famintos, esquálidos, semi-nús”, atira-se à posse de um reino que casa depois dos 60 anos e tem prole, que vai a Marquês e é abatido aos 73 anos, mas não sem lutar desesperadamente com os seus assassinos, está definido com impressionante justesa quando o prof. Angione Costa fala da estátua criada por Rumsey:

“Este escultor sentiu e viveu como ninguém a personalidade de Pizarro e o momento da conquista. O aventureiro, misto de santo e de bandido, está representado numa figura ágil, nervosa, violenta e varonil. Não está sentado na posição normal de cavaleiro, mas equilibrado, de pé, sobre os estribos. A espada, fino estilete de aço toledano, leva na ponta a violência dos golpes ágeis e fatais. A cabeça firme, coberta pelo chapéu de plumas do século XVI é um desafio para a morte, mas o olhar, a atitude resoluta da figura, transmitem a convicção da vitória. O cavalo, verdadeiramente fenomenal, é pesado e disforme, como anatomia, quando examinado de perto; visto à distância, é ágil, dansa nas patas, resfolega na marcha batida da vitória. E’ concepção exata do cavalo que possibilitou o domínio”.

Igualmente admirável é esta página de antropogeografia:

“Aqui nestas terras que se convencionou chamar, tradicionalmente, o Perú, a natureza é calma, despida de exageros, sem os lances agressivos da cordilheira, sem a vida vegetal dos trópicos, sem os quadros montanhosos dos lagos azuis do Chile, sem a alegria das praias douradas do Atlântico, nem o mistério verde-ouro da selva do Brasil. A sua força é a força do equilíbrio monótono, que se vai refletir, vivamente sobre o

caráter do povo, imprimindo-lhe feição severa, concentrada, pouco expansiva, algo sorumbática, mas irônica, tolerante, crente e corajosa, heróica sem bravatas, mística de uma mística que desabrocha nesta flor maravilhosa de piedade, que é Santa Rosa de Lima. E um equilíbrio de funções estabelece um clima de ordem, convidando o homem a se debruçar sobre o passado, a interrogar a vida, a reconstituir os dramas da história, mas diminuindo-lhe os surtos espontâneos do gênio criador, negando-lhe o prazer de produzir grandes vozes poéticas, cerceando-lhe o destino de fixar largos quadros de ficção”.

Outros sítios e outras coisas desfilam sob as impressões ora do escritor, ora do homem de ciência.

São os encantos de La Serena, a feiura da mulher do Pacífico e a beleza da chilena, com a competente explicação, uma tempestade sobre os Andes, narrada com notável força sugestiva, e ainda visitas a Museus, sendo que no Histórico Nacional, de Santiago, surgem novos elementos em reforço das migrações melano-polinésicas para a América.

O documentário fotográfico, selecionado com a inteligência e bom gosto, dilata o interesse geral do livro. Destaco A Fortaleza de Sacahuaman, Fachada do palácio Torre Tagle, Igreja de São Marcelo, Plaza de los Portales, A Llama conduzida por serranas, Tipo de adolescente cuzquenha, Las Tapadas — Detalhe do palácio Torre Tagle, Igreja de São Francisco, Vivendas indígenas da serra, A grandiosa catedral de Lima, Tipo de beleza feminina, vestida à moda cuzquenha, Canoa de totora, Tipo serrano, (dá vontade de citar todas...) como gravuras particularmente interessantes.

Corpo e alma do Perú estão na prosa amena, palpitante e substancial de “Roteiro dos Andes”.

Ao cabo, como se torna sensível a observação do general Benício, abrindo o prefácio, de que é difícil alguém, dotado de espírito observador, regressar do Perú sem o desejo de publicar um livro.

LIVROS RECEBIDOS:

“Seguindo a Trilha” — Gen. Pedro Cavalcanti.

“O Ideal de Pátria no Escotismo” — Cap. Hugo Bethlem.

“A Segurança Nacional e a Juventude Brasileira” — Cap. Hugo Bethlem.

NOTA — Os volumes destinados a esta seção devem ser endereçados à redação de A DEFESA NACIONAL.

Noticiário & Legislação

“TAMBIEN LA ARGENTINA DEBE AUMENTAR SUS FUERZAS AÉREAS”

(Tradução da “AHORA”, de 9-VIII-940 — *Professor de Estratégia*)

Pouco tempo após a terminação da guerra de 1914-1918, os tratadistas militares ressaltaram a importância transcendente que teria o emprêgo da aviação na guerra moderna.

O General italiano JULIO DOUHET, foi quem afirmou com maior convicção que as forças aéreas decidiriam as competições bélicas na época atual.

Resumida em poucas palavras, a teoria de Douhet, poderia ser expressa do seguinte modo: o Exército e a Marinha mais poderosos, não alcançariam a decisão militar num conflito bélico, como o que se desenvolve atualmente na Europa, e que sómente a aviação constituiria o único elemento capaz de produzir essa decisão, em sua mais ampla expressão. O domínio total do ar, constituía, para o Gen. italiano, toda a essência da doutrina da guerra moderna. Seu modo de ver, era tão absoluto nesse sentido, que para responder às objeções formuladas sobre a necessidade de preparar a defesa contra o perigo aéreo, implicado na adoção de sua doutrina por um país adversário, declarou: que, mesmo nessa hipótese, se devia encarregar a própria aviação de atacar o inimigo do ar e de inflingir-lhe as maiores perdas, sem se preocupar com as reações ofensivas, pois — acrescentava — o perigo aéreo só se evita com meios também aéreos, e ao conquistar o domínio do ar, todos os perigos desapareceriam.

Apesar de tudo, quando as experiências da guerra atual não deixam de comprovar a relativa exatidão da doutrina que acabamos de esboçar, é evidente, que, com a simples ação da aviação, não se decide a vitória.

Os ataques aéreos podem ser conduzidos, com bastante rapidez, ao interior mesmo do país e ser tanto mais temível sua influência, quanto melhor se aproveite o efeito da surpresa. No comêço das hostilidades, esta ação é muito a temer, pois faz com que toda a população passe bruscamente a suportar os perigos de uma frente de combate, não obstante a existência de forças terrestres, obstáculos e fortificações.

As forças aéreas podem operar também, pela simples ameaça, exercida sobre as cidades e centros industriais, em forma sistemática e continuada. Esta ameaça reduz de modo apreciável, as atividades do país e, aumentando sem cessar a tensão nervosa da população, debilita a moral desta e por conseguinte, apressa seu desgaste; é o que atualmente se chama: “a guerra dos nervos”.

Outra característica da aviação,posta em prova na guerra atual,é concorrente aos diversos meios agressivos transportados pelo avião. Considerado isoladamente, o avião moderno é especialmente poderoso em sua ação ofensiva, porém grupados em unidades maiores, empregadas segundo um plano pre-estabelecido, sua eficácia aumenta enormemente, podendo-se obter efeitos fulminantes que paralisem a vida civil e militar do país, colocando-o, dêsse modo, em inferioridade de condições ao se iniciarem as operações de guerra.

A defesa terrestre, anti-aérea, tem poucas probabilidades de vencer um ataque aéreo levado a cabo por numerosas formações de aviões modernos.

O avião, portador do meio de destruição, quer sejam bombas explosivas ou incendiárias, quer tropas de paraquedistas, é o principal elemento de perigo.

Quando se anuncia um ataque aéreo, a única coisa que se sabe é que o perigo virá por via aérea, sem que se possa precisar sua natureza. A adoção de contramedidas eficazes, é de difícil execução, devido a elementares razões de tempo e espaço. A velocidade do ataque não permite ser compensada pela defesa e, por conseguinte, a surpresa se produz em seu máximo grau.

A campanha realizada recentemente pelos alemães para a ocupação da Noruega, Dinamarca e Holanda, demonstrou, praticamente, as possibilidades de transporte por aviação.

Suficientemente conhecida é a ação das tropas de paraquedistas, na conquista de pontos estratégicos importantes.

As batalhas do Mós, de Flandres e da França, travadas desde o 10 de Maio último até o armistício Franco-Germânico, evidenciaram a influência que tem na guerra terrestre a superioridade aérea de um dos beligerantes, e a anunciada invasão da Inglaterra permitirá deduzir conclusões definitivas sobre ação que as grandes concentrações de aviões de bombardeio exercerão sobre os navios de superfície da grande esquadra britânica. Se uma tal operação se realizar, trará como imposição uma reforma das atuais doutrinas sobre o domínio do mar, que, no caso, bem se poderia substituir pela superioridade que exerce o domínio aéreo.

Segundo o emprêgo estratégico ou tático a que se destinem os aviões, correspondem determinadas características de construção. Enquanto a aviação de bombardeio e transporte se acomoda de um raio de ação maior e uma maior capacidade de carregar peso, a aviação de caça necessita aparelhos de considerável velocidade e sumamente manobreiros, para que sejam aptos ao combate aéreo com as unidades de caça do adversário.

A Aviação é uma arma sumamente cara. O desgaste natural produzido pelo modo segundo o qual atuam as unidades que a constituem, se processa em forma acelerada somente com a instrução e treinamento

do pessoal em tempo de paz, e tudo isso somado ao progresso incessante da técnica e indústria aeronáuticas, faz com que os diferentes modelos se tornem velhos em prazo extraordinariamente curto. Dêsse fato, suficientemente provado, se deduz que os países que como o nosso só possuem uma indústria dêsse tipo pouco desenvolvida, têm necessariamente que depender do estrangeiro para a aquisição de material de vôo para sua aviação militar e naval. Nesse sentido, deve-se fazer notar que, estando a produção oficialmente controlada em todos os países possuidores de uma grande indústria aeronáutica, as aquisições só podem ser efetuadas tendo como base modelos que não constituem a última palavra que a técnica produziu a respeito.

A circunstância de contar, nossa aviação, com a Fabrica de Aviões de Cordoba, lhe permite ser independente do estrangeiro, no que diz respeito a certos aspectos da fabricação, a-pesar de depender em grande parte no que concerne a motores, licenças de fabricação e existência de matérias primas.

Entre os projetos de aquisição de armamento, propostos pelo Poder Executivo e que atualmente estão em estudo por parte da comissão de Guerra e Marinha do Congresso, verifica-se a inversão de uma considerável soma para a compra de material de vôo para o Exército e a Marinha. Todavia se prevê que a maior parte dos fundos autorizados, serão empregados na compra de um "stock" de matérias primas, de modo que a fabricação se possa realizar no "estabelecimento oficial", o qual pôde competir com os existentes no estrangeiro, no que respeita montagem e instalações modernas.

No que se refere ao agrupamento orgânico de nossas unidades aéreas estas dependem do Exército e da Marinha, sem que exista entre a aviação militar e naval, nenhuma coordenação, seja em sua organização, recrutamento ou instrução do pessoal navegante. Esta circunstância, sem dúvida, é devida a que por nossos reduzidos efetivos em material e pessoal, decorrerá muito tempo ainda antes de que entre nós se constitua a unificação das forças aéreas, como sóe acontecer nos países de adiantada preparação militar. Nossa Aviação militar e naval está destinada a satisfazer, únicamente, as exigências táticas e de operações do Exército e da nossa Esquadra.

Haveria, no entanto, verdadeira conveniência em unificar, nas próximas aquisições, os motores, cargas de bombas explosivas e incendiárias, e certas partes complementares dos aviões e hidroaviões, não sómente para simplificar a reparação dos mesmos, como, muito especialmente, a-fim de assegurar a substituição do material e o reabastecimento dos meios de ação e sôbressalentes complementares.

Assim também, a Fabrica Militar de Aviões, que depende do Ministério da Guerra, deve ser utilizada pela Marinha, pois é necessário centralizar em um único órgão, tudo o que se refere à produção e reparação do material aeronáutico, sem que para isso constitua obstáculo o fato

de se acharem, as aviações militar e naval, sob dependência diversa. A-fora tôdas as vantagens orgânicas e industriais que se obteriam com tal proceder, surgiria um melhor emgrêgo dos onerosos recursos ordinários e extraordinários que se invertem anualmente, e que atualmente figuram nos anexos da guerra e marinha do "orçamento nacional", os quais são empregados sem levar em conta a unidade que é indispensável assegurar nas despesas que se realizam para aumentar e manter a segurança aérea da NAÇÃO.

A diretoria da revista "A Defesa Nacional" faz publico a quem interessar possa e ao comércio em particular, que o Sr. Moacyr Sampaio deixou de ser diretor de publicidade desta revista. O aludido senhor nada mais tem que ver com assuntos de qualquer natureza relativos a esta revista.

Rio de Janeiro, 16 de Novembro de 1940.

SERVIÇO DE REEMBOLSO POSTAL

A DEFESA NACIONAL tendo em vista facilitar a aquisição de livros, não só militares como a de qualquer outros, á venda nas livrarias do Rio de Janeiro, introduziu na sua biblioteca o serviço de **ENTREGAS DE ENCOMENDAS CONTRA REEMBOLSO.**

Para isso os livros solicitados e em qualquer quantidade serão remetidos ao destinatario sendo a respectiva entrega feita mediante pagamento da importancia á agencia postal da localidade.

O porte, registro e as despesas relativas do SERVIÇO POSTAL DE ENCOMENDAS CONTRA REEMBOLSO correm por conta da Biblioteca sendo incluidos no preço do livro.

A toda encomenda acompanhará a respectiva fatura.

Para facilidade do serviço os pedidos devem ser feitos na ficha para esse fim destinada.

BIBLIOTECA

P E D I D O

À Biblioteca de A Defesa Nacional

Caixa Postal 1602 - Rio de Janeiro

Em

Pelo SERVIÇO POSTAL DE REEMBOLSO queiram
enviar-me os seguintes livros:

..... ENTRÉGAS DE ENCOMENDAS

CONTRA REEMBOLSO

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

cessário que os mesmos se encontrem prontos no exercício de suas funções nas unidades, repartições e estabelecimentos a que pertençam.
(Aviso n.º 3.877 de 15-X-940 — D. O. de 17-X-940).

FÉRIAS ACUMULADAS. (Consulta do Cmt. da 3.ª Região Militar)

Soluciona que, aos militares em condições é permitido acumular o período de férias de 1939 com o de 1940, o qual já será concedido de acordo com o novo R. I. S. G.

(Aviso n.º 3.749 de 4-X-940 — D. O. de 8-X-940).

GRATIFICAÇÃO DE MOTORISTAS. (Consulta do Chefe do Estado Maior da 8.ª Região Militar)

Soluciona que, as praças que se acham em função de motoristas nos automóveis a serviço de generais, continuarão a receber uma gratificação que somada aos vencimentos normais, perfaça os vencimentos correspondentes ao posto de 1.º cabo.

Para as praças que passarem a exercer tais funções, a gratificação corresponderá ao novo posto de cabo.

(Aviso n.º 3.826 de 10-X-940 — D. O. de 12-X-940).

GRATIFICAÇÃO PRO-LABORE. (Consulta do Tesoureiro do 4.º Btl. Rodoviário)

Soluciona que, não poderá haver abono simultâneo de vantagens. Quando fôr considerado de maior relêvo o interesse do corpo, como Unidade do Exército, o oficial terá direito a diárias orçamentárias; quando o serviço de estrada for considerado mais relevante do que o prestado à Unidade, receberá a gratificação pro-labore.

(Aviso n.º 3.792 de 8-X-940 — D.O. de 10-X-940).

LEI DO SERVIÇO MILITAR — MULTAS.

Instruções para a arrecadação das multas impostas.

(Aviso n.º 3.783 de 8-X-940 — D. O. de 10-X-940).

LEI DO SERVIÇO MILITAR. — Regulamentação do artigo 234.

Instruções reguladoras da aplicação do disposto no artigo 234 e do reengajamento de praças com mais de 10 anos de serviço na data da publicação da referida Lei.

(Aviso n.º 3.940 de 22-X-940 — D. O. de 24-X-940).

MEDICAMENTOS ODONTOLÓGICOS.

Determinações para melhor regularidade no fornecimento do material de consumo.

(Aviso n.º 3.801 de 9-X-940 — D. O. de 11-X-940).

PESSOAL EXTRANUMERÁRIO.

Aprova novas tabelas numéricas para o pessoal extranumerário mensalista de diversas repartições do Ministério da Guerra.

(Decreto n.º 6.406 de 29-X-940 — D. O. de 31-X-940).

PRAÇAS PROCESSADAS. (Consulta do Cmt. da Escola das Armas)

Como proceder:

- com a praça que responde em liberdade à processo;
- no tocante a vencimentos com a praça que deve ser excluída.

Soluciona que,

- a praça deverá continuar a servir sem tempo e ser excluída logo que a sentença transitê em julgado;
- a praça deve ser indenizada da importância correspondente à diferença dos vencimentos não recebidos durante o período de prisão, que exceder àquele a que foi condenada.

(Aviso n.º 3.852 de 12-X-940 — D. O. de 15-X-940).

GILLETTE AZUL
a melhor lâmina
até hoje fabricada

BARBELINO
AFFIRMA:

Gillette

Gillette C-10

Companhia Federal de Fundição

Fabricação de apparelhos e retortas para a industria chimica, em aluminio ou ferro fundido, com ligas especiaes para resistir aos acidos ou a altas temperaturas.

Officina e Escriptorio:

Rua Nery Pinheiro — Caixa Postal 47

Tel. 22-8847 — End. Teleg. "FUNDERAL"

RIO DE JANEIRO

1.º GRUPO DO 1.º REGIMENTO DE ARTILHARIA ANTI-AÉREA.

E' organizado, para instalação a partir de 1.º de Janeiro de 1941. Seu efetivo em praças, será fixado por ato do Ministro da Guerra.

(Decreto-Lei n.º 2.674 de 4-X-940 — D. O. de 7-X-940).

QUADRO DE EFETIVOS DO Q.G. DA 7.ª REGIÃO MILITAR.

E' aumentado desde já, o efetivo da tropa, de um 3.º Sargento, 1 cabo e 30 soldados.

(Aviso n.º 3.963 de 26-X-940 — D. O. de 29-X-940).

SARGENTOS INSTRUTORES.

A inclusão de sargentos no quadro de instrutores, será feita no posto de 3.º sargento.

(Aviso n.º 3.691 de 30-IX-940 — D. O. de 3-X-940).

SORTEADOS CASADOS E SORTEADOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS. — (Consulta do Cmt. da 3.ª Região Militar)

Soluciona que, o aviso em aprêço, não se estende aos voluntários.

(Aviso n.º 3.903 de 16-X-940 — D. O. de 18-X-940).

TEMPO DE SERVIÇO.

A-fim de resolver dúvidas sobre as expressões "tempo computável para fins de inatividade" e "anos de serviço", declaro que as mesmas têm valor idêntico a "anos de praça" já definidas pelo aviso n.º 3.439 de 6-IX-940.

(Aviso n.º 3.674 de 28-IX-940 — D. O. de 2-X-940).

* * *

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

A DEFESA NACIONAL, recebeu durante o mês de Outubro p.p. as seguintes revistas:

"A Nação Armada", n.º 11, Out. 1940; "Revista del Círculo Militar", El Salvador, n.º 1, Jul. 1940; "Revista de la Guardia Nacional", El Salvador, n.º 1, Agt. 1940; "Memorial del Ejército de Chile", Chile, n.º 169, Jul. Agt., 1940; "Liga Marítima Brasileira", n.º 399, Set. 1940; "Revista del Ejército y Armada", Paraguai, n.º 20, Mar. Abr. 1940; "Revista de la Escuela Militar", Perú, n.º 175, Jul. 1940; "Tiro Nacional del Perú", n.º 122, Mai. Jun. Jul. Agt. 1940; "Revista Militar y Naval", Uruguai, ns. 237 e 238, Mai. Jun., 1940.

=====

Companhia Itaquerê

Uzina Itaquerê

Municipio de Tabatinga

Estado de S. Paulo

Produção em 1939 :— 81.851 saccos.

Alcool 477.000 litros.

Fuzel Oil 800 litros.

Rua da Quitanda, 96
8.º andar

SÃO PAULO

ATOS OFICIAIS DO MINISTÉRIO DA GUERRA NO MÊS DE OUTUBRO

NISTIADOS. (Consulta do Cmt. da 2.ª Região Militar)

Solucionaria que, por não terem todos os militares conhecimento do decreto de anistia; resolvo permitir a concessão de certificados de reservistas áqueles de acordo com o artigo 41 do Regulamento do Serviço Militar.

(Aviso n.º 3.933 de 21-X-940 — D. O. de 23-X-940).

ÁLCULOS DE VENCIMENTOS. (Consulta do Diretor de Recrutamento)

Solucionaria que, competem aos Sub-Tenentes que passam ou passaram para a Reserva, após 25 anos de serviço ou compulsoriamente, as seguintes vantagens:

- antes de 20 de Maio de 1940 — apenas tantas vigésimas quintas partes do sólido anual de 2.º Tenente quantos forem os anos de serviço;
 - a partir dessa data — sólido de 2.º Tenente e tantas quotas de 5% sobre este sólido quantos forem os anos de serviço excedentes de 25;
- (Aviso n.º 3.746 de 4-X-40 — D.O. de 8-X-940).

CERTIDÓES. (Consulta do Cmt. da 5.ª Região Militar)

Solucionaria que, as referidas certidões devem ser passadas nas Unidades Administrativas, mediante requerimento do interessado dirigido ao seu Comandante, Chefe ou Diretor.

(Aviso n.º 3.804 de 9-X-940 — D.O. de 11-X-940).

CONVOCAÇÃO DE RESERVISTAS. (Vencimentos)

Os funcionários efetivos, suplementares e extranumerários dêste Ministério, que como reservista do Exército, forem convocados para manobras militares, nenhum prejuízo terão durante o tempo de convocação, cabendo-lhes vencimentos integrais de seus cargos, como se estivessem em pleno exercício das funções civis.

(Aviso n.º 3.920 de 17-X-940 — D. O. de 14-X-940).

CURSO DE ESPECIALISTAS DE AERONÁUTICA. (Matrícula)

E' fixado em 120 o número de vagas para a matrícula, em 1941, ficando assim retificado o aviso n.º 3.476.

(Aviso n.º 3.840 de 11-X-940 — D. O. de 14-X-940)

DEPÓSITOS DE MATERIAL "MINISTRO MALLET".

Dá a denominação de Ministro Mallet ao conjunto de estabelecimentos militares agrupados nos terrenos do antigo Jockey Clube, em São Francisco Xavier.

Depósito Central de Material de Engenharia,

Depósito Central de Material Sanitário,

Depósito Central de Material Veterinário.

Depósito Central de Material de Transmissões.

Estabelecimento Central de Material de Intendência,

Laboratório Químico Farmacêutico Militar.

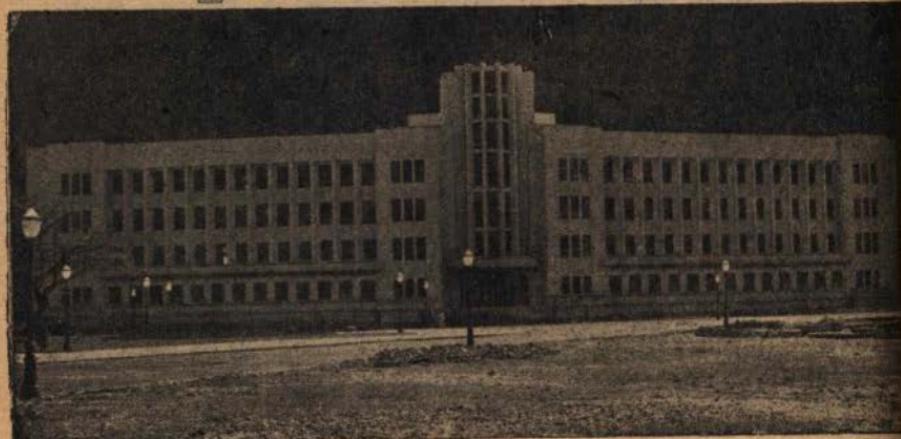
(Decreto-Lei n.º 2.645 de 1-X-940 — D.O. de 3-X-940).

MÁRIAS DE RADIOTELEGRAFISTAS.

Solucionaria que, os radiotelegrafistas e radio-operadores que, sujeitos a plantões e escalas, permanecerem no serviço no mínimo 36 horas em cada semana, farão jús nesse lapso de tempo as vantagens previstas na tabela F do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército.

(Aviso n.º 3.847 de 12-X-940 — D. O. de 15-X-940).

O CIMENTO "MAUA" NA DEFESA NACIONAL...



No magestoso edifício da nova Escola do Estado Maior do Exército, vê-se a contribuição do cimento portland «MAUA» ao programma da modernização da nossa arma de defesa, que marca uma nova era no soerguimento das nossas forças vivas.



COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND
RIO DE JANEIRO

DIRETORIA DE MOTO MECANIZAÇÃO E TRANSPORTES.

Devem ser atribuídos a esta Diretoria, todos os quantitativos distribuídos anteriormente à Inspetoria de Infantaria.

(Aviso n.º 3.696 de 30-IX-940 — D.O. de 3-X-940).

DISTINTIVOS DE ENGENHEIROS METALURGISTAS.

E' aprovado o distintivo para Engenheiros Metalurgistas, diplomados pela Escola Técnica do Exército.

(Aviso n.º 3.828 de 10-X-940 — D.O. de 12-X-940).

DISTRIBUIÇÃO DE QUANTITATIVOS.

Aprovação da tabela da 2.ª distribuição de quantitativos às unidades nelas discriminadas.

(Aviso n.º 3.301 de 26-VIII-940 — D.O. de 22-X-940. Em aditamento).

ESCOLA DE ESTADO MAIOR.

Instruções para a execução das provas de admissão.

(Portaria n.º 2.747 de 22-X-940 — D. O. de 23-X-940).

ESCOLA DE ESTADO MAIOR.

As "Instruções para o Recrutamento e Preparação dos Candidatos à Matrícula", devem entrar em vigor a partir de 1940, inclusive.

(Aviso n.º 3.772 de 7-X-940. — D. O. de 9-X-1940).

ESCOLA DE GEÓGRAFOS DO EXÉRCITO.

Instrução para a matrícula de engenheiros civis no Curso Complementar.

(Aviso n.º 3.7772 de 7-X-940. — D. O. de 9-X-940).

ESCOLA DE GEÓGRAFOS DO EXÉRCITO.

Instruções e programas do exame de admissão para matrículas.

(D. O. de 4-X-940).

ESCOLA MILITAR.

As praças candidatas ao concurso de admissão, que servem nos corpos da 1.ª Região Militar, ficarão a partir de 30 do corrente, adidas à Cia. Extra da Escola Militar.

(Aviso n.º 3.907 de 16-X-940 — D. O. de 18-X-940).

ESTAGIÁRIOS.

Os aspirantes a oficial estagiários das Escolas Técnicas, pertencerão às seguintes armas:

Aeronáutica — Os engenheiros de aeronáutica;

Artilharia — Os engenheiros de armamento, químicos e metalurgia;

Engenharia — Os engenheiros construtores, eletricistas, de transmissões e geógrafos.

(Aviso n.º 3.692 de 30-IX-940 — D. O. de 3-X-940).

ENGAJAMENTOS DE PRIMEIROS CABOS.

Os engajamentos e reengajamentos de primeiros cabos, só poderão ser concedidos no posto de cabo.

(Aviso n.º 3.949 de 26-X-940 — D. O. de 29-X-940).

ENGAJAMENTOS DE SARGENTOS.

O reengajamento dos sargentos que, na data da publicação da Lei do Serviço Militar, tinham mais de 10 anos de serviço, far-se-á, a contar de 1 de Janeiro de 1941, de conformidade com a mesma Lei.

(Aviso n.º 3.835 de 11-X-940 — D. O. de 14-X-940).

ETAPA SUPLEMENTAR DE SARGENTOS. (Consulta do Cmt. da 2.ª Formação de Intendência Regional).

Solucionada que, para o pagamento aos sargentos da etapa suplementar é ne-

FABRICA RIO GUAHYBA

FIAÇÃO E TECELAGEM (Suc. de F. G. BIER)

RUA STOCK N. 19 — Cx. Post. 282

PORTO ALEGRE — R. G. do Sul

FIAÇÃO e TECELAGEM de LÃ



Fábrica todos os artigos
de lã, cardada, ou pen-
teada, próprios para
uniformes de oficiais e
praças, ou outros usos
militares:

**Flanelas-Gabardines
Lãs - Casemiras.**

Materiais de primeira qualidade

Wallig & Cia. Ltda.

Porto Alegre — Rio Grande do Sul

Fabricantes de fogões, camas de ferro e
pregos das afamadas marcas :



MARCAS
REGISTRADAS



ESPECIALISTAS DE INSTALAÇÕES DE CO-
SINHA A COMBUSTIVEL OLEO, LENHA,
CARVÃO, GÁS E VAPOR.

Fornecedores do Exercito e da Marinha.

AGENTES AUTORIZADOS JUNTO AOS
MINISTERIOS DA GUERRA E DA MARINHA:

Companhia Instaladora Casa Berta Ltda.

Rio de Janeiro - Rua Uruguaiana, 141

FILIAL EM SÃO PAULO:

RUA FLORENCIO DE ABREU, 10

é nosso, Brasileiros!

Ipiranga
S.A.

COMPANHIA BRASILEIRA DE PETROLEOS



QUALIDADE ECONOMIA
GASOLINA E QUEROSENE

OLEOS LUBRIFICANTES E COMBUSTIVEIS - AGUA-RA'S MINERAL
IPIRANGA S. A.
COMPANHIA BRASILEIRA DE PETROLEOS -- RIO GRANDE



JU 87

Avião de combate em
mergulho "Stuka"



JU 90

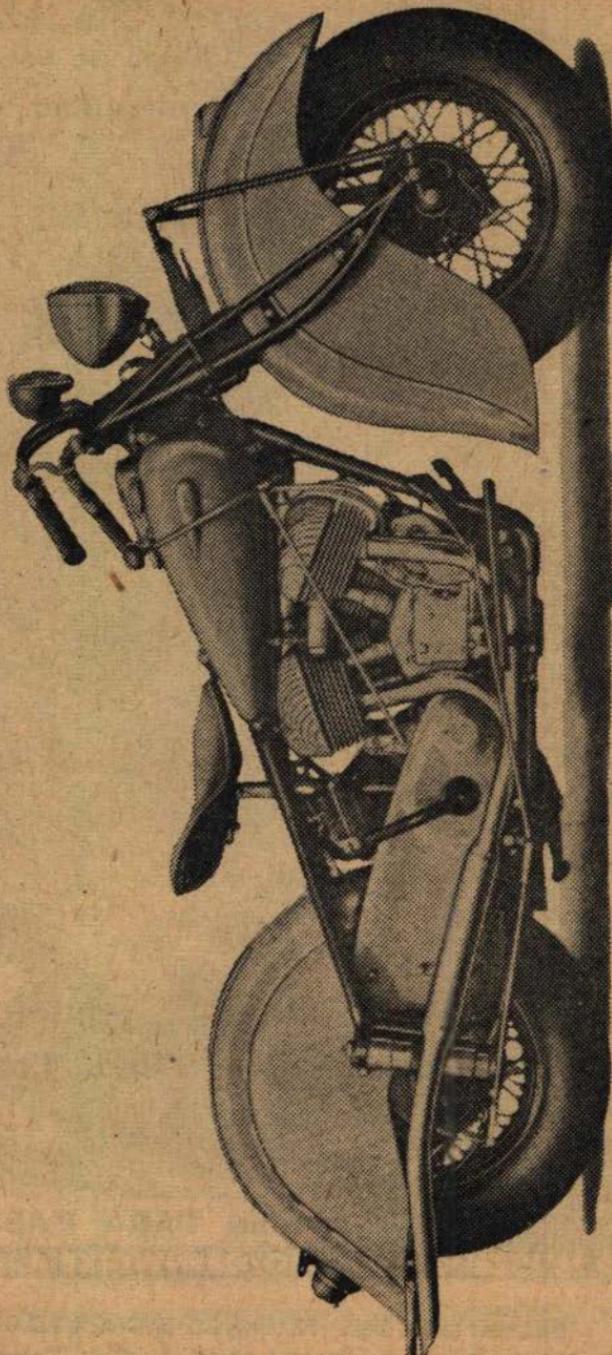
AVIÕES PARA PASSAGEIROS

JUNKERS FLUGZEUG- UND -MOTORENWERKE A.-G. DESSAU

Representante geral no Brasil: H. LANGE & CIA. LTDA.
RIO DE JANEIRO — Caixa Postal 1400 -- End. Teleg. AGALA

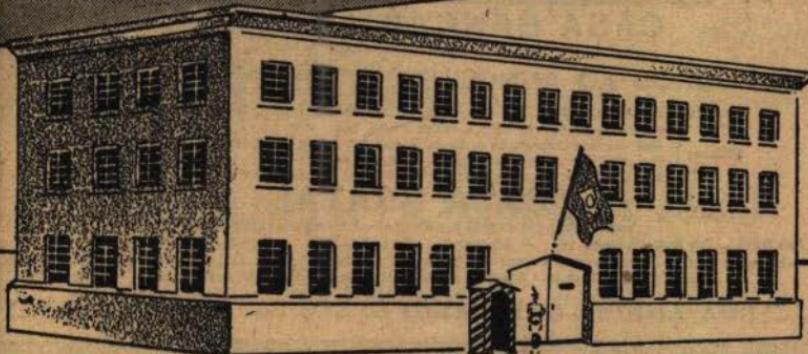
Motocycleta "Indian"

Tipo recentemente adquirido pelo Exercito e Policia Civil



Unicos e exclusivos representantes: COMPANHIA COMMERCIAL E MARITIMA
Rua Benedictinos, 1 a 7 - Rio de Janeiro

PARA A DEFESA NACIONAL



o CIMENTO PERÚS *collabora*



NA SOLIDEZ DAS
CONSTRUÇÕES MILITARES
NA PROTECÇÃO DA
INDUSTRIA NACIONAL

● Ha 12 annos, o cimento Perús responde pela solidez das construções no Brasil. É um bom producto nacional. Prefiram-no.

37 MILHÕES DE SACCOS JA' VENDIDOS!



SOCIEDADE COLONIZADORA DO BRASIL LTDA

VENDEM-SE LOTE

Linhas Sorocabana, Noroeste e Norte-Paraná

Instalações Industriais:

Fábricas: Beneficiamentos de algodão, café, arroz e farinha, Serrarias e Oficinas.

Usinas: Geradoras de eletricidade, essências e álcool.

Instalações de Utilidade Pública no Patrimônio: Delegacia de Polícia, Juiz e

Cartório de Paz, Agência do Correio, Igrejas Católicas, Hospitais e

Serviço telefônico.

CASA BANCARIA BRATAC

de CARLOS Y. KATO

JUROS AO ANNO: Depósito de conta corrente movimento 4%.
Depósito de Prazo Fixo 6%.

Casa Matriz: Rue Annita Garibaldi, 217 — São Paulo — Caixa Postal, 2975 — Telephones 2-3121 e 2-3122
Av. 10 de Novembro, 66-C — Caixa Postal, 248 — Telefone, 389 — MARILIA

Filiais:
Rua Joaquim Nabuco, 34 — Caixa Postal, 267 — Telefone, 167 — ARAÇATUBA
Fax. BASTOS — Est. Rancharia — L. Sorocabana
Fax. TIETE — Est. Lussanvira — L. Noroeste

CASA BRATAC

Importação e Exportação dos Productos Estrangeiros e Nacionais

Casa Matriz — Rue Annita Garibaldi, 219 — São Paulo — Caixa Postal, 21 — Telephone 2-1145

Succursais: Rio de Janeiro — Santos — Marília — Araçatuba — Ourinhos — Porto Alegre — Lavras (E. Rio G. do Sul)
Tibagi (Est. do Paraná) — Corumbá (E. Mato Grosso) — Carangola (E. Minas Gerais) — Ribeirão Preto

— RUA ANNITA GARIBALDI N.º 217 — SÃO PAULO —

AS MELHORES
MATERIAS PRIMAS

OS MAIS MODERNOS
MÉTODOS DE FIAÇÃO,
TECELAGEM E ACABA-
MENTO DOS TECIDOS.

CÓRTE ESMERADO.

CAPRICHO NA CON-
FEÇÃO DAS ROUPAS.

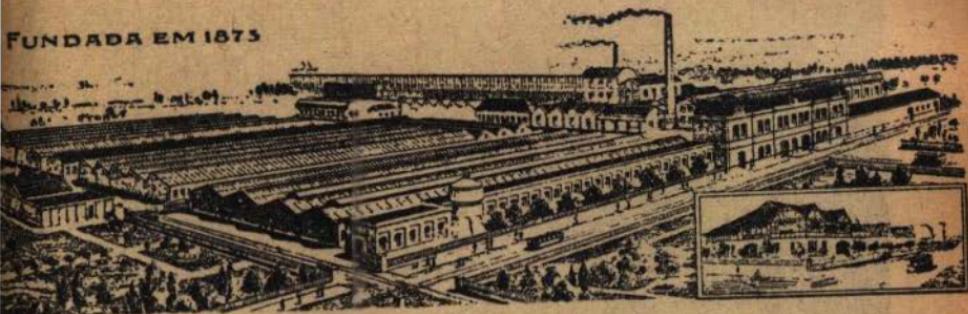
PREÇOS BAIXOS.

SAO CARACTERISTICOS
DAS CONFECÇÕES

RENNER



FUNDADA EM 1875



Companhia União Fabril

Succ. de Rheingantz & Co.

Tecidos de lã, lã para bordar, Tapetes, Acolchoados, e Chapéus

Fornecedores do Exercito e da Marinha, há mais de 50
anos, de: Mantas, Sarjas, Panos, Cobertores, Flanelas e
Capacetes

Endereço telegrafico
FABRICAS

Rio Grande
Rio Grande do Sul
Brasil



S/A INDUSTRIAS REUNIDAS F. MATARAZZO

Fundada em 1881

**INDUSTRIA — COMMERCIO — NAVEGAÇÃO
IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO**

Casa Matriz: S. Paulo (Brasil) - Caixa Postal, 86 - Tel. Matarazzo
Filiaes no Brasil: Rio de Janeiro — Santos — Curityba — Antonina — Jaguariahyva — Marcellino Ramos — João Pessoa — Natal — Fortaleza — São Luiz do Maranhão.

Agencias no Brasil: Recife — Manáos — Belém — Parahyba — Mossoró — Aracaju' — Bahia — Ilhéos — Maceió — Victoria — Florianopolis — Joinville — Blumenau — Porto Alegre — Rio Grande — Pelotas.

Agentes no Extrangeiro: Buenos Aires — Genova — Milão — Nápolis — Paris — Londres — Hamburgo — Trondhjem — New York — Copenhague e Antuerpia.

Secção Bancaria: Correspondente Official do "Banco di Napoli" e do "Regio Tesoro Italiano".

AGENTE de: Industrias Matarazzo no Paraná.
Sociedade Paulista de Navegação Matarazzo Ltd.
Sociedade Agrícola Fazenda Amalia.
Thermas de Lindoya.
S/A Les Perfumes de Chimene.

MALZBIER DA ANTARCTICA



O segredo da sua juventude

O preparo físico e completado
pelo uso methodico do veloso
agente nutritivo que é o malte.

MALZBIER da ANTARCTICA

cerveja fabricada com malte
de melhores qualidades e pelos
processos mais modernos e hy-
gienicos, echa-se, agora, à ven-
de também em 1/4 de garrafa
que melhor se alia à elegância
e à delicadeza femininas.

MALZBIER da ANTARCTICA

A VENDA AGORA EM 1/4 DE GARRAFA

ESTAMPARIA
1924



"CARAVELLAS"
1939

O. R. MÜLLER & CIA. LTDA. - S. PAULO

RUA CARAVELLAS N. 26 - CAIXA POSTAL, 1155

TEL.: 7-2542



BISNAGAS PARA DENTIFRICIOS DE:
ALUMINIO
ESTANHO
CHUMBO

CHUMBO ESTANHADO
LAMINAÇÃO DE ALUMINIO "ALCADUR"
PAPEIS DE ALUMINIO PARA CHOCOLATES.
BONBONS, CIGARROS, ETC.
CAPSULAS DE ALUMINIO PARA GARRAFAS
PATENTE ALU-VIN

FORNECEORES DOS MAiores LABORATORIOS DO PAIZ

X JOHANN FABER



BONS LAPIS —
RACIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO

para consegui-la, JOHANN FABER
fabrica um lapis para cada uso

LOTUS — para cópias

ZEDER — para "ticar" e sublinhar

1205 — para uso comum

Os bons lapis levam a marca  (Dois Martelos) e JOHANN FABER

Lapis JOHANN FABER Ltda.

Caixa Postal, 3100 — São Paulo



ASSEGURE O SEU
"ASSEIO CORPORAL" COM
LIFE BUOY
SABONETE DE SAUDE

LHSD4-C192

Fabrica de Casimiras Kowarick
F. KOWARICK & C.

GRANDE PREMIO NAS EXPOSIÇÕES NACIONAIS DE 1908 E 1922

Fabrica na Estação de Santo André
(EST. DE SÃO PAULO)

Escriptorio: S. PAULO - Rua 3 de Dezembro, 17-2.º

Caixa do Correio, 66 — Telephone: 2-1776

Endereço Telegraphico: BERKO

CODIGOS: A. B. C. 5.º e 6.º EDIÇÃO, RIBEIRO, BORGES, MORSE E MASCOTE

**Panos Militares para Officiaes
de qualquer typo**

S. A. Metalurgica "Otto Bennack"

FABRICA DE MAQUINAS - FUNDIÇÃO DE FERRO E METAL

JOINVILLE - Caixa, 43 - Telgrs.: "FERRO" - S. Catarina
Maquinas modernas especialisadas para a Industria da Mandioca.
Instalações completas para fabricação de Feculas-Amidos,
Raspas, Farinha panificavel, comum e do tipo Suruí
Araruta Feculas de milho e Batata, etc.

Representante: CARLOS BREITHAUPT

REPRESENTANTE GERAL

ALFREDO TIEDE

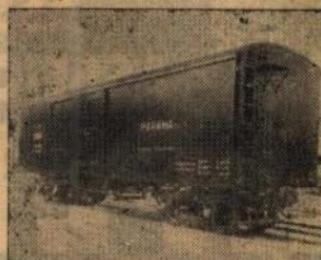
RUA ARAUJO P. ALEGRE, 70

ED. P. ALEGRE - Sala 1202

C. Postal, 3485 - End. Tel. "TIEDE"

TELEFONE. 42-5929

Rio de Janeiro



Vagão de nossa fabricação

Redação e Administração:
QUARTEL GENERAL DO EXÉRCITO

Rio de Janeiro — Telefone: 43-0563

EXPEDIENTE

Diariamente das 14 às 18 horas
O Gerente é encontrado diariamente das 14 às 17 horas.

BIBLIOTECA

VENDAS DE LIVROS — Na sede da Sociedade (Quartel General) — Diariamente, das 9 às 12 hs. e das 14 às 17 hs.

LIVROS EM CONSIGNAÇÃO — Os Srs. consignatários poderão receber os saldos dos meses anteriores, diariamente na sede da Revista durante o expediente da Biblioteca.

ENCOMENDA DE LIVROS — A Biblioteca de "A Defesa Nacional" se encarrega da aquisição de livros nacionais e estrangeiros que não existem em depósito em sua sede, mediante encomenda dos Srs. Oficiais.

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

"A Defesa Nacional" mantém uma secção de informações destinada a atender aos Srs. Socios e Assinantes que servem fóra da guarnição do Rio-de-Janeiro.

a) — Fornecer-lhes todas as informações solicitadas sobre interesses pessoais ou militares.

b) — Fazer, mediante encomenda, a aquisição de objetos na praça do Rio-de-Janeiro.

SECÇÃO DE PUBLICIDADE

Diariamente — das 9 às 12 horas e das 14 às 16 horas.

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa à Gerência deve ser remetida para a Caixa Postal 32, Ministério da Guerra. As colaborações deverão ser endereçadas ao Major Djalma Rias Ribeiro, Caixa Postal 32, Ministério da Guerra, Rio, ou Escola de Estado Maior — Praia Vermelha.

P R E Ç O S

Oficiais e sub-tenentes	{	ano	30\$000
		semestre	15\$000
Sargentos	{	ano	25\$000
		semestre	14\$000

Os assinantes avulso caso desejem que a revista siga registrada devem pagar mais 2\$400 por semestre.

Os oficiais que desejarem ser socios de "A Defesa Nacional", deverão pagar uma joia de 50\$000 de uma só vez ou em diferentes prestações durante um ano comercial.